

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
“SAN TIAGO DANTAS”
(UNESP/UNICAMP/PUC-SP)**

**A FUNDAÇÃO NACIONAL CUBANO-AMERICANA (FNCA) NA
POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA CUBA**

Priscila Morrone

São Paulo
2008

PRISCILA MORRONE

**A FUNDAÇÃO NACIONAL CUBANO-AMERICANA (FNCA) NA
POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA CUBA**

Dissertação apresentada ao programa
“San Tiago Dantas”, UNESP, UNICAMP
e PUC-SP, como requisito parcial para a
obtenção do título de mestre em relações
internacionais.

Orientador: Luis Fernando Ayerbe.

São Paulo
2008

Banca Examinadora:

Luis Fernando Ayerbe (Orientador)

UNESP Araraquara

Héctor Saint-Pierre

UNESP Franca

Harry E. Vanden

University of South Florida

AGRADECIMENTOS

A CAPES pela concessão da bolsa de mestrado, que me permitiu dedicação integral ao curso e à elaboração desta dissertação.

Ao professor Luis Fernando Ayerbe, pela orientação, paciência e palavras de incentivo.

Aos demais professores do programa San Tiago Dantas, pelo conhecimento compartilhado e apoio ao longo do curso, mas especialmente aos professores Héctor Saint-Pierre e Harry Vanden, pelas contribuições a este trabalho.

À secretária do programa Giovana Vieira, pela atenção e trabalhos prestados.

Ao Rafael, pelo companheirismo e pelas incontáveis palavras de conforto.

Aos amigos de graduação, Izaura, Tatiana, Tatiani e professor Marcos Del Roio, e aos amigos de todos os dias, Carolina, Fernanda, Luis Gustavo e Rafael, pela amizade.

À amiga Marina, pela companhia em Cuba e pela leitura deste trabalho.

A meus colegas de curso, André, Fábio, Helena, Henrique, Juan, Juliana, Leonardo, Liliam, Luara, Márcio, Marcos Alan e Thiago, por todos os momentos compartilhados, mas, sobretudo, à Lídia, Renata e Mojana, as quais estiveram comigo ajudando a enfrentar os desafios surgidos durante o desenvolvimento deste trabalho e a ter confiança na finalização do mesmo, tornando cada momento menos difícil e ao final sempre prazeroso.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a atuação dos cubano-americanos organizados sob a Fundação Nacional Cubano Americana (FNCA) na política externa dos Estados Unidos para Cuba. Para tanto, abordamos o processo migratório cubano para os Estados Unidos, com ênfase no período posterior à Revolução Cubana, quando essa emigração passa a ser concebida como base social da contra-revolução e promovida pelo governo norte-americano. Nessa direção, apresentamos o tratamento particular oferecido a essa emigração pela administração Ronald Reagan, que estimulou a formação da FNCA como uma organização política contra-revolucionária capaz de pressionar o Congresso em temas cubanos, e a inserção dos cubanos organizados sob esta instituição na vida doméstica do país, sinalizada por seus votos e por suas contribuições financeiras às campanhas eleitorais. Por fim, analisamos os atuais objetivos da FNCA, traduzidos na promoção de uma transição política em Cuba para a democracia e favorecidos pela administração George W. Bush, que financia e apóia programas para esse fim.

Palavras-chave: Cuba, Cubano-Americanos, Fundação Nacional Cubano-Americana, Estados Unidos, Transição Política.

ABSTRACT

This dissertation has as objective to analyse the cuban-americans' role, organized under the Cuban American National Foundation (CANF), in the United States' foreign policy towards Cuba. For this purpose, we analyzed the cuban migration process directed to the United States, emphasizing the post Revolution period, when this emigration is conceived as the social basis of the counter-revolution and promoted by the U.S. government. In this direction, we presented the particular treatment offered to this emigration by the Reagan administration, which stimulated the CANF creation as a counter-revolutionary political organization capable of pressing the Congress in cuban themes, and the insertion of the cubans organized under this institution in the domestic affairs of the country through their votes and financial contributions. Finally, we analyzed the actual objectives of CANF, translated in the promotion of a political transition in Cuba for democracy and favored by Bush's administration, which finances and supports programs towards this end.

Key-words: Cuba, Cuban-Americans, Cuban American National Foundation, United States, political transition.

SIGLAS

AIPAC – American Israel Public Affairs Committee

CANF – Cuban American National Foundation

CIA – Central Intelligence Agency

FNCA – Fundação Nacional Cubano Americana

FBI – Federal Bureau of Investigation

INS – North American Immigration Services

OEA – Organização dos Estados Americanos

NED – National Endowment for Democracy

PPC – Partido do Povo Cubano

RECE – Representación Cubana no Exilio

SGA – Special Group Augmented

VOA – Voz de las Américas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	p. 10
CAPÍTULO 1. REVOLUÇÃO CUBANA E PROCESSO MIGRATÓRIO PARA OS ESTADOS UNIDOS.....	p. 13
1.1 Antecedentes Históricos.....	p. 13
1.2 Revolução Cubana.....	p. 20
1.3 Processo Migratório Pós- Revolução.....	p. 33
1.4 Primeiro Êxodo: Camarioca e Lei de Ajuste Cubano.....	p. 40
1.5 Segundo Êxodo: Mariel e Acordo Migratório de 1984.....	p. 45
1.6 Terceiro Êxodo: Malecón e Acordo Migratório de 1994.....	p. 50
CAPÍTULO 2. A FUNDAÇÃO NACIONAL CUBANO AMERICANA – FNCA.....	p. 53
2.1 Administração Carter.....	p. 53
2.2 Administração Reagan.....	p. 56
2.3 O surgimento da Fundação Nacional Cubano Americana – FNCA.....	p. 64
2.4 Radio Martí.....	p. 78
2.5 Caso dos Cinco Prisioneiros Cubanos.....	p. 83
2.6 Caso do Menino Elián González.....	p. 87
CAPÍTULO 3. A FNCA NA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA CUBA.....	p. 92
3.1 Lei Torricelli.....	p. 92
3.2 Lei Helms-Burton.....	p. 97
3.3 Inserção e participação política da FNCA nos Estados Unidos	p. 102
3.4 Apoio financeiro da FNCA aos Membros do Congresso e Candidatos Presidenciais.....	p. 104

3.5 A FNCA nas eleições de 2000 e a vitória de George W. Bush.....	p. 106
3.6 Transição Política.....	p. 113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p. 127

APRESENTAÇÃO

Considerando que o movimento revolucionário cubano de 1959 tem profundas relações com as lutas pela emancipação nacional iniciadas no período colonial e tinha por finalidade romper com os governos que favoreciam os interesses norte-americanos desde aquele período, a proposta geral desta dissertação consiste em através de uma análise histórica, situar as relações entre Cuba e Estados Unidos.

Desta forma, pretendemos demonstrar de que maneira a política externa norte-americana para Cuba constituiu fator determinante ao desenvolvimento do processo revolucionário e como a postura adotada pelos Estados Unidos diante do êxito da Revolução Cubana, mantida até a atualidade, e a utilização da emigração cubana na condução da sua política externa para Cuba continua a se apresentar como um dos fatores decisivos à condução das relações entre os dois países.

O objetivo desta dissertação é a análise da atuação da emigração cubana nos Estados Unidos organizada sob a Fundação Nacional Cubano Americana (FNCA) na política externa deste país para Cuba. Para tanto, será abordado o processo migratório cubano com destino aos Estados Unidos, com ênfase na emigração que se desenvolveu no período posterior à Revolução Cubana, quando a imediata hostilidade dos governos norte-americanos que se sucederam a esse acontecimento passou a promover o êxodo das elites cubanas vinculadas ao regime de Fulgêncio Batista, conformando-as como base social da contra-revolução e como modalidade de sua política externa para Cuba, dada sua repulsa em aceitar o novo modelo político inaugurado com o regime de Fidel Castro.

A dissertação pretende mostrar como a promoção dessa política de favorecimento à emigração cubana com destino aos Estados Unidos por parte desse país tinha por objetivo fomentar o apoio à contra-revolução, o que pode ser evidenciado em três momentos que ilustraram a utilização dessa emigração com o objetivo de atingir esse fim, que foram as crises migratórias de 1965, 1980 e 1994, embora essas tenham apresentado diferenças em suas composições e motivações. Pretende-se demonstrar também que o tratamento particular oferecido a essa emigração em relação à de outras minorias latino-americanas no país foi reforçado pela administração Ronald Reagan, responsável pelo estímulo à formação da Fundação Nacional Cubano Americana (FNCA) enquanto uma organização independente formada pelos exilados e com capacidade para pressionar o congresso em assuntos cubanos.

Do mesmo modo, será abordada a inserção dos emigrados cubanos no sistema político eleitoral norte-americano e a relação que se estabelece a partir desse momento entre os emigrados e as administrações norte-americanas, quando os cubanos passam a pressionar o congresso com a intenção de promover projetos políticos voltados aos seus interesses particulares em Cuba e quando recebem apoio para a execução desses projetos das administrações norte-americanas, interessadas em manter o padrão de hostilidade de sua política externa para o regime cubano e em garantir os votos dos emigrantes e sua contribuição financeira, o que sinaliza a inserção desses cubanos na política doméstica do país.

Nessa direção, a dissertação pretende mostrar como os objetivos atuais da FNCA se encontram em consonância com os valores da atual administração de George W. Bush, principalmente no que se refere à transição política em Cuba, em que esta administração financia e apóia programas com esse fim, com o objetivo último de formular um modelo de transição democrática para Cuba ao estilo ocidental.

Por fim, abordaremos o debate sobre a transição política em Cuba, intensificado após a transferência de poder _inicialmente temporária, mas depois oficializada_ de Fidel ao seu irmão Raul Castro por motivos de saúde, encerrando um ciclo no país e inaugurando outro, talvez não como o esperado pelo governo norte-americano e pelos cubanos-americanos da FNCA, mas que representa a continuidade da luta política iniciada com a Revolução Cubana de 1959.

CAPÍTULO 1: REVOLUÇÃO CUBANA E PROCESSO MIGRATÓRIO PARA OS ESTADOS UNIDOS

1.1 Antecedentes históricos

Cuba foi uma das últimas e mais prolongadas dominações espanhola das repúblicas latino-americanas¹. Isso se justifica, primeiramente, pelo seu diferente tipo de administração colonial, que via na continuidade do aparato repressivo espanhol a garantia da manutenção da escravidão, forma de trabalho predominante na principal atividade econômica do país. Porém, também deve ser considerada sua localização geográfica. A Ilha se encontrava em posição estratégica no Golfo do México, servindo como ponto de abastecimento para as embarcações com destino à América e ficando no centro de disputas das potências européias em busca de possessões no Caribe. Deste modo, converteu-se “em baluarte militar, marítimo e comercial da Espanha nas Américas” (FERNANDES, 1979, p.22), em defesa de suas rotas de navegação.

A base da economia cubana se sustentava na produção agrícola, no tabaco e no açúcar _inicialmente limitado pelo reduzido mercado espanhol, mas posteriormente principal produto da colônia e das relações comerciais com os Estados Unidos, passando Cuba à esfera de influência econômica norte-americana antes mesmo de conquistar sua independência. Essa relação com o novo mercado e sua proximidade geográfica despertou na Espanha a necessidade de estreitar relações com Cuba e fortalecer sua presença militar, o que provocou nos colonos uma posição antagônica e os dividiu em duas correntes: uma defendia o protecionismo espanhol a fim de garantir a expansão latifundiária, a submissão dos escravos e relativa autonomia no comércio, e a

¹ Ao lado de Cuba, Porto Rico também permaneceu colônia espanhola. Esta situação perdurou até o momento da Guerra Hispano-americana, em 1898, no entanto, e ao contrário de Cuba, que passou à condição de protetorado norte-americano após dito conflito, Porto Rico foi cedido aos Estados Unidos.

outra defendia a anexação de Cuba pelos Estados Unidos, que constituía seu principal mercado consumidor.

Em nossa Ilha, a classe mais poderosa, a dos fazendeiros de açúcar e café, não quis lançar-se em uma revolução que afetaria seus bons negócios comerciais, além disso, porque temia perder os numerosos escravos de suas propriedades. (...) O fato de que os Estados Unidos compravam uma grande parte do açúcar de Cuba propiciou que muitos fazendeiros cubanos pensassem que a Ilha deveria fazer parte deste Estado (LE RIVEREND, 1981, p.50, 56-57, tradução nossa) ²

A discussão sobre a possibilidade da anexação de Cuba foi um propósito expressado em diferentes momentos pelos Estados Unidos, que concebiam a Ilha como uma extensão natural de seu domínio político e econômico. O interesse por Cuba tem seus antecedentes com o início da expansão territorial norte-americana, que garantiu ao país a aquisição dos territórios da Louisiana e da Flórida. Nessa direção, a importância de Cuba foi evocada pela primeira vez em 1805, por Thomas Jefferson, que considerava sua posse necessária para assegurar a defesa dos territórios adquiridos porque a Ilha era a chave do Golfo do México.

Entre os territórios espanhóis na bacia do Caribe, Cuba era o país que mais despertava o interesse dos Estados Unidos, tanto por sua localização estratégica, que permitia o controle do Mar do Caribe, quanto por sua proximidade com este país, que poderia servir de base para a agressão armada européia. Havia ainda a preocupação com sua estrutura colonial, cuja fragilidade foi evidenciada no episódio em que a Grã-Bretanha se apoderou de Havana, devolvendo-a à Espanha em troca da Flórida, fato que explicava a preocupação e o interesse norte-americano em adquiri-la. Em 1809, reforçando o propósito de adquirir Cuba, Thomas Jefferson encaminhou uma carta ao seu sucessor, o presidente James Madison, na qual declarava que Cuba constituía a mais interessante adição que se podia fazer ao sistema de Estados dos Estados Unidos.

² Do original: “En nuestra Isla la clase más poderosa, la de los hacendados azucareros y cafetaleros, no quiso lanzarse a una revolución que afectara sus buenos negocios comerciales y porque además temía perder los numerosos esclavos de sus fincas. (...) El hecho que Estados Unidos comprara una gran parte del azúcar de Cuba propició que muchos hacendados cubanos pensarán que la Isla debía formar parte de ese Estado.”

Outra manifestação sobre o interesse em anexar Cuba está presente na carta do secretário de Estado John Quincy Adams escrita em abril de 1823 e endereçada ao representante norte-americano Hugh Nelson em Madri, na qual ele expressava o desejo de garantir a posse de Cuba para que o país não concorresse aos anseios de outras nações além da Espanha, que perdia o controle sobre suas possessões latino-americanas e a qual ambicionavam substituir.

Essas ilhas são apêndices naturais do continente norte-americano, e uma delas – quase à vista das nossas praias - tornou-se, em função de uma multidão de considerações, um objeto de importância transcendente para os interesses comerciais e políticos da nossa União. (...) Há leis da política como há leis da gravitação física. E se uma maçã, separada de sua árvore nativa pela tempestade, não pode escolher, mas apenas cair ao chão, Cuba, por força desligada do seu vínculo não natural com a Espanha, e incapaz de se auto-sustentar, só pode gravitar na direção da União Norte-Americana, a qual, pela mesma lei da natureza, não pode segregá-la em seu seio. (GOTT, 2006, p.365)

No mesmo ano, foi proclamada a “Doutrina Monroe”, que recebeu este nome devido ao presidente James Monroe. Essa doutrina expressava a primeira manifestação da influência norte-americana no hemisfério e constituía um instrumento da política externa expansionista dos Estados Unidos para a América Latina. Sob o argumento da segurança hemisférica e do repúdio a possíveis pretensões européias de recolonização na região, os Estados Unidos se utilizavam da retórica “A América para os Americanos” e se colocavam como protetores dos países latino-americanos recém-independentes, os quais consideravam incapazes de defender seus próprios interesses.

A “Doutrina Monroe”, de acordo com Luís Fernando Ayerbe, “(...) inaugura uma política externa cujos delineamentos principais acompanharão as relações com a América Latina e o Caribe no decorrer do século XIX e boa parte do século XX. Desde os primeiros momentos da sua formulação, Cuba estará presente (AYERBE, 2004, p.42)”.

Dando continuidade à proposta da “Doutrina Monroe” de avançar para o continente, outra declaração sobre a tendência anexionista norte-americana foi o “Destino Manifesto”, expressão

utilizada pelo jornalista John L. O'Sullivan em 1845 para justificar a anexação de parte do território mexicano. Alegando a superioridade da raça anglo-saxônica, predestinada a civilizar o resto do mundo, o “Destino Manifesto” tornou-se base de uma política retomada no final do século XIX, que visava fundamentar e justificar a incorporação pelos Estados Unidos de algumas regiões do Caribe.

A política expansionista norte-americana para Cuba possuía o respaldo da corrente anexionista da Ilha, que sempre esteve submetida aos interesses dos Estados Unidos e, no período que antecedeu a Guerra Civil norte-americana, aliou-se às classes escravistas com o objetivo de incorporar Cuba àquele país e fortalecer o movimento antiabolicionista. O resultado dessa política foi o “Manifesto Ostend” que, elaborado em 1854 por representantes norte-americanos na Espanha, na Grã-Bretanha e na França, recomendava a anexação de Cuba pela compra ou pela força armada, caso a Espanha se negasse a vendê-la.

(...) o Manifesto Ostend, é a quinta-essência do expansionismo ardente da Jovem América. Começa com uma afirmação de que “Cuba é tão necessária para a república norte-americana como quaisquer de seus membros presentes” e, portanto, “deveria ser feito um esforço imediato e honesto pelo governo dos Estados Unidos para comprar Cuba da Espanha”. (...) a Espanha não estava interessada em vender, eles levaram seu argumento um passo adiante perguntando: “depois que oferecermos à Espanha um preço por Cuba muito superior a seu presente valor, e depois que isto tiver sido recusado, será, então, o momento de considerar a questão: será que Cuba, em posse da Espanha, ameaça seriamente nossa paz interna e a existência de nossa União?” A resposta deles serviu como conclusão do Manifesto: “Se a resposta a esta questão for afirmativa, então, por toda lei, humana e divina, estaremos certos em arrebatá-la da Espanha se possuímos o poder”. (SCHOULTZ, 2000, p.73)

Contudo, entre 1865 e 1968, tanto a corrente anexionista, que defendia a incorporação aos Estados Unidos, quanto a autonomista, que defendia a manutenção do aparato colonial, perderam força. A primeira, devido à vitória da classe antiescravista na Guerra da Secessão, em 1865, e a segunda, pelas reformas e concessões não concretizadas. Embora a corrente anexionista tenha perdido força nesse período, reapareceria posteriormente sob outra forma.

O anexionismo, no entanto, ainda que politicamente derrotado desde 1868, adotou novas variantes mais ou menos encobertas, reaparecendo na história de Cuba como ideologia predominante de um setor minoritário, mas poderoso da burguesia, apoiada pela pertinaz e pernicioso intromissão norte-americana nos assuntos internos cubanos, chegando a hegemonizar de fato o poder político da pseudo-república – com raras exceções – entre 1902 e 1959. (ALZUGARAY, 1997, p.12, tradução nossa) ³

Naquela ocasião, o governo espanhol ampliou então o controle sobre Cuba. Isso provocou uma crescente incompatibilidade entre os interesses das duas partes e originou uma insurreição pela emancipação nacional. Motivado pela demanda de reformas no sistema colonial espanhol, o ato constituiria _sob a liderança de Carlos M. Céspedes até sua morte e de líderes populares como Antonio Maceo e Máximo Gómez_ a primeira guerra do processo de independência cubano, a Guerra dos Dez Anos (1868-1878). Esta guerra combinou a participação de líderes patriotas cubanos, camponeses, artesãos, escravos e estudantes. Porém, por falta de recursos, eles foram derrotados pela Espanha, que prometeu reformas no sistema administrativo colonial.

A segunda guerra do processo de independência cubano foi impulsionada pelo não cumprimento das reformas prometidas pela Espanha, pela crescente penetração norte-americana na economia cubana, pelo enfraquecimento do domínio espanhol ultramarino e pelo ideal nacionalista de liberdade e independência. Liderada inicialmente pelo intelectual José Martí, morto em combate, vinculava alguns dos líderes da Guerra dos Dez Anos, entre os quais os generais Máximo Gómez e Antonio Maceo, com as novas gerações de camponeses, operários, artesãos, intelectuais e emigrados cubanos nos Estados Unidos. Essa guerra se desenvolveu sob o amparo de um partido cunhado para conduzir a revolução, o Partido Revolucionário Cubano – PRC, dirigido por José Martí, que já neste momento advertia para as pretensões dos Estados

³ Do original: “El anexionismo, sin embargo, aunque derrotado políticamente desde 1868, adoptó nuevas variantes más o menos encubiertas, reapareciendo en la historia de Cuba como ideología predominante de un sector minoritario pero poderoso de la burguesía, apoyado por la pertinaz y pernicioso intromisión norteamericana en los asuntos internos cubanos, llegando a hegemonizar de hecho el poder político de la seudorrepublica – con raras excepciones – entre 1902 y 1959.”

Unidos sobre Cuba em virtude de sua experiência em território norte-americano e seu conhecimento sobre a política expansionista do país.

Conhecida como Guerra de Libertação (1895-1898), esta guerra sofreu intervenção norte-americana, o que lhe permitiu ser denominada também como Guerra Hispano-Americana. A intervenção ocorreu sob o pretexto de que a Espanha teria sido a responsável pela explosão de um navio de guerra norte-americano, o “Maine”, atracado no porto de Havana. A embarcação tinha por objetivo proteger os interesses do país naquela região, que se encontrava tomada por conflitos entre espanhóis e cubanos. Mas a intervenção ocorreu também e, principalmente, sob a retórica de garantir a independência de Cuba, uma vez que a Espanha estaria violando os princípios da Doutrina Monroe de libertação das colônias e representando uma ameaça à segurança hemisférica ocidental, devido à possibilidade de novas colonizações européias na região.

Como observou Cristina S. Pecequilo:

Em outra dimensão, mais pragmática e realista, a intervenção era a realização prática dos objetivos estabelecidos no padrão do sistema americano: a exclusão de poderes extracontinentais do hemisfério e a preservação da estabilidade regional, com o aprofundamento natural da hegemonia norte-americana e a preservação de sua zona de influência como uma área de interesse intocada. (PECEQUILO, 2005, p.81)

A intervenção norte-americana na guerra foi um fator determinante para o resultado final da independência de Cuba da Espanha, mas não significou para a Ilha a independência propriamente dita, uma vez que os Estados Unidos a ocuparam militarmente de 1898 a 1902, convertendo-a em uma espécie de protetorado, com o direito norte-americano de intervir diretamente nos seus assuntos internos através da Emenda Platt, que, apresentada pelo senador norte-americano Orville H. Platt _partidário da anexação de Cuba aos Estados Unidos_, definia o estatuto das relações cubano-americanas.

Caso a Emenda Platt não fosse incorporada à Constituição de Cuba, a manutenção indefinida da ocupação do governo militar norte-americano seria a única garantia do direito dos Estados Unidos de submeterem a Ilha frente à cobiça de outras potências estrangeiras, anulando desta forma a soberania cubana, uma vez que permitia aos americanos o direito de intervenção. Aprovada em 1901, vigorou até 1934, quando foi revogada. Durante este período, o direito de intervenção garantido pela Emenda Platt aos Estados Unidos foi amplamente posto em prática, como demonstraram as intervenções de 1906 a 1909, 1912 e de 1917 a 1923.

Que o governo de Cuba consinta que os Estados Unidos possam exercer o direito de intervir para a conservação da independencia cubana, a manutenção de um governo adequado para a proteção das vidas, propriedade e liberdade individual e para cumprir as obrigações que com respeito a Cuba tem sido impostas aos Estados Unidos pelo Tratado de Paris e que devem agora ser asumidas e cumpridas pelo Governo de Cuba. (EMENDA PLATT, 1901, tradução nossa) ⁴

A participação dos Estados Unidos na Guerra Hispano-Americana assinala seu envolvimento direto no sistema internacional e introduz, como observou Ayerbe (2004), novos elementos ao processo de independência cubano, diferenciando-o dos demais movimentos latino-americanos e inaugurando um imperialismo que combinava interesses nacionais com uma política externa intervencionista.

(...) a atuação norte-americana frustrou as expectativas de liberdade e soberania que alimentavam o movimento desde o início. A desilusão com o desfecho será fator essencial na formação de uma singular consciência nacionalista, que passa a reivindicar uma terceira guerra emancipatória, desta vez contra os Estados Unidos (AYERBE, 2004, p.25-6).

Deste modo, as guerras de independência não alcançaram sucesso no que tange à emancipação nacional cubana, o fim do período colonial não significou o início de um estado

⁴ Do original: Que el Gobierno de Cuba consiente que los Estados Unidos puedan ejercitar el derecho de intervenir para la conservación de la independencia cubana, el mantenimiento de un Gobierno adecuado para la protección de vidas, propiedad y libertad individual y para cumplir las obligaciones que con respecto a Cuba han sido impuestas a los Estados Unidos por el tratado de París y que deben ahora ser asumidas y cumplidas por el Gobierno de Cuba. Disponível em: http://bdigital.bnjm.cu/constituciones/constituciones_frame.htm. Acesso em: Abril, 2007.

soberano para Cuba. O que se pode dizer é que, a luta pela emancipação nacional cubana foi momentaneamente paralisada pela intervenção norte-americana na Guerra de Libertação, mas posteriormente reivindicada e redefinida em um outro contexto social.

O novo contexto social seria caracterizado pela combinação da manutenção de elementos estruturais coloniais e pela presença cada vez mais notória de elementos da tendência expansionista norte-americana, bem como de um governo subordinado aos seus interesses. Desta forma, presumia-se que neste contexto, a influência européia na região estaria eliminada, o que asseguraria a expansão do poder norte-americano.

1.2 Revolução Cubana

Os governos que se sucederam nas primeiras décadas do período pós-colonial eram constituídos pelos altos setores da sociedade colonial, defensores da política anexionista e da permanente ocupação norte-americana e, elevados a primeiro plano na política deste país, subordinavam-se ao domínio norte-americano e favoreciam seus interesses, limitando-se às expectativas sociais de uma pequena parcela da sociedade, a oligarquia.

A característica intervencionista que assumiram os Estados Unidos nesse período para impor seu domínio se fazia valer, como já mencionado, através da Emenda Platt, que representava e definia o estatuto das relações entre os dois países. Do mesmo modo, surgiram outros acordos que intensificavam o domínio sobre Cuba: o Tratado de Reciprocidade Comercial e um tratado militar que concedia às forças armadas norte-americanas o direito de manter permanentemente uma base naval em território cubano, na Baía de Guantánamo. Essa política intervencionista nos assuntos cubanos garantia aos norte-americanos a participação do seu capital na indústria açucareira cubana. Posteriormente, isso implicaria no controle dos setores mais

promissores da economia nacional da Ilha e na dependência e limitação da mesma ao mercado dos Estados Unidos.

As grandes camadas da população não haviam renunciado a seus objetivos de libertação nacional e começavam a se organizar para se manifestar contra fraudes eleitorais e relações de submissão de Cuba em relação aos Estados Unidos. Esse clima de insatisfação exigia daquela oligarquia regimes políticos árdios, capazes de conter essas oposições populares sem, contudo, deixarem de corresponder aos interesses norte-americanos.

Neste contexto, assumiu o poder em 1925, o general Gerardo Machado, que estabeleceu uma ditadura para reprimir a oposição que se reorganizava e que sofria influências de movimentos revolucionários externos. Neste mesmo ano, sob a liderança do estudante Julio Antonio Mella, de orientação marxista, ocorreu a fundação do Partido Comunista de Cuba. Mella foi assassinado pela polícia de Machado quando pretendia retomar os ideais de José Martí. Sua morte favoreceu as manifestações contra o governo vigente, que foi reeleito em 1928 por seis anos através de uma reforma na Constituição.

Porém, depois de sucessivas greves e de uma greve geral revolucionária, em um contexto acentuado pela crise econômica de 1929 _que afetou diretamente a economia cubana, uma vez que os Estados Unidos constituíam seu principal mercado consumidor_, Machado abandonou o país em agosto de 1933, refugiando-se nos Estados Unidos e sendo sucedido por um governo provisório imposto por esse país.

A emergência do sargento Fulgêncio Batista no cenário cubano ocorre nessa ocasião e se estende inicialmente até 1944. Batista liderou uma rebelião militar no Quartel Columbia e foi promovido comandante-em-chefe do Estado. O país vivia uma situação revolucionária provocada pela mobilização popular gerada no governo anterior e tinha em seu comando um frágil governo provisório. Batista passou então a conduzir forças de repressão que atuavam contra as

manifestações populares e a estabelecer relação de confiança com os Estados Unidos, que também procuravam conter qualquer tipo de êxito revolucionário. Batista se consolidou como expressão do poder e disputou com Grau San Martín as eleições de 1940.

No entanto, o governo de Batista, que embora tenha aparecido primeiramente como expressão da luta contra a ditadura de Machado, se consolidou como um governo corrupto e isolado da população. Ressurgiria, depois das presidências de Grau San Martín (1944-48) e Prío Socarras (1948-52), como expressão de um movimento que irá interromper, segundo Luis Fernando Ayerbe “o caminho da política institucional para inúmeras lideranças que apostavam na legitimidade do sistema como premissa para o encaminhamento das mudanças sócio-econômicas de que o país necessitava” (AYERBE, 2004, p.26).

Em 10 de março de 1952, Fulgêncio Batista, que apresentou-se como candidato às eleições, liderou, apoiado pelos Estados Unidos, um golpe militar que suspendeu a Constituição e lhe garantiu a presidência. O regime de Batista foi marcado pela corrupção no governo, pela violência da polícia, e principalmente, pela indiferença às necessidades básicas da população no que se refere à educação, habitação, saúde, justiça e progresso social, enquanto uma minoria, obviamente vinculada ao seu governo e aos capitais norte-americanos, era beneficiada e gozava de um alto nível de vida. Esta situação contrariou as expectativas da população de um governo que respondesse aos anseios sociais de toda a sociedade, abrindo margem para a organização de movimentos de resistência à postura ditatorial novamente assumida pelo seu governo e inaugurando um novo período para o movimento oposicionista, que desde já fomentava as condições políticas que conceberiam o povo cubano como unidade política na luta revolucionária.

O governo de Batista era de tal forma odiado, que resultou em uma grande unidade do povo cubano, muito mais do que qualquer outro governante, desde a ditadura de Machado, vinte anos antes... uma unidade que Batista não entendeu e que serviria como o principal gatilho para a revolução. (SZULC, 1987, p.241)

Entre esses movimentos de resistência contra a ditadura de Batista, o de maior destaque e êxito, foi o liderado pelo recém formado advogado Fidel Castro, um movimento revolucionário de caráter popular, de libertação nacional e antiimperialista. Fidel aliou-se ao Partido do Povo Cubano – PPC, também conhecido como “Ortodoxo”, que se baseava nos ideais nacionalistas e antiimperialistas de José Martí. O suicídio do líder do “Ortodoxo”, Eduardo Chibás, que ocorreu como forma de protesto à situação que se encontrava o país e ao golpe militar liderado por Fulgêncio Batista, significaram para Fidel, que qualquer possibilidade de oposição à ditadura consistiria uma tarefa difícil e para a qual ele acreditava, ao contrário de outros movimentos que optaram por trabalhar pacificamente, que a única maneira de enfrentá-lo seria através de uma revolução.

Foi então que, em 1953, Fidel começou a organizar um movimento revolucionário contra Fulgêncio Batista. O movimento consistia no assalto ao Quartel Moncada, segundo quartel mais importante do país, e onde pretendiam apoderar-se das armas e iniciar um processo insurrecional distribuindo-as à população. No entanto, a iniciativa fracassou por conta da falta de coordenação entre os três grupos de assalto e resultou na prisão de suas principais lideranças, entre as quais a do próprio Fidel Castro. Foi neste contexto, que Fidel pronunciou sua própria defesa, intitulada “A história me absolverá”, documento através do qual denunciava as arbitrariedades de tratamento de que tinha sido vítima, narrava a ação insurrecional, expunha seus objetivos políticos, denunciava as condições precárias do país e recomendava as orientações que deveriam se seguir posteriormente à ditadura de Batista.

Com a anistia concedida em 1955, Fidel viajou ao México, onde conheceu Ernesto “Che” Guevara, médico argentino envolto em causas sociais que lá se encontrava após a vitória dos contra-revolucionários na Guatemala. No México, Fidel pretendia se dedicar à promoção de uma nova ofensiva. Para tanto, viajou aos Estados Unidos para buscar apoio entre a comunidade

cubana emigrada nesse país, que ali estabelecida em decorrência da insatisfação política e econômica em que se encontrava Cuba desde as guerras de independência. Além disto, estabeleceu articulação com a oposição interna dentro de Cuba e organizada sob o Movimento 26 de Julho, em alusão à data do assalto ao Quartel Moncada.

Fidel então organizou uma força expedicionária que, a bordo do barco Granma, deveria desembarcar na Ilha no mesmo momento em que levantes populares estariam acontecendo em Santiago de Cuba. Isso não ocorreu devido às condições precárias da embarcação, que sequer comportava todos os expedicionários de forma segura, e ao conseqüente atraso na data do desembarque, que não coincidiu com os levantes da cidade e resultou em um ataque das forças de Batista no qual apenas doze combatentes sobreviveram e se dispersaram pela Sierra Maestra. Da serra, com a incorporação e o apoio da população do campo, surgiria a força motora do novo movimento revolucionário, o Exército Rebelde, que agregava o Movimento 26 de Julho e as novas forças incorporadas à luta.

O novo movimento seria conduzido por Fidel, Raul e “Che” Guevara. Os três comandariam as ações revolucionárias oriundas do campo que, em consonância com o fortalecimento dos movimentos das cidades, desenvolveriam aquela que seria a ofensiva final contra Batista.

Neste momento, os Estados Unidos, que até março de 1958, tinham apoiado econômica, política e militarmente o regime de Batista, identificaram a repulsa da população cubana pelo seu governo e o fato de que este já não era mais capaz de controlar a situação. Pressupondo que enfrentariam grandes problemas se os guerrilheiros daquela região assumissem o poder e certos de que qualquer mudança em Cuba afetaria seus interesses, os Estados Unidos passaram à promover a partir deste momento e até dezembro de 1958, uma política que consistia na busca de uma saída com êxito que impedisse a revolução, contudo, “Muitos dos documentos refletem a

frustração e desconcerto dos funcionários norte-americanos ante ao fracasso da política do Governo dos Estados Unidos para Cuba em seus intentos de impedir o triunfo da Revolução.” (Alzugaray, 2000, p.164, tradução nossa) ⁵

Assim, uma vez que a queda de Batista parecia inevitável, a melhor opção seria sua renúncia e a constituição de um governo transitório dirigido por uma pessoa a ele vinculada, e a quem os Estados Unidos ofereceriam suporte, com o objetivo de conter a chegada de Fidel ao poder, ou ao menos reduzir sua presença no cenário político: “Claramente, o Departamento (de Estado) não queria que Castro tivesse êxito em alcançar a direção do Governo (de Cuba). Portanto, estamos buscando através de todos os meios disponíveis sem chegar à intervenção aberta, criar uma solução política em Cuba que mantenha o movimento de Castro fora da esfera de poder.” (Christian Herter *apud* ALZUGARAY, 1997, p.27, tradução nossa) ⁶

Como colocou Alzugaray (2000), daquele momento em diante os esforços norte-americanos concentrariam-se em identificar uma terceira pessoa para bloquear o movimento dirigido por Fidel Castro, o chamado Movimento 26 de Julho. Esta terceira pessoa faria parte da concepção de que “Como o regime de Batista começou a enfraquecer-se, Washington optou ao fim dos anos de 1950 pela alternativa em curso: o batistianismo sem Batista – mantendo o regime intacto, porém trocando o pessoal mais importante da administração”. (SMITH, 2000, p.165, tradução nossa) ⁷

⁵ Do original: “Muchos de los documentos reflejan la frustración y el desconcierto de (los) funcionarios norteamericanos ante el fracaso de la política del Gobierno de los Estados Unidos hacia Cuba en sus intentos por impedir el triunfo de la Revolución”

⁶ Do original: “Claramente, el Departamento (de Estado) no quiere que Castro tenga éxito en alcanzar la dirección del Gobierno (de Cuba). Por lo tanto, estamos buscando por todos los medios disponibles sin llegar a la intervención abierta, crear una solución política en Cuba que mantenga al movimiento de Castro fuera del poder”

⁷ Do original: “As the Batista regime began to weaken, Washington opted in the late 1950s for an alternative course: batistianismo sin Batista – keeping the regime intact but changing top most personnel”

Foram convocadas eleições, que não alcançaram participação significativa da oposição legal e na qual, embora o candidato de Batista tenha saído vitorioso, ele não chegou a tomar posse, pois de acordo com o Departamento de Estado, a conclusão de qualquer solução em Cuba:

(...) requer que Batista abandone o poder, como chefe de Estado ou como autoridade atuante por trás de um sucessor títere. Provavelmente, também deveria abandonar o país. Muitos cubanos responsáveis compartilham desse ponto de vista. Está claro que o Departamento não quer ver o acesso de Castro à direção do Governo... não acreditamos que Batista tenha possibilidade alguma de estabelecer seu sucessor de forma firme e pacífica no governo em 24 de fevereiro de 1959. (...) (DEPARTAMENTO DE ESTADO *apud* ALZUGARAY, 2000, p.185, tradução nossa) ⁸

Em 31 de dezembro de 1958, Batista abandonou o poder e fugiu inicialmente com sua família e seus principais auxiliares para República Dominicana, uma vez que não possuía o respaldo dos Estados Unidos. Foi instalado um governo provisório em 1º de janeiro de 1959 e Fidel Castro foi nomeado primeiro ministro defendendo desde então que, a última guerra pela independência e liberdade de Cuba tinha sido vencida:

Desta vez, para a sorte de Cuba, a Revolução chegará às *vias de facto*; não será como em 95, quando vieram os americanos e se fizeram donos do país; (...); não será como em 33, que quando o povo começava a acreditar que a Revolução estava ocorrendo, veio o senhor Batista, que traiu a revolução, apoderou-se do poder e instaurou uma feroz ditadura; não será também como em 44, ano em que as multidões se enalteceram crendo que ao fim o povo havia chegado ao poder, e aqueles que chegaram ao poder eram ladrões. Nem ladrões, nem traidores, nem intervencionistas, desta vez sim é uma revolução! (RUZ, 1982, p.46, tradução nossa) ⁹

Algumas das primeiras medidas tomadas pelo governo revolucionário, entre outras, consistiam na extinção do sistema político neocolonial, que incluía o poder da oligarquia, dos

⁸ Do original: “(...) requiere que Batista abandone el poder, ya sea como Jefe de Estado o como la autoridad detrás de un sucesor títere. Probablemente, también debería abandonar el país. Muchos cubanos responsables comparten este punto de vista. Está claro que el Departamento no quiere ver el acceso de Castro a la dirección del Gobierno... no creemos que Batista tenga posibilidad alguna de establecer a su sucesor firme y pacíficamente en el Gobierno, el 24 de febrero de 1959. (...)”

⁹ Do original: “Esta vez, por fortuna para Cuba, la Revolución llegará de verdad a su término; no será como en el 95, que vinieron los americanos y se hicieron dueños del país; (...); no será como en el 33, que cuando el pueblo empezó a creer que la revolución se estaba haciendo vino el señor Batista, traicionó la revolución, se apoderó del poder e instauró una dictadura feroz; no será como en el 44, año en que las multitudes se enardecieron creyendo que al fin el pueblo había llegado al poder y los que llegaron al poder fueron los ladrones. ¡Ni ladrones ni traidores ni intervencionistas, esta vez sí es una revolución!”

latifundiários, fazendeiros e comerciantes importadores, além da destruição do aparato militar de Batista. Foi aprovada a Lei de Reforma Agrária, que permitia a confiscação de bens malversados, a expropriação de terras dos latifundiários e a nacionalização de terras estrangeiras, intensificando nos Estados Unidos e na oligarquia batistiana o desejo de pôr fim à revolução.

Como resposta às medidas tomadas pelo governo cubano _que contrariavam e afetavam diretamente a segurança e os interesses norte-americanos_, à declaração do caráter socialista do novo regime e à aliança estabelecida com a União Soviética, que incluía apoio econômico e militar, as relações entre Cuba e os Estados Unidos se deterioraram.

Sob os cuidados da administração Dwight D. Eisenhower (1953-1961), iniciou-se uma política de hostilidade para Cuba e o processo de desestabilização da revolução, que passaria a ser promovido de fora, através de programas que incluíam desde o isolamento diplomático de Cuba, à atentados terroristas contra líderes revolucionários, propagandas anticubanas, apoio à contra-revolução e sanções econômicas. De acordo com Smith:

Eisenhower reagiu de pronto. Em março de 1960, o presidente endossou uma recomendação da CIA para “Um programa de Ação contra o Regime de Castro”. O plano incluía quatro pontos: fortalecimento da oposição política for a de Cuba, lançamento de “uma poderosa propaganda ofensiva”, condução de espionagem no interior de Cuba, e promoção do “desenvolvimento de uma força paramilitar fora de Cuba para uma futura ação guerrilheira”.(SMITH, 2000, p.166, tradução nossa)¹⁰

Essas reações produzidas pela Revolução Cubana nos Estados Unidos representavam, além da preocupação com o comprometimento de seus interesses, que desde a guerra hispano-americana estiveram assegurados pelo suporte deste governo aos regimes cubanos, bem como

¹⁰ Do original: “Eisenhower promptly reacted. In March 1960 the president endorsed a CIA recommendation for “A Program of Covert Action against the Castro Regime.” The plan included four points: strengthening the political opposition outside Cuba, launching “a powerful propaganda offensive,” conducting espionage within Cuba, and promoting “the development of a paramilitary force outside of Cuba for future guerrilha action.”

pela convivência dos mesmos ao exercício deste suporte, um desafio à esfera de influência norteamericana, à medida que o comunismo instalava-se no hemisfério ocidental.

Como observou Smith:

Na visão estratégica da União, com sua presumida dominação sobre clientes e marionetes, a presença de um governo socialista representaria uma intromissão de poder extra-hemisférico nas Américas – o que viola a Doutrina Monroe. A aceitação deste acontecimento poderia enfraquecer a credibilidade dos Estados Unidos como líder ocidental e como rival para a URSS. Nos olhos dos Guerreiros da Guerra Fria, a consolidação de qualquer regime de orientação esquerdista no Hemisfério Ocidental teria péssimas e perigosas implicações para a segurança nacional dos Estados Unidos e para a distribuição global do poder. (SMITH, 2000, p.164, tradução nossa) ¹¹

Assim, em janeiro de 1961, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com Cuba, preocupados com a ameaça do comunismo internacional e com a exportação da revolução. No mês de abril do mesmo ano, foram postos em prática pela administração Kennedy (1961-1963), os projetos intervencionistas herdados do governo anterior, como parte do pressuposto de que “não era possível alcançar nossos objetivos com Castro no poder” (RUBBOTON *apud* DIÉGUEZ, 2005, p.61, tradução nossa)¹²

Deste modo, processou-se a invasão em Cuba pela Baía dos Porcos, organizada por grupos de guerrilheiros cubanos contra-revolucionários e integrantes da ditadura de Batista exilados nos Estados Unidos que foram treinados pela Central Intelligence Agency (CIA) e que tinham por objetivo apoderar-se militarmente do país e acabar com a revolução. No entanto, foram derrotados em apenas 72 horas pelas forças e pela população cubana, o que acentuou as tensões nas relações entre Cuba e Estados Unidos.

¹¹ Do original: “In view of Union strategy, with its presumed domination of clients and puppets, the presence of a socialist government would represent an intrusion of extra hemispheric power within that Americas – and violate the Monroe Doctrine. Acceptance of this outcome could weaken the credibility of the United States as the leader of the west and as rival for the URSS. In the eyes of Cold Warriors, the consolidation of any left-wing regime in the Western Hemisphere would have dire and dangerous implications for U.S. national security and for the global distribution of power.”

¹² Do original: “no era posible alcanzar nuestros objetivos con Castro en el poder”

O governo norte-americano procurou demonstrar que não possuía envolvimento direto com a invasão, atribuindo sua causa à insatisfação da população e dos exilados cubanos frente ao novo regime. Ao contrário disto, o fracasso da invasão fortaleceu a imagem de êxito da revolução cubana e pôs fim às pretensões dos segmentos anexionistas em Cuba, que pretendiam fazer parte dos Estados Unidos, e continuaram a emigração em grande escala para este país, onde recebiam apoio para o movimento contra-revolucionário. Nesta direção, e considerando o fracasso da Baía dos Porcos, elaborou-se um comitê com a finalidade de supervisionar as atividades anti-cubanas e pôr fim ao regime castrista, o Special Group Augmented - (SGA), que em uma de suas reuniões nomeou a mencionada invasão como Operação Mangosta (Mongoose).

Todo o conjunto de operações e ações de Mangosta que seriam geradas contra Cuba se encontram definidas em um documento apresentado pelo general Lansdale ao presidente Kennedy no dia 18 de janeiro de 1962, identificado como Projeto Cuba. Seu objetivo fundamental era estabelecer que os Estados Unidos ajudariam os contra-revolucionários cubanos a derrotar a Revolução Cubana a partir de dentro e instaurar um novo governo com o qual os Estados Unidos possam estabelecer relações amistosas. (VIVANCO, 2002, p.36, tradução nossa)

¹³

Em janeiro de 1962, Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA) e decidiu-se, no mês seguinte, por proposta dos Estados Unidos, o bloqueio econômico e político à Ilha, alegando que seu regime exportava a ideologia comunista para a América Latina. O México foi o único país do continente que não rompeu relações com Cuba. Em 22 de outubro do mesmo ano, o governo norte-americano impôs o bloqueio naval a Cuba, devido à descoberta da instalação de mísseis soviéticos neste país.

Eu ordenei que fossem tomadas imediatamente as seguintes providências iniciais:

Primeiro: Para cessar essa força ofensiva, está sendo iniciada uma rigorosa quarentena de todos os equipamentos militares ofensivos embarcados para Cuba.

¹³ Do original: “Todo el conjunto de operaciones y acciones de Mangosta que se habrían de generar contra Cuba se encuentran definidas en un documento presentado por el general Lansdale al presidente Kennedy con fecha 18 de enero de 1962, identificado como Proyecto Cuba. Su objetivo fundamental era establecer que los Estados Unidos ayudaran a los contrarrevolucionarios cubanos para derrocar a la Revolución Cubana desde dentro e instaurar un nuevo gobierno con el que los Estados Unidos puedan sostener relaciones amistosas.”

Qualquer tipo de navio a caminho de Cuba que estiver levando carregamento de armas ofensivas, qualquer que seja a nação ou o porto de origem, deverá retornar.

Segundo: Ordenei a intensificação da vigilância contínua sobre Cuba e seu crescimento militar. Se essa mobilização militar ofensiva continuar, aumentando a ameaça ao hemisfério, uma outra ação será justificada. Ordenei que as Forças Armadas fiquem preparadas para qualquer eventualidade.

Terceiro: Qualquer míssil nuclear lançado de Cuba contra qualquer nação do Hemisfério Ocidental deverá ser considerado um ataque da União Soviética aos Estados Unidos, exigindo total retaliação contra a União Soviética. (KENNEDY, 1962)¹⁴

A Crise dos Mísseis, como ficou conhecida, foi a ocasião em que a Guerra Fria esteve mais próxima de evoluir para uma guerra nuclear, uma vez que qualquer ataque por míssil nuclear de Cuba seria entendido como um ataque da União Soviética e teria, como declarado pelo Presidente Kennedy, a resposta correspondente.

A solução para a crise ocorreu através de uma carta enviada pelo presidente Nikita Krushev ao presidente Kennedy em que ele justificava a instalação de mísseis defensivos em Cuba como resposta à instalação de mísseis pelos Estados Unidos na Turquia em 1961 e para evitar que se repetissem atos como o da invasão à Baía dos Porcos. Na mesma carta, garantia um acordo: os mesmos seriam retirados caso os Estados Unidos se prontificassem a não mais invadir o país, reconhecendo, portanto, seu regime político e sua soberania. Essa decisão foi aceita por Kennedy, que exigiu uma inspeção para verificar a retirada dos mísseis.

No entanto, Fidel Castro recusou e já havia feito uma declaração em repúdio ao fato de não ter sido consultado para a resolução do problema e para a solicitação de Krushev. Para o líder cubano, o colega deveria fazer outras exigências além da não intervenção norte-americana. Entre elas, a suspensão do bloqueio naval, o fim do bloqueio econômico, o fim da atividade subversiva contra Cuba, o fim da violação do espaço aéreo e de águas territoriais cubanas e da ocupação de Guantanamo. (GOTT, 2006)

¹⁴ Disponível em: <http://usinfo.state.gov/journals/itps/0406/ijpp/tran2.htm>. Acesso em: Fevereiro, 2008.

Os Estados Unidos cederam em não fazerem a inspeção da retirada dos mísseis e, após longas conversações, a União Soviética decidiu retirar os mísseis de Cuba, acordando com que os EUA também retirassem os mísseis balísticos da Turquia, sendo o bloqueio naval suspenso. Contudo, Fidel Castro não superou a decisão do aliado, que preocupado com a proximidade de sua retórica com a linha adotada pelo líder chinês Mao Tse-tung, lhe propôs uma visita a Moscou, tanto para garantir respaldo doméstico às custas do líder cubano, quanto para assegurá-lo ao seu lado e evitar sua transferência à esfera política chinesa, com a qual já mantinha relações, deste modo, ficou decidido então que: “A China enviava arroz, circos e preservativos para Cuba, enquanto os soviéticos mandavam os meios necessários para construir fábricas inteiras, bem como máquinas agrícolas e armas – e, é claro, os russos compravam grandes quantidades de açúcar” (GOTT, 2006, p.240).

A opção dos Estados Unidos pelo bloqueio econômico e político, como resposta às medidas adotadas pelo governo revolucionário, visava provocar uma desestabilização econômica em Cuba. Após a aprovação da Reforma Agrária, que havia confiscado propriedades norte-americanas, os Estados Unidos suspenderam a compra da cota açucareira cubana. Considerando que a base da economia cubana se sustentava na economia açucareira e que Cuba havia se tornado um país monocultor, pois se desenvolveu baseada em um só produto, o açúcar, e com um único mercado, os Estados Unidos, essa estratégia restringiria a economia cubana e prejudicaria o país que se encontrava, dada à revolução, num período de reconstrução econômica.

A estrutura econômica existente era essencialmente agrícola, de caráter extensivo, com um elevado índice de latifundismo, e com uma grande massa camponesa que vivia em condições de pobreza e miséria. A indústria açucareira era a única verdadeiramente importante, sendo inexistente um desenvolvimento industrial no qual se destaquem com força outros rubros. A dependência relativamente aos Estados Unidos se manifestava em vários aspectos essenciais: controlavam a exportação e os diferentes canais de comercialização açucareira; empresas desse país possuíam cerca de um milhão e duzentos mil hectares das melhores terras

do país, além de controlarem diretamente os serviços de eletricidade e telefonia, o abastecimento de combustível, o crédito bancário, e parte importante das poucas indústrias existentes, entre elas a láctea, a de goma e a de níquel. O comércio cubano era controlado pelos Estados Unidos, para cujo mercado se dirigia 60% das exportações, e de onde vinha entre 75 e 80% das importações do momento, com um mercado de equilíbrio comercial. (DIÉGUEZ, 2005, p.56-7, tradução nossa)¹⁵

O propósito do bloqueio consistia, portanto, em provocar uma crise de privações e insatisfação nos cubanos, de maneira que essa desencadeasse uma pressão interna no governo e uma conseqüente desestabilização da revolução. O motivo alegado para justificar o bloqueio pautou-se, até 1989, no imperativo da Guerra Fria, ou seja, na ameaça representada por Cuba pela sua opção comunista, a chamada política de contenção. Ao final da Guerra Fria, contudo, os Estados Unidos cuidaram de justificar a manutenção do bloqueio com outros argumentos, identificando novos problemas e aplicando medidas para reforçar essa política.

Em 1992, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a resolução “Necessidade de pôr fim ao bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba”, que condena o bloqueio e reafirma os princípios de igualdade, soberania, não intervenção, não ingerência nos assuntos internos, liberdade de comércio e navegação internacional. Esse documento tem sido apresentado anualmente desde então, exigindo o fim do bloqueio e sua aplicação extraterritorial em defesa dos princípios e das normas do Direito Internacional¹⁶.

¹⁵ Do original: “La estructura económica existente era esencialmente agrícola, de carácter extensivo, con un elevado índice de latifundismo, y con una gran masa campesina que vivía en condiciones de pobreza y de miseria. La industria azucarera era la única verdaderamente importante, siendo inexistente un desarrollo industrial en el que se destacaren con fuerza otros rubros. La dependencia hacia Estados Unidos se manifestaba en varios aspectos esenciales: controlaban la exportación y los diferentes canales de comercialización azucarera; empresas de ese país poseían alrededor de un millón doscientas mil hectáreas de las mejores tierras del país, así como controlaban directamente los servicios de electricidad y telefónicos, el abastecimiento de combustible, el crédito bancario, y parte importante de las pocas pequeñas industrias existentes, entre ellas la láctea, de la goma y del níquel. El comercio cubano era controlado por Estados Unidos, hacia cuyo mercado se dirigía el 60 % de las exportaciones, y de donde provenía entre el 75 y el 80 % de las importaciones del momento, con un mercado desbalance comercial.”

¹⁶ Relatório de Cuba sobre a Resolução 60/12 da Assembléia Geral das Nações Unidas. Disponível em: www.cubavsbloqueo.cu/portals/0/informe%20bloqueio%202006%20portugués.pdf – Acesso em: Maio, 2007.

O embargo norte-americano contra Cuba tem sido condenado por uma maioria cada vez mais ampla de Estados. Quando a primeira resolução foi apresentada, obteve apenas 59 votos a favor. Em 2004, foram 179. Em 2005, o número passou para 182 e em 2006, para 183. Apenas 4 países votaram contra _Estados Unidos, Israel, Palau e Ilhas Marshall_ e um se absteve _a Micronésia_ em 2007¹⁷. O bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto a Cuba pelos Estados Unidos constitui um dos principais instrumentos da política de hostilidade contra o regime adotado por Fidel Castro e mantido por mais de quatro décadas.

1.3 Processo Migratório Pós-Revolução

O processo migratório cubano com destino aos Estados Unidos não foi um acontecimento posterior à Revolução Cubana de 1959. Ele teve início no final século XIX, quando grande parte da população, embora envolvida pelo sentimento nacionalista, migrava em decorrência das guerras pela independência e da instabilidade política e econômica para buscar melhores condições de vida e novas possibilidades de luta. Desta forma, o fator político e a condição econômica de Cuba assumiram papel preponderante nas décadas finais do período colonial, o que caracterizou a emigração para os Estados Unidos. Ainda que tivesse motivações econômicas, essa emigração era essencialmente política. “As causas que provocaram estas migrações ainda que representassem condições adversas, tinham como elemento comum as contradições de ordem política e a situação econômica imperante, aguçadas a partir de 1860, quando o elemento político

¹⁷ Las Naciones Unidas. La Asamblea General vuelve a rechazar el embargo de Estados Unidos contra Cuba. Disponível em: <http://www.un.org/spanish/News/fullstorynews.asp?newsID=8138&criteria1=Cuba&criteria2=EEUU>. Acesso em: Outubro, 2007.

constituiu a causa principal das saídas de cubanos ao exterior.” (AJA DÍAZ, 2002, p.3, tradução nossa) ¹⁸

Encerrada a Guerra dos Dez Anos, boa parte dos imigrantes cubanos nos Estados Unidos regressou a Cuba. Outros, no entanto, estabeleceram-se em comunidades diferenciadas que, em sua maioria, objetivavam a luta política. Contudo, a participação norte-americana na Guerra de Libertação modificou os objetivos políticos dos emigrados cubanos e acentuou a integração dos mesmos com a sociedade norte-americana. Com isso, nasciam as primeiras organizações de exilados cubanos nos Estados Unidos, algumas com instalações na Flórida.

Parcelas da população cubana estavam acostumadas há séculos com o exílio, um fenômeno alimentado por tradições de pobreza, opressão e desavença política com qualquer regime que estivesse no poder. Opositores de classe média ao domínio colonial espanhol ao longo do século XIX encontraram refúgio na Europa e nos Estados Unidos; naqueles anos, milhares de trabalhadores – notadamente da indústria do tabaco – mudaram-se para a Flórida e lá estabeleceram comunidades prósperas, que permaneceram cubanas nos pontos de vista e nas aspirações. (...) As guerras de independência foram orquestradas e financiadas pelos cubanos no exílio, como foi a guerra contra Batista. O êxodo de Cuba durante a era de Castro criou modos de vida no estrangeiro semelhantes àqueles experimentados por gerações anteriores. (GOTT, 2006, p.241)

No período que antecedeu a revolução, as relações migratórias entre Cuba e Estados Unidos não apresentavam diferenças em relação a outros países latino-americanos. Tanto na Ilha quanto nos outros países latino-americanos, a motivação maior era de ordem econômica, ainda que houvesse aqueles que buscavam refúgio político, como o fizeram os adversários políticos de Gerardo Machado, Grau San Martín e do primeiro governo de Fulgêncio Batista, na recém-formada cidade de Miami, onde investiam grandes somas de dinheiro favorecendo seu desenvolvimento.

A emigração pré-revolucionária, ainda que com motivações políticas em algumas ocasiões, se caracterizou como essencialmente econômica, na qual

¹⁸ Do original: “Las causas que provocaron estas migraciones aunque presentan condicionantes diversas, tenían como elemento común las contradicciones de orden político y la situación económica imperante, agudizadas a partir de 1860, cuando el elemento político constituyó la causa principal de las salidas de cubanos al exterior.”

milhares de trabalhadores marcharam para Miami, principalmente em busca de melhores condições de vida, e eram recebidos segundo as necessidades de mão de obra nessa sociedade. Os emigrados constituíram uma minoria que contava, em primeiro lugar, com os recursos para emigrar e manter-se no exterior; ademais, a classe média profissional e a burguesia crioula fizeram de Miami um lugar para investir capitais, passar as férias de verão e enviar seus filhos para estudar. (MARRAWI; MENDES, 2005, p.19, tradução nossa)¹⁹

Nos primeiros anos após o triunfo da Revolução Cubana, o processo migratório cubano com destino aos Estados Unidos assumiu novas projeções e rompeu com os componentes migratórios tradicionais, antes entendidos basicamente como questões econômicas. A partir de então, os Estados Unidos passaram a atribuir aos elementos políticos e posteriormente econômicos a motivação decorrente das contradições entre Estados Unidos e Cuba, em que o fator de ordem econômica aparece como consequência do fator de ordem política, como por exemplo, o embargo econômico. O número de emigrantes cubanos com destino aos Estados Unidos tem apresentando aumentos significativos em momentos de maior conflito das relações políticas entre os dois países, combinados a situações econômicas críticas em Cuba e a políticas norte-americanas de favorecimento aos emigrados cubanos.

Dessa forma, o processo migratório cubano com destino aos Estados Unidos passou, a partir da Revolução Cubana, a ser utilizado como modalidade da política externa norte-americana para Cuba, o que pôde ser facilmente percebido na composição da primeira onda migratória pós-revolução, integrada por cubanos diretamente vinculados a Fulgêncio Batista que, sem recursos para organizar uma oposição ao governo revolucionário, iniciaram uma emigração em grande escala para os Estados Unidos, dada sua proximidade geográfica e o apoio à oposição revolucionária.

¹⁹ Do original: “La emigración prerrevolucionaria, aunque con motivaciones políticas en ocasiones, se caracterizó por ser esencialmente económica, en la cual miles de trabajadores marcharon a Miami, principalmente en busca de mejorar sus condiciones de vida, y eran recibidos según las necesidades de mano de obra en esa sociedad. Los emigrados constituyeron una minoría que contaba, en primer lugar, con los recursos para emigrar y mantenerse en el exterior; además, la clase media profesional y la burguesía crioula hicieron de Miami un sitio para invertir sus capitales, veranear y enviar a estudiar sus hijos.”

Os primeiros a deixar a ilha após a Revolução foram os que estavam envolvidos com o governo Batista – seus beneficiários e partidários eminentes. (...) A partida inicial dos partidários de Batista foi um considerável benefício para a Revolução, exportando efetivamente a base social e contra-financeira da revolução e deixando toda e qualquer oposição interna sem foco ou liderança. (GOTT, 2006 p.241-2)

Assim, o fluxo migratório cubano pós-revolução foi composto inicialmente por membros da grande burguesia nacional, por pessoas vinculadas diretamente aos setores político, militar e econômico do regime de Fulgêncio Batista e por pessoas vinculadas a empresas norte-americanas. Mas, embora essa tenha sido a característica geral que apresentou o fluxo migratório cubano com destino aos Estados Unidos ao longo da década de 60, pessoas que não estavam diretamente vinculadas à política do regime anterior, mas que não simpatizavam com o processo revolucionário político ou estavam motivadas por questões econômicas _em decorrência das reformas instituídas pelo novo governo_ ou familiares também optaram por abandonar o país.

Embora a migração para os Estados Unidos pôde apresentar um caráter relativamente diversificado no que se refere às causas que condicionavam os fluxos migratórios ao longo da década de 60 devido às transformações políticas e econômicas que se produziam no interior da sociedade cubana, não se deve esquecer da peculiaridade da emigração que se desenvolveu nos primeiros anos pós-revolução, de 1959 até 1962, quando os primeiros a emigrarem eram “exilados políticos”, imprimindo desta forma um caráter político ao tema migratório e organizando as primeiras forças contra-revolucionárias de estímulo à emigração ilegal.

Até o momento da revolução, os emigrados cubanos possuíam as mesmas restrições que os emigrantes de qualquer outro país para ir aos Estados Unidos, entre as quais a necessidade do visto de entrada concedido pelo governo norte-americano. Da mesma forma, o procedimento em Cuba para aqueles que pretendiam o exílio exigia documentação básica, passagem aérea e

permissão de saída do governo cubano, que só era dada a quem estivesse com os pagamentos de impostos e propriedade regularizados.

A partir desse momento, as relações migratórias entre Cuba e os Estados Unidos atingiram um estágio importante, pois os emigrados cubanos passaram a receber tratamento diferenciado e a serem incluídos na categoria de Refugiados Políticos, constituindo-se, portanto, como uma emigração diferenciada das que antecederam o período revolucionário. █

Cuba passa a integrar o conteúdo de uma política que se desenvolve desde a década de 50, para beneficiar desde que sob o condicionamento de “refugiados” os migrantes dos países do campo socialista. Dessa forma, se aplicam políticas de recepção, estímulo e restrição seletiva dos cubanos, de acordo com diferentes etapas da relação antagônica entre os dois países, com a situação interna da sociedade cubana e com as tendências e prioridades da política imigratória norte-americana. (AJA DÍAZ, 2002, p.5, tradução nossa)²⁰

A política migratória para os cubanos se desenvolveu apoiada em programas que foram estabelecidos para atrair a emigração desse país, entre eles o Programa de Refugiados Cubanos, que outorgava a todos os emigrados cubanos o status de Refugiado Político, utilizando-se da questão migratória para conduzir sua política para Cuba, uma vez que o uso do termo “Refugiado Político” passava a ser aplicado a todos os emigrados cubanos indiscriminadamente.

Se considerarmos que a Convenção de Genebra, adotada em 1951 e relativa ao Estatuto dos Refugiados, define refugiado como “toda pessoa que por causa de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao mesmo”²¹, a emigração cubana com destino aos Estados Unidos, iniciada após o processo revolucionário e mantida até atualidade, não poderia empregar em sua

²⁰ Do original: “Cuba pasa a integrar el contenido de una política que se desarrolla desde la década de los 50, para beneficiar bajo la condicionante de "refugiados" a los migrantes de los países del entonces campo socialista. De esta forma, se aplican políticas de recepción, estímulo y restricción selectiva de los cubanos, acordes a diferentes etapas de la relación antagónica entre los dos países, a la situación interna de la sociedad cubana y a las tendencias y prioridades de la política inmigratoria norteamericana.”

²¹ Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/agencias_acnur.php. Acesso em: Maio, 2008.

totalidade essa definição, uma vez que, ao longo do período mencionado, a emigração cubana àquele país tem apresentado, com exceção dos primeiros grupos a emigrarem _que mantinham vínculos com a ditadura de Batista_, diferentes motivações, com ênfase, sobretudo, na questão econômica.

Desse modo, a adesão ao termo “Refugiado Político” de modo indiscriminado consistia em mais um dos instrumentos políticos norte-americanos para consolidar a oposição cubana nos Estados Unidos, uma vez que apenas aqueles que gozassem desse status seriam beneficiados com as políticas implementadas. Segundo Arboleya:

Ainda que no nível sociológico a motivação individual para emigração fosse essencialmente econômica, aqueles cubanos que decidiram emigrar o fizeram conscientes do contexto político. Sua posição como refugiados políticos foi reforçada na medida que receberam benefícios diretos e indiretos, e que constituíam-se como pré-requisito para sua inclusão na comunidade de emigrados cubanos.²²

E prossegue:

Ao logo da história, houve casos de pessoas que foram obrigadas a emigrar de seus países como resultado de perseguição política a que foram sujeitos; este é o critério por trás da definição de “refugiado político”, como aceito na Convenção Sobre o Status de Refugiado aprovada pelas Nações Unidas em 1949. Apesar de não haver exceções, desta perspectiva a emigração cubana não tem natureza política, já que a vasta maioria daquelas pessoas não deixaram seu países por conta de suas idéias políticas. Muitos – especialmente nas gerações de emigrantes mais atuais - deixaram o país sem conflitos substanciais com o processo revolucionário. Contudo, ainda que a emigração não tivesse ocorrido de tal forma, a inconformidade com a realidade política não determina o status de refugiado político. Deve haver um certo nível de perseguição política que torna a vida em seu próprio país impossível para o indivíduo em questão, e este não tem sido o caso de Cuba (ARBOLEYA, 1996, p.9-10, tradução nossa)²³

²² Do original: “Even though, on the sociological level, the individual motivation for emigrating was essentially economic, those Cubans who decided to emigrate did so aware of this political context. Their position as political refugees was reinforced by the extent to which they received direct and indirect benefits, and it was a prerequisite for their inclusion in the community of Cuban émigrés.”

²³ Do original: “There have been cases of people who have been forced to emigrate from their countries as a result of the political persecution to which they have been subjected; that is the criteria behind the definition of a “political refugee”, as accepted by the Convention Relating to the Status of Refugees approved by the United Nations in 1949. Although there are some exceptions, from that perspective Cuban emigration doesn’t have a political nature, since the vast majority of those people haven’t left country because they were persecuted their political ideas. Many of them – especially in the most recent generations of émigrés – have left without any substantial conflicts with the revolutionary process. But, even if this weren’t so, political non conformity doesn’t determine status as a political refugee. There must also be a certain level of persecution that makes life in their own country impossible for the individual concerned, and this has not been the case in Cuba”.

Estabelecido na administração Kennedy, o Programa de Refugiados Cubanos tinha por objetivo apoiar as pessoas que não concordavam com o regime de Fidel Castro, oferecendo-lhes garantias de um nível de vida melhor estabelecido, de acordo com Lamrani (s/d), em nove pontos que zelavam por assistência aos refugiados. Entre eles, assistência para instalação, emprego, serviços de saúde, educação e alimentação. Além desse caráter humanitário, o programa possuía também um caráter contra-revolucionário, pois financiava campanhas contra Cuba destinadas a derrubar o regime cubano.

A política migratória que se estabeleceu então conferia a categoria de refugiado político a todos que chegavam, daí que o nome dado a estes programas foi Programa de Reugiados Cubanos. Em dezembro de 1960, foi criado Centro de Emergência para Refugiados Cubanos em Miami. A todos os cubanos era conferido o status de refugiado, sem qualquer base legal real para outorgar essa condição a todos aqueles que emigravam. Seu objetivo principal era prejudicar a qualquer custo a imagem da Revolução que se construía. Estes programas receberam durante anos financiamento milionário proveniente principalmente dos fundos federais. Por esta razão, pode-se afirmar que os vinculos migratórios entre Cuba e Estados Unidos exerceram e ainda exercem um papel essencial para a intensificação dos conflitos entre ambos os países e se convertem em um veículo de agressão direta. (MARTINEZ, 2004, p.3, tradução nossa)²⁴

Um outro exemplo a ser considerado sobre a emissão dessa condição de favorecimento aos cubanos foi a chamada Operação Peter Pan, em 1962, que concedeu vistos a aproximadamente 14 mil crianças cubanas. Estimuladas pela Igreja Católica, elas saíram do país sem seus pais, sob a ameaça de um decreto de pátrio poder e do doutrinamento comunista. A promessa era de que encontrariam os pais em solo norte-americano, o que nem sempre aconteceu, devido aos problemas migratórios entre os dois países.

²⁴ Do original: “La política inmigratoria que se establece es darle la categoría de Refugiado Político a todo el que llegaba, de ahí que a estos programas se les llamó Programa de Refugiados Cubanos. En Diciembre de 1960 se crea el Centro de Emergencia para Refugiados Cubanos en Miami. A todos los cubanos se les adjudicaba el status de Refugiado sin existir bases legales reales para otorgar esa condición a todos aquellos que emigraban. Su objetivo principal era dañar a toda costa la imagen de la Revolución que se construía. Estos programas recibieron durante años un financiamiento millonario proveniente principalmente de los fondos federales. Por ello puede afirmarse que los vínculos migratorios entre Cuba y Estados Unidos jugaron y aun juegan un papel esencial en la agudización de los conflictos entre ambos países y se convierten en un vehículo de agresión directa”.

Ainda como parte dessa política migratória, a administração Kennedy promulgou no mesmo ano a “Lei de Assistência à Migração e aos Refugiados do Hemisfério Ocidental”, que tinha por objetivo beneficiar os cubanos que desejavam emigrar para os Estados Unidos e financiava os custos de programas destinados à migração cubana. Além dessa lei, foram implementadas outras medidas migratórias que tinham por objetivo desestabilizar o processo revolucionário cubano e consistiam na redução do número de vistos àqueles que desejavam emigrar para os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, continuavam incentivando as saídas ilegais, já que priorizavam o tratamento aos emigrados cubanos.

1.4 Primeiro Êxodo: Camarioca e a Lei de Ajuste Cubano

Os Estados Unidos se mantiveram como o principal receptor de emigrados cubanos e desde os primeiros momentos os conceberam como base social da contra-revolução, utilizando-se do fator emigração como modalidade de sua política externa para Cuba. De acordo com Aja Dias (2000), a derrota da Baía dos Porcos e o resultado da Crise de Outubro, modificaram a visão dos Estados Unidos do caráter temporal da Revolução Cubana, da mesma forma, o bloqueio e a suspensão de vôos diretos entre os dois países caracterizaram uma nova etapa no tratamento do tema migratório.

O fluxo migratório foi interrompido com a conseqüente acumulação de um potencial sem saída por via legal, e pela presença do fenômeno da emigração ilegal. (...). Já desde estes momentos, a expectativa de emigrar dessa forma, com um máximo de segurança de ser recebido e obter um trato preferencial, foi um elemento desestabilizador da sociedade cubana, utilizado recorrentemente, e com o complemento de uma extensa propaganda. (AJA DÍAS, 2000, p.16-17, tradução nossa)²⁵

²⁵ Do original: “Se produce la interrupción del flujo migratorio, con la conseqüente acumulación de un potencial sin salida por vía legal, y la presencia del fenómeno de la emigración ilegal. (...). Ya desde esos momentos, la expectativa de emigrar de esa forma, con un máximo de seguridad de ser recibido y obtener un trato preferencial, fue

Com a interrupção dos vôos entre Cuba e Estados Unidos e, portanto, das saídas legais e do rompimento de relações entre cubanos e seus familiares naquele país, a única solução encontrada por aqueles que queriam sair de Cuba eram as saídas ilegais, feitas por travessia a barco, que por seu caráter de risco, passou a ser utilizada como propaganda política pelos Estados Unidos, o qual, todavia, estimulava-as também como parte da propaganda política contra a Revolução Cubana. Embora as primeiras conseqüências do bloqueio econômico já pudessem ser percebidas e, como mencionado, as motivações para este fluxo migratório eram principalmente de ordem política e sua composição compreendia pessoas da alta burguesia, que em sua maioria possuíam familiares já estabelecidos nos Estados Unidos.

Esta situação foi agravada, quando em 1963, o Presidente Kennedy acentuou este estímulo em favor das saídas, anunciando que, os cubanos que chegassem aos Estados Unidos diretamente desde a Ilha, seriam recebidos como refugiados, enquanto que os que procurassem entrar através de terceiros países seriam considerados estrangeiros e deveriam obedecer a todos os requisitos migratórios norte-americanos. A alternativa encontrada por Fidel Castro para amenizar esta questão foi disponibilizar, em 28 de setembro de 1965, um porto para as embarcações daqueles que queriam sair do país. Camarioca, um porto pesqueiro localizado a oeste da praia de Varadero, província de Matanzas, foi escolhido para estabelecer um êxodo mais ordenado. Esta decisão permitia que qualquer família cubana residente nos Estados Unidos, e utilizando meios de transportes próprios e regulares, poderiam recolher familiares que possuíam permissão das autoridades cubanas.

un elemento desestabilizador de la sociedad cubana, utilizado recurrentemente, con el complemento de una extensa propaganda.”

Esta iniciativa de disponibilizar um porto com o fim organizar o êxodo, embora tivesse o objetivo de demonstrar a solução do problema, transferia-o ao governo norte-americano, uma vez que um êxodo não programado o forçaria a tomar atitudes ante as saídas massivas de emigrantes cubanos. Os mais diversos tipos de embarcações foram improvisadas, desobedecendo às ordens das autoridades norte-americanas, ocasionando naufrágios e alcançando repercussão na mídia internacional. Esta situação determinou que, mesmo rompida as relações diplomáticas entre os dois países, os representantes de ambos os governos se reunissem para solucionar o problema migratório, o que aconteceu em dezembro daquele ano.

A administração norte-americana preocupada com a chegada de um número não programado de emigrados cubanos e suas conseqüências políticas para o país, sugeriu ao presidente cubano um acordo para pôr fim ao funcionamento do porto e propôs, através da criação de um Memorando de Acordo, a implementação de uma ponte aérea de Varadero aos Estados Unidos, para a saída dos cubanos que possuíssem documentação legal, sob o argumento de que a regularização deste fluxo consistia em um processo de reunificação familiar. Todavia, e no que se refere à concessão de vistos legais, eram favorecidos os emigrantes cubanos com vínculos familiares nos Estados Unidos e os profissionais altamente qualificados, o que restringia as saídas legais e continuava a incitar as saídas ilegais, em decorrência da aprovação da Lei de Ajuste Cubano, que consolida o tratamento de “refugiado político” ao imigrante cubano nos Estados Unidos.

A “Lei para Ajustar o Status dos Refugiados Cubanos à de Residentes Permanentes Legais dos Estados Unidos”, mais conhecida como Lei de Ajuste Cubano, foi outorgada pelo Presidente Lyndon B. Johnson em 1966 e constitui um dos principais instrumentos da política migratória dos Estados Unidos para Cuba. Concebida com o propósito de regularizar o status dos exilados cubanos à de residentes permanentes neste país, funcionou como um incentivo às saídas

ilegais dos emigrantes, pois concedia a estes o tratamento de refugiados políticos, independente da forma como tivessem chegado ao país.

Elaborada como uma política migratória específica, pois não havia lei semelhante que se aplicasse aos demais países latino-americanos, a Lei de Ajuste Cubano outorgava a todos os cubanos que chegassem aos Estados Unidos a partir de 1959, e depois de um ano de residência fixa neste país, o status de imigrante regularizado, podendo ainda num período de três anos, requerer a cidadania norte-americana.

O status de qualquer estrangeiro ou cidadão cubano, ou que tenha sido inspecionado e admitido ou que tenha sido considerado (*parolee*) nos Estados Unidos depois de janeiro de 1959 e que tenha estado presente fisicamente nos Estados Unidos por ao menos um ano, pode ser ajustado pelo Fisco Geral, com a descrição, e conforme as regulamentações que possa prescrever, de estrangeiro admitido legalmente para residir permanentemente, se o estrangeiro fizer uma solicitude para tal ajuste, e o estrangeiro for elegível para receber um visto de imigrante e for admissível nos Estados Unidos para residir permanentemente. (LEY DE AJUSTE CUBANO, 1965, tradução nossa) ²⁶

A especificidade da Lei de Ajuste Cubano está, como observou Ricardo Alarcón - Presidente da Assembléia Nacional Cubana, no fato de fazer referência a uma data muito precisa, e a qual todos sabem o que evoca, além de atribuir aos cubanos, o privilégio de serem os únicos imigrantes a adquirirem residência legal nos Estados Unidos sem necessidade de apresentar-se às autoridades. (ALARCÓN *apud* LAMRANI, 2007)

Desta forma, a Lei de Ajuste Cubano pode ser interpretada como uma garantia de amparo e assistência ao ingresso dos imigrantes ilegais nos Estados Unidos, pois trata-se de um embasamento legal que outorga a condição de refugiado político a qualquer pessoa procedente de

²⁶ Do original: “el status de cualquier extranjero nativo o ciudadano cubano o que haya sido inspeccionado y admitido o puesto bajo palabra (*parolee*) en Estados Unidos después del 1ro. de enero de 1959 y que haya estado presente físicamente en Estados Unidos al menos durante un año, puede ser ajustado por el Fiscal General, a su discreción y conforme a las regulaciones que pueda prescribir, a la de extranjero admitido legalmente para residir permanentemente, si el extranjero hace una solicitud de dicho ajuste, y el extranjero es elegible para recibir una visa de inmigrante y es admisible en Estados Unidos para residir permanentemente.” Disponível em: http://www.icap.cu/medidas/ajuste_cubano.html. Acesso em: Maio, 2007.

Cuba indiscriminadamente. Assim sendo, fica evidente o impacto maior desta lei, que converteu o tema migratório em um componente constante no conflito histórico entre Cuba e Estados Unidos e, conseqüentemente, diferenciou os emigrados cubanos dos demais emigrados latinos, convertendo-os em singulares na política doméstica e na política externa deste país.

O propósito da política migratória dos Estados Unidos para Cuba ao favorecer a emigração ilegal tinha por objetivo a desestabilização do regime instituído com a revolução cubana. Para tanto, as administrações norte-americanas, que não cumpriam com os acordos e número de emissão de vistos legais, empenhavam-se em mostrar uma imagem de êxito da imigração cubana no país, esforço este que fazia parte da propaganda política contra Cuba e servia como atrativo aos cubanos que viviam na Ilha.

O governo dos Estados Unidos, mediante vários programas de assistência, outorgou aos emigrados cubanos milhares de milhões de dólares para consolidar e estimular a emigração de Cuba, além de organizar, armar, dirigir e utilizar milhares de emigrados para seus fins agressivos contra a Ilha, projeto no qual investiram e ainda investem cifras milionárias. (MARRAWI; MÉNDEZ, 2005, p.120, tradução nossa) ²⁷

No entanto, houve um momento em que as saídas de Cuba alcançaram uma proporção que ultrapassava as expectativas norte-americanas. Foi quando em abril de 1973, o Presidente Richard Nixon (1969-1974) decidiu por fechar a ponte aérea entre ambos os países que funcionava desde janeiro de 1966, suspendendo os chamados “Vuelos de la Libertad” e conseqüentemente retardando a situação migratória ao estado em que se encontrava em 1965. No entanto, nesta época, já havia uma comunidade cubana bastante considerável no sul da Flórida, que apresentava uma estabilidade econômica altamente atrativa para os cubanos residentes na Ilha, dada a situação econômica e social em que se encontrava o país na década de 70, e que se

²⁷ Do original: “El gobierno de los Estados Unidos, mediante varios programas de asistencia, otorgó a los emigrados cubanos miles de millones de dólares para consolidar y estimular la emigración de Cuba, además de organizar, armar, dirigir y utilizar a miles de emigrados para sus fines agresivos contra la Isla, proyecto en el cual invirtieron e invierten aún cifras millonarias.”

consolidava como instrumento da contra-revolução, favorecendo deste modo a continuidade das saídas ilegais.

1.5 Segundo Êxodo: Mariel e o Acordo Migratório de 1984

No início dos anos 80, com a vitória do Presidente Republicano Ronald Reagan sobre o Presidente Jimmy Carter, que tentava a reeleição, e, portanto, com a possibilidade do endurecimento das relações entre Cuba e os Estados Unidos, o tema do conflito migratório voltou a aparecer. A ponte aérea entre Cuba e Estados Unidos havia sido encerrada, o que vinha contribuindo para o aumento considerável das saídas ilegais, as quais eram favorecidas pela Lei de Ajuste Cubano. Da mesma forma, a situação econômica em que se encontra Cuba em decorrência do bloqueio, bem como a previsibilidade de que este seria reforçado pela nova administração, produziram a procura em massa por visto daqueles que queriam sair do país.

Em abril de 1980, um grupo de cubanos em busca de asilo invadiu a embaixada do Peru, no Bairro de Miramar, em Havana, onde foi assassinado o guarda cubano que estava trabalhando e cujo assassino e demais refugiados, obtiveram o respaldo do embaixador peruano, que tomou a decisão de não entregá-los às autoridades cubanas. O governo cubano ordenou então, a retirada da guarda da embaixada, permitindo a entrada no local de todos os que quisessem embarcar, somando, de acordo com Gott (2006) em dez mil os cubanos com destino ao Peru.

Neste momento, Fidel Castro assumiu a liderança da crise instalando-se no mesmo bairro e organizando uma marcha em repúdio aqueles que tinham procurado a embaixada. Obviamente, a intenção destes cubanos não era o Peru, e sim os Estados Unidos o qual, todavia, encontrava-se fechado para recebê-los, dado que a administração Carter havia limitado a entrada de imigrantes.

A situação tomou outro rumo quando Fidel Castro decidiu por interromper a ponte aérea que levava os cubanos inicialmente para Costa Rica, de onde seguiriam viagem para Lima, no Peru, e anunciar que aqueles que desejassem sair do país teriam permissão para fazê-lo, habilitando para tanto o Porto de Mariel, localizado a oeste de Havana, e retirando todas as restrições aos que quisessem emigrar, criando assim uma espécie de ponte marítima através da qual se permitiu barcos vindos da Flórida para buscá-los. Esta iniciativa foi acentuada pela decisão dos Estados Unidos em aceitá-los, o que era feito sob a condição prévia da seleção dos candidatos à imigração. Contudo, a comunidade cubana nos Estados Unidos promovia e estimulava esta prática, o que acabou por gerar um êxodo improvisado, de organização atribuída aos exilados cubanos em Miami, de onde centenas de barcos partiam com destino ao Porto de Mariel.

O governo norte-americano, embora tivesse apoiado as iniciativas migratórias com o objetivo de dificultar a administração da crise por parte das autoridades cubanas, passou a preocupar-se com a afluência de um grande número de embarcações e com a qualidade dos imigrantes que, como observou Claudia Furiati “já era qualificado de intolerável pelas autoridades estadunidenses, que ordenaram a suspensão das viagens”. (FURIATI, 2003, p.275) Assim, o governo norte-americano decidiu suspender a aceitação dos emigrados cubanos e iniciar negociações para estabelecer um acordo migratório com Cuba.

Após quatro meses, os Estados Unidos estavam fartos. As implicações políticas dessa migração em massa foram negativas para o governo Carter, que logo estaria tentando a reeleição. A chegada de cubanos já não se confinava mais apenas à Flórida. Os elementos “lumpens” e criminosos na migração foram distribuídos pelas prisões norte-americanas, do Arkansas a Atlanta, e todo o país foi afetado. Uma nova série de negociações logo estava em curso e o êxodo foi finalmente interrompido em outubro. O episódio foi um desastre para Carter, e um fator que contribuiu na sua derrota para Ronald Reagan, nas eleições. (GOTT, 2006, p. 301)

Do outro lado, o governo cubano que não queria nas palavras de Fidel Castro contribuir para o triunfo da oposição nos Estados Unidos, permitiu a saída de aproximadamente 100 mil pessoas, segundo Raymonet (2006) e em seguida fechou a via de Mariel, devido ao fato de que, embora esta iniciativa tivesse sido estimulada com o objetivo de atingir a política dos Estados Unidos para Cuba, ela começava a ter conseqüências para a Revolução Cubana também, uma vez que esta passava a ser associada com a insatisfação, dado a busca por considerável parcela da população por sair do país.

O governo cubano assegurava que as pessoas que saíam do país, renunciavam à pátria em prol do consumismo e afirmava que se tratava, em sua maioria, de ““criminosos, lumpens e elementos anti-sociais, vadios e parasitas”” e que ““nenhum deles estava sujeito à perseguição política, nem tinha necessidade de evocar o direito sagrado ao asilo diplomático”” (GOTT, 2006, p.301). No que se refere à motivação deste segundo êxodo migratório, sua característica não se diferenciava da motivação dos demais países latino-americanos, ambas de ordem econômica, além do fato de que, “muitos da geração de migrantes de Mariel eram mulatos ou negros, e vinham dos segmentos mais pobres da sociedade cubana” (GOTT, 2006, p.302). O que justificava a recusa em aceitá-los integralmente, e a exigência dos Estados Unidos em selecioná-los e repatriar aqueles que haviam cometido crimes no país.

Em dezembro de 1980, iniciou-se um diálogo entre os dois países sobre o tema migratório, que tinha como foco principal discutir as saídas massivas de Mariel e chegar a um acordo para que a saída de cubanos com destino aos Estados Unidos se fizesse de forma legal e ordenada. As negociações tinham como impasse maior o tratamento que deveria ser empregado aos chamados “excluíveis”, que deveriam ser devolvidos a Cuba, do mesmo modo, os encontros exigiam do lado cubano, a necessidade do estabelecimento de compromissos reais para evitar a admissão daqueles cubanos que entravam de forma ilegal nos Estados Unidos.

O assunto só veio a se resolver em 1984, culminando com um acordo, para o qual contribuiu, em grande medida, o chamado problema dos cubanos “excluíveis” (indesejáveis ou excluídos) em território norte-americano. Eram uns três mil ex- “marielitos” que cometeram crimes nos Estados Unidos, por necessidade ou por vício, sendo muitos deles presos. As autoridades norte-americanas solicitavam a sua repatriação desde maio de 1983, mas Fidel resistia, cobrando o redimensionamento de toda a questão migratória, prévio a qualquer medida. (FURIATI, 2003, p.276)

O Acordo de Normalização de Relações Migratórias entre os dois países, concluído em Dezembro de 1984, depois de um período de quatro anos de negociações, estabeleceu que Cuba aceitaria a repatriação de emigrantes da onda de Mariel, que cometeram crimes nos Estados Unidos, o qual por sua vez restabeleceria a concessão de vistos para cubanos, com uma cota anual de até vinte mil vistos. A concessão de vistos favorecia aqueles cubanos que estiveram presos em decorrência de atos contra o governo, os chamados “Delitos contra a Segurança do Estado”, e que desejassem residir permanentemente nos Estados Unidos, aos quais se destinava uma cota de 3000 vistos não somados à cota total dos vinte mil, ou ainda, aqueles vinculados à atividades repressivas no regime de Batista juntamente com seus familiares, bem como outros cubanos com familiares já estabelecidos nos Estados Unidos, sob o argumento da reunificação familiar.

Os Estados Unidos restabelecerão a expedição de vistos preferenciais de imigrante a cidadãos cubanos residentes em Cuba... em especial, a familiares imediatos de cidadãos norte-americanos e de cubanos com residência permanente nos Estados Unidos... pais, cônjuges e filhos solteiros menores de 21 anos... e ainda outros que cumpriram pena por crimes contra a Segurança do Estado (...) que se qualifiquem conforme as leis norte-americanas (...), fazendo o máximo aproveitamento de um número de até 20 mil imigrantes por ano... Cuba, de sua parte, aceitará a devolução daqueles cidadãos cubanos que chegaram aos Estados Unidos em 1980, procedentes do porto de Mariel, e que foram declarados inadmissíveis a permanecer legalmente nos Estados Unidos (...). (COMUNICADO CONJUNTO CUBA / ESTADOS UNIDOS *apud* FURIATI, 2003, p.277)

Durante o período entre maio de 1985 e novembro de 1987, e devido ao início das transmissões da Rádio Martí pelos Estados Unidos, que promoviam propagandas contra Cuba, e

ao Programa Êxodo, promovido pela Fundação Nacional Cubano-Americana, que permitia a imigrantes cubanos estabelecidos em terceiros países, a entrada nos Estados Unidos, o acordo foi interrompido. Quando retomado, nem sempre funcionou na íntegra, pois os Estados Unidos não cumpriam o estabelecido em 1984, não emitiam o número acordado de vistos.

De acordo com Miriam Rodrigues Martinez, “a cifra de até 20 mil vistos anuais nunca foi cumprida, segundo o que foi estipulado nos próprios acordos. Entre 1985 e 1994 de 100 mil pessoas que deveriam receber visto segundo determinava os acordos, somente 11 222 pessoas puderam emigrar legalmente” (MARTINEZ, 2003, p.8-9, tradução nossa) ²⁸

Do mesmo modo, os Estados Unidos não deixaram de dar continuidade à Lei de Ajuste Cubano, o que continuava a incitar a emigração ilegal, uma vez que o único caminho para aqueles que queriam emigrar para aquele país e não conseguiam fazê-lo de forma legal, continuava sendo fazer valer o uso desta lei, a qual continuava servindo aos Estados Unidos, como instrumento fundamental à propaganda política contra o regime cubano.

1.6 Terceiro Êxodo: Malecón e Acordo Migratório de 1994

Em meados da década de 90, a questão migratória volta a ser foco das relações políticas entre Cuba e Estados Unidos, forçando estes países a reiniciarem conversações sobre o tema. Desta vez, a crise migratória foi resultado de uma manifestação política contra o governo, a primeira manifestação desde o início da revolução. Entre suas causas, a principal era resultado das conseqüências que se faziam sentir pela privação econômica do “Período Especial”, assim e à

²⁸ Do original: “la cifra de hasta 20 mil visas anuales nunca se cumplió, según lo estipulados em los propios acuerdos. Entre 1985 a 1994 de 100 mil personas que debían recibir visas según se reflejaba en los acuerdos, sólo 11 222 personas pudieron emigrar legalmente”

medida que se desenvolvia este período, o número de emigrações com destino aos Estados Unidos crescia consideravelmente.

Na manhã de 05 de agosto de 1994, um grupo de pessoas que tentava seqüestrar um barco para fugir para a Flórida foi impedido pela polícia cubana. Na tarde do mesmo dia, uma multidão reuniu-se no Malecón para manifestar-se contra os policiais. As autoridades cubanas, entre as quais encontrava-se o Presidente Fidel Castro, trataram de providenciar muito rapidamente um contra-protesto para cessar a manifestação dos opositores em que se buscava, através de conversas com os manifestantes, minar a crise. Entre as orientações de Fidel Castro para conter a manifestação, estava a ordem aos policiais de que tratassem os manifestantes com moderação. Desta forma, sua intervenção foi suficiente para conter a crise e o ânimo dos opositores.

No mesmo período, se processava a fuga de milhares de *boat people* decorrente da prolongada crise haitiana no início de 1994. Após o presidente eleito Jean-Bertrand Aristide ter sido derrubado por uma junta militar em 1991, o cenário haitiano foi marcado por uma profunda crise migratória em direção à costa norte-americana. Contudo, os Estados Unidos não lhe concederam permissão para aportar, e a maioria dos haitianos foi recolhida pela guarda costeira norte-americana e levada para a base militar de Guantánamo, de onde retornariam para o Haiti.

Ao contrário do que se processava com os haitianos, os cubanos recolhidos em águas norte-americanas pela guarda costeira dos Estados Unidos recebiam asilo automático, ainda que o governo deste país concedesse um pequeno número de vistos para os cubanos interessados em emigrar de forma legal. Desta forma, o governo cubano acusava o governo norte-americano de promover as saídas ilegais, uma vez que a recusa em aceitá-los de forma legítima, dado a restrição do número de vistos concedidos, era substituída pelo asilo automático a que tinham direito os cubanos que alcançassem a costa norte-americana ilegalmente, os quais recebiam assistência também de cidadãos norte-americanos.

As autoridades cubanas deram ordens às guardas-costeiras do país para que não tomassem nenhuma medida direta contra os emigrantes, o que de algum modo contribuía para o aumento significativo daqueles que queriam deixar o país. Assim, a grande procura pela saída do país, bem como o tumulto que se formava com a fuga em barcos, jangadas e botes improvisados, além dos conseqüentes afogamentos, fez com que Fidel Castro declarasse o fim do controle migratório, anunciando que todos que desejassem partir, teriam permissão para fazê-lo, ansiando desta forma, uma mudança de postura política pelos Estados Unidos. Segundo Martín Fernandez e Martín Quijano (2003), esta crise ficou conhecida como “Crise dos Balseiros”, cuja expressão *balseiros* foi cunhada pelo jornal *El Nuevo Herald* que possuía uma coluna destinada à expressar diariamente os números dos cubanos que chegavam à Flórida.

Temerosos de que acontecimentos como os 1965 e 1980 pudessem se repetir, os Estados Unidos se alarmaram e, preocupados com o grande número de cubanos que pudessem chegar às costas norte-americanas, o Presidente Clinton decidiu por suspender o preceito que concedia asilo automático aos cubanos que chegassem em águas norte-americanas, em vigência desde a aprovação da Lei de ajuste Cubano, em 1966. Certo de sua decisão e de evitar a chegada em massa dos emigrantes cubanos, Clinton determinou que os cubanos recolhidos em águas norte-americanas deveriam ser levados para Guantánamo.

De acordo com Gott, “no final de setembro, mais de 21 mil cubanos estavam internados em acampamentos improvisados na base, junto aos 14 mil haitianos que já estavam lá” (GOTT, 2006, p.336). Entretanto, o número de emigrados cubanos era tão alto, que o governo norte-americano precisou promover mudanças maiores e permanentes em relação ao tema migratório, objetivo intencionado por Fidel Castro quando permitiu a saída do país daqueles que queriam emigrar para os Estados Unidos.

Deste modo, os dois países chegaram a um acordo em setembro do mesmo ano, em que os Estados Unidos concordaram em conceder 20 mil vistos anuais aqueles que desejassem emigrar para lá e orientar seus cidadãos a não mais conceder quaisquer assistências aos emigrados cubanos, ao passo que ao governo cubano caberia conter as emigrações ilegais. Sob outro acordo norte-americano-cubano de migração, firmado em 1995, os cubanos interceptados em alto-mar não teriam mais direito a asilo automático e deveriam ser repatriados, enquanto que aqueles que conseguissem alcançar as terras norte-americanas, poderiam permanecer no país, política esta que ficou conhecida como “wet foot, dry foot” (pés secos, pés molhados).

No entanto, Clinton precisava mostrar ao governo de Fidel Castro que essas medidas não significam uma flexibilização nas relações entre os dois países. Para tanto, anunciou um número de medidas para cercar o embargo econômico, entre as quais estavam a proibição do número de remessas familiares dos Estados Unidos para Cuba, o fim das permissões de viagem concedidas a membros da família e pesquisadores acadêmicos, e o aumento das transmissões da Rádio Martí, contudo, e exceto pelo aumento do financiamento da Rádio Martí, as outras medidas não foram implementadas.

CAPÍTULO 2: A FUNDAÇÃO NACIONAL CUBANO-AMERICANA - FNCA

2.1 Administração Carter

A administração de Jimmy Carter (1977-1980) representou uma inflexão na política externa norte-americana. O contexto internacional estava marcado pela multilateralização do

sistema iniciada na década anterior, e pela expansão soviética, o significava que os Estados Unidos estavam sofrendo alterações na posição ocupada internacionalmente e que precisavam promover uma mudança na postura política do país e reavaliar seu comportamento, de forma a revigorar suas estratégias de liderança e restaurar a imagem do país depois dos acontecimentos de Watergate e da intervenção no Vietnã.

De acordo com Pecequilo:

Tanto internamente quanto externamente, o envolvimento no Vietnã foi um divisor de águas para os Estados Unidos. No campo doméstico, (...), ele representou a quebra do consenso e o questionamento da política externa, com amplas indagações a respeito da validade e da continuação da contenção. (...) Externamente, a impossibilidade da vitória contra uma nação pequena e pouco importante afetava não somente a credibilidade ante adversários, como minava a liderança global e de bloco. (PECEQUILO, 2005, p.189-190)

Para tanto, Carter empenhou-se em recuperar a moralidade política dos Estados Unidos através de uma mudança de postura voltada para o campo externo, a qual enfatizava o multilateralismo, a interdependência, propunha o fim do intervencionismo norte-americano e exercia pressões para o exercício da democracia, mas, sobretudo, para que se respeitassem os direitos humanos, sobre os quais os Estados Unidos depositavam grande confiança na luta contra os soviéticos e na renovação moral da qual acreditava que necessitava o país: “Carter pretendia mudar a face do império agressivo e sem escrúpulo, marca registrada do governo Nixon e de seu assessor Kissinger, e, ao mesmo tempo, colocar a URSS numa posição eticamente incômoda” (SCHILLING, 1984, p. 60).

De acordo com Lars Schoultz (2000), a nova mudança de postura dos Estados Unidos sob a administração Carter somente continuaria a política de seus predecessores em um traço, na aceitação da tradição hegemônica da política exercida por este país. Do contrário, o exercício das novas disposições impulsionadas por Carter, sobretudo, no que tange aos direitos humanos, se estenderiam para a América Latina e para o Caribe.

No que se refere à América Latina e ao Caribe, esta política seria regida pela proeminência na questão dos direitos humanos e nos regimes ditatoriais, predominantes na região, e sobre os quais as pressões passaram a serem exercidas na direção de um processo de liberalização das instituições políticas, diferenciando-se substancialmente das administrações predecessoras no período da Guerra Fria.

No tocante à Cuba e, ainda que estivesse sendo mantida a postura política dos Estados Unidos para aquele país, bloqueio econômico e isolamento diplomático, foram produzidas medidas com tendência à normalização das relações entre ambos, onde se expressou a possibilidade de restabelecer relações regulares e de pôr fim ao bloqueio.

Tomando como ponto de partida esta prioridade básica, o primeiro passo da nova abordagem foi reformular o relacionamento com o Estados latino-americanos, retirando gradualmente o apoio financeiro fornecido por Kissinger e Nixon a governos reconhecidamente não-democráticos, exercendo pressões diretas e indiretas para a melhora de sua performance em direitos humanos. Além disso, procurou estabelecer uma nova agenda para o relacionamento que abrangesse tópicos de interesse comum: economia, não-intervenção, não-proliferação, imigração, drogas, disputas territoriais e democracia. Em termos de decisões específicas, os Estados Unidos assinaram a Convenção de Direitos Humanos da OEA e o Protocolo I do Tratado de Tlatelolco, encaminhando, também, as discussões para a devolução do Canal de Panamá, uma possível reaproximação com Cuba, além da viagem de Carter à região. (PECEQUILO, 2001, p. 231)

De acordo com Alzugaray (1997), essas medidas promovidas pela política externa norte-americana para Cuba eram motivadas por três fatores: pela consolidação do governo cubano; pelo fracasso em isolar diplomaticamente Cuba, que havia se tornado um ator relevante do panorama mundial; e pelo caso Watergate e complôs para assassinar líderes estrangeiros.

Carter foi responsável pelo ordenamento do fim dos vãos de reconhecimento sobre Cuba, pela autorização de alguns tipos de viagens para Cuba, pela diminuição das restrições de viagens de reunificação familiar aos cidadãos cubanos residentes nos Estados Unidos e pela retomada do funcionamento das “Seções de Interesses” em Havana e Washington, que atuavam em alguns

aspectos como embaixadas, sinalizando a possibilidade do início de relações diplomáticas, ainda que informalmente.

Contudo, Carter não conseguiu angariar consenso e apoio em torno de sua política doméstica e externa, a qual se deteriorava à medida que o país perdia espaço e prestígio no cenário internacional. Do mesmo modo, as intenções de Carter para com Cuba não foram consolidadas, tendo muitas de suas iniciativas sido frustradas por divergências e debilidades internas, bem como pelo fracasso em impedir ações de exilados cubanos em Miami, além de terem sido limitadas e enfraquecidas pelo contexto político em que se desenvolviam, no qual se temia a “exportação da revolução” e no qual a oposição a Cuba se fazia mais forte.

(...) apesar dos esforços da administração Carter, a mudança da imagem dos Estados Unidos perante os principais círculos dirigentes econômicos, militares e políticos do país não se dá no sentido esperado. O governo passa a ser acusado de fraqueza e indecisão no enfrentamento dos desafios de um mundo crescentemente instável. Alguns fatos contribuíram para isso, (...) para a composição de um novo quadro considerado catastrófico pelos setores mais influentes do *establishment*, que associam o governo Carter com a pior situação já vivida pelos Estados Unidos, abrindo as possibilidades para o retorno dos republicanos ao poder, sob a liderança de Ronald Reagan. (AYERBE, 2004, p.55)

Este contexto favorecia a vitória de Reagan nas eleições e sua imagem como uma administração que se estabeleceria como um contraponto à administração Carter, tanto no âmbito doméstico, quanto no âmbito internacional, principalmente no que se refere às relações com a União Soviética e América Latina.

2.2 Administração Reagan

A administração Ronald Reagan (1981-1989) colocou a América Latina em posição de destaque na sua política externa, como parte de seus objetivos de restaurar a liderança econômica mundial, desafiar os regimes comunistas e retomar a hegemonia norte-americana, distanciando-se da administração anterior de Carter, a qual considerava que havia permitido um expansionismo soviético na região, especialmente pela sua política com Cuba.

No âmbito doméstico, Reagan apresentou um programa de recuperação econômica investindo no neoliberalismo econômico através do corte de impostos, redução dos juros e aumento de gastos públicos, a chamada *Reaganomics*, como ficou conhecida. No âmbito internacional, o qual interessa a este trabalho, Reagan disseminou a promoção da democracia e, através do investimento em gastos militares, o combate à União Soviética, o chamado “Império do Mal”.

Ainda no que se refere à política externa do período e, como mencionado, a América Latina foi priorizada, uma vez que se tratava de uma região vital ao exercício do domínio norte-americano e que era vista como ameaçada pela opção cubana, que introduzira a experiência comunista no hemisfério, além de servir como modelo de inspiração para os movimentos revolucionários que surgiam na região.

Neste contexto, seriam aplicados os preceitos do “Documento de Santa Fé”, elaborado por um grupo de políticos, intelectuais e militares norte-americanos, com o fim de revitalizar a Doutrina Monroe e apontar os principais lineamentos da política externa dos Estados Unidos contra o progresso comunista na América Central e no Caribe.

Os Estados Unidos estão sendo deslocados do Caribe e da América Central por um sofisticado porém brutal super-poder extra-continental, que manipula Estados clientes. A influência soviética se expandiu poderosamente desde 1959. A União Soviética está na atualidade instalada com força no hemisfério ocidental; e os Estados Unidos devem remediar esta situação. (BOUCHEY;

FONTAINE; JORDAN; SUMNER; TABS apud ALZUGARAY, 2004, p.204, tradução nossa) ²⁹

Alegando que o isolamento dos Estados Unidos seria impossível, e que conter a União Soviética não seria suficiente, o documento afirma que a sobrevivência dos Estados Unidos exigia uma nova política externa, uma política externa global, devido ao fato que:

A América Latina, companheira e tradicional aliado dos E.U.A., está sendo invadida pelo poder soviético. A Bacia do Caribe está povoada por apoderados soviéticos e delimitada por Estados socialistas. Nenhum grande poder é suficientemente forte para conduzir políticas externas no hemisfério como se as diferentes regiões estiverem isoladas e não se afetarem entre si. (DOCUMENTO SANTA FÉ I, tradução nossa) ³⁰

No que se refere à América Central e ao Caribe, a preocupação principal era com a influência comunista na área. Portanto, a administração Reagan destinou apoio aos governos aliados, militares ou não, e apoio aos movimentos contra-revolucionários, convertendo a região em objeto prioritário de sua política externa. Essa resistência ao expansionismo soviético era justificada pela estratégia do enfrentamento e da ofensiva, a fim de evitar, como observou Ayerbe (2002), o principal temor de Reagan na região, o chamado “efeito dominó”, que devido às mudanças que ocorriam na Nicarágua e em Granada e às instabilidades de El Salvador e Guatemala, poderiam levar a uma onda revolucionária capaz de arrastar o México e penetrar nos próprios Estados Unidos, pelas grandes comunidades negras e hispânicas.

Quando a administração Reagan assumiu em 1981, encontrou a América Central em estado de fermento revolucionário. Nicarágua estava sob o domínio da esquerda sandinista em 1979, e El Salvador e Guatemala estavam sob o ataque de rebeldes de esquerda, enquanto Honduras e Costa Rica assistiam nervosos de uma linha secundária. O início da era Reagan, que estava preocupado com o crescimento do poder soviético no mundo, via a América Central como o alvo

²⁹ Do original: “Estados Unidos está siendo desplazado del Caribe y Centroamérica por un sofisticado pero brutal superpoder extracontinental, que manipula Estados clientes. La influencia soviética se ha expandido poderosamente desde 1959. La Unión Soviética está en la actualidad instalada con fuerza en el hemisferio occidental; Estados Unidos debe remediar esta situación.”

³⁰ Do original: América Latina, la compañera y aliada tradicional de Estados Unidos está siendo penetrada por el poder soviético. La Cuenca del Caribe está poblada por apoderados soviéticos y delimitada por Estados socialistas. Ningún gran poder es lo suficientemente fuerte para conducir políticas exteriores hemisféricas como si las diferentes regiones del mundo estuvieran aisladas y no se afectaran entre sí.

principal do expansionismo soviético e cubano. A administração estava determinada a conter a expansão adicional do esquerdismo na região e formulou uma resposta política de duas partes: primeiro, militarmente, sustentando que os governos estavam sob o ataque contínuo de esquerdas rebeldes – particularmente El Salvador, Honduras e Guatemala; e segundo, exercendo pressão militar contra o governo da Nicarágua para que cessasse qualquer apoio que ele estivesse oferecendo para rebeldes de países vizinhos ou deixasse o poder completamente. (CAROTHERS, 1993, p. 92, tradução nossa)³¹

Contudo, esses movimentos revolucionários não representavam de fato uma ameaça à segurança dos Estados Unidos, mas Reagan precisava legitimar sua política externa de agressão militar, sustentada pelos princípios da Doutrina Monroe. Desta forma, essa preocupação com a América Central, converteu-a em zona estratégica para a segurança norte-americana, principalmente pela presença militar soviética em Cuba.

A política norte-americana na América Latina deve reconhecer a vinculação integral entre a subversão interna e a agressão externa. (...) Em virtude da decisão comunista de utilizar todos os meios disponíveis para destruir a ordem capitalista e transformar o mundo, a segurança interna e externa devem se tornar inseparáveis. (DOCUMENTO SANTA FÉ I, tradução nossa)³²

Nesta direção, formulou-se a conhecida “Doutrina Reagan”, que recuperou os fundamentos da “Doutrina da Contenção” e colocou o confronto bipolar e o resgate da superioridade estratégica no centro da política externa norte-americana. Nas palavras do próprio Presidente Reagan (1984), a nova doutrina justificava-se pelo fato de que, “Se a União Soviética pode ajudar a subversão no nosso hemisfério, então os Estados Unidos tem o direito legal e o

³¹ Do original: When the Reagan administration took office in 1981 it found Central America in a state of revolutionary ferment. Nicaragua had fallen to the leftist Sandinistas in 1979, and El Salvador and Guatemala were under attack by leftist rebels, while Honduras and Costa Rica watched nervously from the sidelines. The early Reagan team, which was preoccupied with worldwide growth of Soviet power, saw Central America as a prime target of Soviet and Cuban expansionism. The administration was determined to oppose the further spread of leftism in the region and formulated a two-part policy response: first, military bolstering the governments that were under ongoing or potential attack by leftist rebels - particularly El Salvador, Honduras and Guatemala; and second, exerting military pressure against the Nicaragua government to cease whatever support it was giving to rebels in neighboring countries or to give up power altogether.

³² Do original: La política norteamericana en América Latina debe reconocer la vinculación integral entre la subversión interna y la agresión externa. (...) En virtud de la decisión comunista de utilizar todos los medios disponibles para destruir el orden capitalista y para transformar al mundo, la seguridad interna y externa devienen en inseparables.

dever moral para ajudar a resisti-lo. Isto não é somente nosso interesse estratégico, é moralmente correto.” (REAGAN *apud* SMITH, 2000, p.164, tradução nossa)³³

A “Doutrina Reagan” tinha por objetivo investir em programas de rearmamento, impondo uma corrida armamentista à União Soviética, com a qual esta não tinha possibilidades de concorrer, tanto pela ausência de recursos, quanto pela restrição a novas tecnologias.

Além da corrida armamentista, os Estados Unidos pressionavam a União Soviética em outros aspectos, por exemplo, apoiando com suporte militar as forças contra-revolucionárias dos países latino-americanos para que estas combatessem o inimigo (o comunismo) e, desta forma, afastassem os países da esfera de influência soviética, combinando tanto medidas diretas quanto ações indiretas, o que se fazia através dos chamados conflitos de baixa intensidade, entendidos como o procedimento do uso da força ou ameaça do uso da força limitadamente, sem atingir o emprego de recursos que caracterizam as guerras entre estados nacionais naquele que se consolidaria como o período mais belicoso da política externa norte-americana depois da 2ª Guerra Mundial ao da atual administração.

A lógica da Doutrina Reagan começava, então, pela constatação de que a União Soviética havia aumentado seu poder nos anos 70 e que chegara a um impasse em sua expansão, sendo possível minar suas bases de sustentação e reverter os ganhos adquiridos. A prioridade era, portanto, reverter os ganhos políticos e militares do rival comunista, forçando o seu recuo. Além disso, era necessário barrar quaisquer possibilidades de avanços adicionais dos soviéticos no Terceiro Mundo, amparando os “defensores da liberdade” que estivessem combatendo os comunistas em movimentos revolucionários, (...). (PECEQUILO, 2005, p. 20)

No que se refere a Cuba, o conflito com este país se intensificou e os primeiros sinais de uma possível regularização das relações entre os dois países, iniciados com o governo Carter, foram suspensos. Como observou Carlos Oliva Campos,

A estratégia geral que o governo dos Estados Unidos implementou para Cuba durante o primeiro mandato de Reagan se baseava em vários objetivos gerais

³³ Do original: “If the Soviet Union can aid and abet subversion in our hemisphere, then the United States has a legal right and a moral duty to help resist it. This is not only in our strategic interest; it is morally right”.

que haviam se mantido invariáveis através das sucessivas administrações norte-americanas desde 1959, e que se adequaram às condições histórico-concretas enfrentadas por cada uma delas. (CAMPOS, 1987, p.179, tradução nossa)³⁴

A parte destinada a Cuba no “Documento de Santa Fé”, está incluída no item denominado “Relações Especiais com Países-Chaves: Brasil, México e Cuba”, países que mereciam atenção especial, pelo fato do fracasso da administração Carter em melhorar a relação com cada um deles. Brasil e México mereciam atenção por suas dimensões e potências, ao modo que Cuba, “apesar de seu pequeno tamanho e de seus recursos insignificantes, converteu-se em nosso mais adversário mais importante no hemisfério, estendendo sua influência e a da União Soviética muito mais além do continente americano” (DOCUMENTO SANTA FÉ I, tradução nossa)³⁵

Estados Unidos já não podem aceitar o status de Cuba como Estado vassalo dos soviéticos. Tem que qualificar a subversão cubana claramente como tal, e tem que combatê-la. O preço que Havana deve pagar por tais atividades não deve ser um preço baixo. Estados Unidos somente pode restaurar sua credibilidade tomando uma ação imediata. Os primeiros passos devem ser francamente punitivos. Os diplomatas cubanos devem abandonar Washington. Deve-se recomençar o reconhecimento aéreo. Deve-se cortar os dólares dos turistas norte-americanos. Deve-se revisar o acordo da pesca de 1977, altamente vantajoso para a frota pesqueira cubana. Estados Unidos devem oferecer aos cubanos alternativas claras. Primeiro deve ficar absolutamente claro ao governo cubano que se seguirem com o passado serão tomadas outras medidas apropriadas. (DOCUMENTO SANTA FÉ I, tradução nossa)³⁶

A administração Reagan seguiu as recomendações do documento e assumiu para com Cuba uma postura agressiva política e economicamente. Foram implantadas novas disposições

³⁴ Do original: “La estrategia general que siguió el gobierno de Estados Unidos hacia Cuba durante el primer mandato de Reagan estuvo conformada por varios objetivos generales que se han mantenido invariables a través de las sucesivas administraciones norte-americanas desde 1959, y que se han adecuado a las condiciones histórico-concretas enfrentadas por cada una de ellas”.

³⁵ Do original: (...) a pesar de su tamaño pequeño y de sus recursos insignificantes, se ha convertido en nuestro adversario más importante en el Hemisferio, extendiendo su influencia y la de la Unión Soviética mucho más allá del continente americano.

³⁶ Do original: Estados Unidos ya no puede aceptar el status de Cuba como Estado vasallo de los soviéticos. Hay que calificar a la subversión cubana claramente como tal, y hay que resistirla. El precio que La Habana debe pagar por tales actividades no debe ser un precio bajo. Estados Unidos solamente puede restaurar su credibilidad tomando una acción inmediata. Los primeros pasos deben ser francamente punitivos. Los diplomáticos cubanos deben irse de Washington. Hay que reanudar la exploración aérea. Hay que cortar los dólares de los turistas norteamericanos. Hay que reevaluar el acuerdo de pesca de 1977, altamente ventajoso para la flota de pesca cubana. Estados Unidos debe ofrecer a los cubanos alternativas claras. Primero debe quedarle absolutamente claro al gobierno cubano que si siguen con el pasado se tomarán otras medidas apropiadas.

para o recrudescimento do bloqueio, que se estendiam desde o campo econômico, com a restrição de viagens de norte-americanos a Cuba, como forma de conter a moeda, bem como com a proibição da importação de aço que contivesse níquel cubano, independente do país de origem, até ao campo da propaganda, com o propósito de fomentar a subversão interna e conter a revolução.

Em seus dois mandatos (1981-1989), Reagan apresentou uma reformulação da política externa, que tinha por objetivo principal conter o avanço soviético e a ideologia comunista, fatores que contribuíram para o enfraquecimento da União Soviética e para o encaminhamento do fim da Guerra Fria.

Além disto, Reagan considerava veemente que os Estados Unidos eram os responsáveis pela promoção e implementação da democracia, o que foi reforçado pelo seu compromisso com a criação do Fundo Nacional para a Democracia (*National Endowment for Democracy – NED*) em 1983, que também representava uma tentativa de recuperar o apoio para sua política externa, marcada pelo escândalo Irã-Contras e pelo apoio a regimes ditatoriais.

De acordo com Thomas Carothers, “considerando a necessidade por uma estrutura balanceada politicamente para maximizar as chances de aprovação no Congresso, o grupo elaborou um plano para a fundação da democracia que seria financiada pelo governo americano, mas posta em prática por uma corporação privada”. (CAROTHERS, 1994, p.125, tradução nossa)

37

A NED denomina-se “uma organização privada sem fins lucrativos criada em 1983 para fortalecer as instituições democráticas ao redor do mundo através d esforços não

³⁷ Do original: “taking into account the need for a politically balanced structure to maximize chances of congressional approval, the group elaborated a plan for a democracy foundation that would be funded by the U.S. government but operated as a private corporation”.

governamentais” (NED, tradução nossa)³⁸. Deste modo, a NED seria concebida como uma organização independente do governo norte-americano, como uma organização privada, ainda que financiada por aquele governo, podendo então realizar e promover atividades contra outros países, as quais estariam desvinculadas do governo dos Estados Unidos. O principal objetivo da NED pautaria-se então em “assimilar a maior parte do financiamento e orientação política de partidos políticos, sindicatos, grupos de homens de negócio, meios de comunicação e organizações cívicas que a CIA havia tradicionalmente abastecido”. (ROBINSON *apud* ALZUGARAY, 2004, p.207, tradução nossa)³⁹

Da mesma forma, a NED constituiria uma importante fonte de financiamento para as atividades da Fundação Nacional Cubano Americana (FNCA), a qual trataremos mais adiante, e que considerada uma das principais beneficiárias de suas contribuições financeiras: “de 1983 a 1988, a FNCA recebeu US\$390,000 para atividades anti-Castro”. (AGEE, 2003, tradução nossa)

40

Conforme Alzugaray (2004), a ultradireita e os setores neoconservadores, predominantes na segunda administração Reagan, foram os responsáveis pelo consenso sobre um novo modelo hegemônico, sustentado na aplicação e promoção de métodos políticos e ideológicos que garantissem aos Estados Unidos a manutenção do seu exercício político, através da transformação das elites e da sociedade civil de outros países, de maneira que estas adotassem uma cultura política similar à norte-americana, constituindo o novo referencial da política externa norte-americana a promoção de valores considerados ocidentais, como por exemplo, a democracia e o livre mercado.

³⁸ Do original: “a private, nonprofit organization created in 1983 to strengthen democratic institutions around the world through nongovernmental efforts”. Disponível em: www.ned.org. Acesso em: Maio, 2008.

³⁹ Do original: “asimilar la mayor parte del financiamiento y orientación política de partidos políticos, sindicatos, grupos de hombres de negocios, medios de comunicación y organizaciones cívicas que la CIA había suministrado tradicionalmente”.

⁴⁰ Do original: “From 1983 to 1988, CANF received US\$390,000 for anti-Castro activities”.

Portanto, se o primeiro mandato (1981-1985), foi marcado pela retomada da disputa com a União Soviética e o combate ao comunismo, no qual os Estados Unidos precisavam garantir, através da força, seu espaço no sistema internacional, no segundo mandato (1986-1989), o que houve foi o estabelecimento de uma relação de cooperação, uma vez que a União Soviética não tinha sido capaz de concorrer com o poderio norte-americano e que o programa econômico de Reagan começava a apresentar suas primeiras deficiências estruturais.

Ao final da sua administração, a “Doutrina Reagan”, que permeava a política externa durante este período, já não servia mais como um instrumento ao governo norte-americano para a condução de sua política externa, uma vez que começava a gerar controvérsias interna e externamente, sendo necessário então um novo referencial que garantisse apoio nacional e apoio para a execução da política externa norte-americana. Ao mesmo tempo, o cenário em que se configurava essa mudança política, era o do fim da Guerra Fria, em que a estratégia da contenção, que havia servido como orientadora da política externa impedindo o avanço soviético e do comunismo na América Latina tinha chegado ao fim com a queda do muro de Berlim, em 1989.

2.3 O surgimento da Fundação Nacional Cubano Americana – FNCA.

As facilidades outorgadas pelas administrações norte-americanas às primeiras ondas migratórias após o triunfo revolucionário, assim como o tratamento à elas concedido, estavam diretamente relacionados à posição política que esses emigrantes cubanos mantinham em relação à revolução.

Tratava-se da oligarquia cubana e de partidários do anexionismo, os quais, submetidos aos interesses norte-americanos e convencidos da incapacidade do movimento revolucionário,

tinham por objetivo criar um foco opositor dentro do país para enfrentá-lo o que, todavia, foi prejudicado pelo êxito da revolução, mas não abdicado, uma vez que o foco opositor transferiu-se para os Estados Unidos: “Ao triunfar a Revolução dirigida por Fidel Castro e apoiada pela imensa maioria do povo cubano, esse sistema 'politiqueiro' se auto-liquidou, deixou de existir e foi instalado paulatinamente no território norte-americano, fundamentalmente no estado da Flórida”. (MARRAWI; MENDES, 2005, p. 187, tradução nossa) ⁴¹

Essas características políticas que possuíam os emigrados cubanos ante à revolução, facilitaram sua integração com a sociedade norte-americana, uma vez que estas gerações de emigrados “têm suas raízes na burguesia pré-revolucionária de Cuba e têm exercido seu poder em função de alcançar posições na política local”.(MARRAWI; MENDES, 2005, p.116, tradução nossa) ⁴², possibilitando assim, a consolidação de uma oposição contra-revolucionária, que seria utilizada como instrumento da política externa norte-americana para Cuba e que, pelo fato de se tratar de uma oposição de origem cubana, evitaria que o intento de desestabilização da revolução fosse atribuído diretamente aos Estados Unidos e que sua imagem permanecesse desvinculada das responsabilidades do país, como iniciativa e interesse próprios da contra-revolução cubana.

O governo norte-americano, com o propósito de recrudescer a guerra ideológica e acelerar o processo de desestabilização contra Cuba, passou a estimular esta vertente da contra-revolução exilada no país, a qual assumia características novas em contraposição aos grupos de exilados tradicionais, pois estabelecia vínculos econômicos e políticos em Miami, que poderiam ser utilizados em favor dos interesses particulares tanto dos emigrados quanto das administrações norte-americanas.

⁴¹ Do original: “Al triunfar la Revolución dirigida por Fidel Castro y apoyada por la inmensa mayoría del pueblo cubano, ese sistema politiquero se autoliquidó, dejó de existir y se fue instalado paulatinamente en el territorio norteamericano, fundamentalmente en el estado de La Florida”

⁴² Do original: “tiene sus raíces en la burguesia prerrevolucionaria en Cuba y há ejercido su poder en función de alcanzar posiciones en la política local”

Também os emigrados cubanos, começavam a fomentar discussões, sobre como acender à política local para promover o tema cubano neste meio e, desta forma, alcançar alguns objetivos políticos. “Os cubanos com determinada presença e influência em seu meio, decididos a não serem ignorados e a integrar-se, mas não a serem assimilados e a manter o tema de Cuba em suas prioridades, inclusive como condicionante em suas relações com setores de poder estadunidenses, se lançaram à conquista de um espaço no poder político.”(MARRAWI; MENDES, 2005, p.122, tradução nossa) ⁴³

Segundo Marrawi; Mendes (2005), em decorrência destas aspirações, e também da integração econômica, política, social e cultural dos emigrados cubanos com a sociedade norte-americana, iniciou-se um processo no qual muitos cubanos passaram a assumir a cidadania norte-americana e, em 1980, passou a ser conhecido o termo “cubano-americano” na estrutura social dos Estados Unidos, empregado para designar os “norte-americanos” de origem cubana.

O processo de integração dos emigrados cubanos com a sociedade norte-americana tem suas causas nas divergências políticas entre os dois países e ao fato de constituir essa emigração, uma oposição ao governo cubano, viável aos interesses norte-americanos, e por este motivo, não havia resistência ao processo de integração de nenhuma das partes, o que os diferenciava das demais emigrações latinas no país.

O impulso maior para a criação de uma entidade autônoma capaz de pressionar o Congresso em assuntos cubanos, obteve o respaldo do Presidente Ronald Reagan e foi conduzido por um dos idealizadores do grupo Santa Fé, Roger Fontaine, “(...) que aventou ‘a possibilidade de criar um lobby no Congresso norte-americano, para justificar a implementação de uma política mais agressiva contra Cuba’” (CALVO; DECLERQ, 2001, p.102). Aliado a Richard Allen,

⁴³ Do original: “Los cubanos con determinada presencia e influencia en su medio, decididos a no ser ignorados y a integrarse, pero no a ser asimilados y a mantener el tema Cuba en sus prioridades, incluso como condicionante en sus relaciones con sectores del poder estadunidense, se lanzaron a conquistar un espacio en el poder político.”

Assessor da Segurança Nacional de Reagan, Roger Fontaine reuniu um pequeno grupo de cubanos, que haviam demonstrado consonância com o governo norte-americano e que tinham um inimigo em comum, a Revolução Cubana.

Do lado cubano, Jorge Lincoln Mas Canosa, filho de um tenente coronel do exército de Batista, que já havia participado de outras organizações anticastristas e que dirigia o grupo Representação Cubana no Exílio (RECE), foi um dos representantes mais coniventes com a idéia de criar um organismo que exercesse influência nos Estados Unidos em benefício dos exilados cubanos e, portanto, o escolhido pelo Presidente Reagan para ser o fundador desta organização.

Os componentes iniciais deste projeto político combinariam, de acordo com Marrawi; Mendes (2005), os intelectuais neoconservadores, os políticos associados ao Partido Republicano e a burguesia contra-revolucionária em Miami. Além disto, a nova organização seguiria o modelo das organizações pró-Israel em Washington, o American Israel Public Affairs Committee (AIPAC), ou Comitê Americano-Israelense de Assuntos Públicos, que tem por objetivo promover políticas públicas compatíveis com os interesses de Israel.

Contudo, Feliú (2007) considera que, para os exilados cubanos tratava-se de um grupo que além de exercer influência em benefício próprio, tinha por objetivo formar na opinião pública norte-americana uma visão mais próxima da realidade em Cuba, a qual consideravam havia sido prejudicada pela influência de Fidel Castro nos Estados Unidos. Além disto, a FNCA seria criada como uma nova estratégia: “a busca de apoio político nos EUA para manter o embargo e buscar novas formas de enfrentamento com o regime castrista”. (GRUPO DE TRABAJO, MEMÓRIA Y JUSTICIA, 2003, p.33, tradução nossa) ⁴⁴

⁴⁴ Do original: “la búsqueda de apoyo político en EE.UU. para mantener el embargo e idear nuevas formas de enfrentamiento con el regimen castrista”

A formação desta organização ocorreu em 24 de Julho de 1981, e recebeu, sob orientação de Mas Canosa, o nome de “Fundação Nacional Cubano Americana - FNCA” ou “Cuban American National Foundation – FNCA”. Sua composição inicial contava, de acordo com Feliú (2007, p.34), com a participação de catorze membros, que incluía, além de Mas Canosa, Tony Costa, Feliciano Foyo, Luis Botifoll, Oscar Fernández, Jorge L. Garrido, Francisco J. Hernández, Alberto J. Mariño, Raúl Masvidal, Diego R. Suárez, Domingo R. Moreira, Carlos Pérez, José Luis Rodríguez e Carlos Salmán. Além destas pessoas, duas outras pessoas também desempenharam considerável papel na consolidação desta organização, que foram, Frank Calzón, que exerceu o cargo de diretor da FNCA, e Francisco “Pepe” Hernández, que ocupou o cargo de Presidente.

De acordo com Salim Lamrani (s/d, p.38), “todos tiveram vínculos muito estreitos com a ditadura de Batista, a maioria tinha uma situação econômica privilegiada antes da Revolução e são brancos. Quase todos participaram de ataques terroristas contra Cuba seja financiando-os, seja participando diretamente. Alguns chegaram a ser agentes da CIA”.⁴⁵

Em relação aos demais membros, Lamrani acrescenta:

A FNCA reivindica 50 000 membros. Os militantes e simpatizantes da Fundação, diferentemente dos simples membros, são quase todos brancos, têm mais de 60 anos de idade, e provêm da mais alta burguesia cubano-americana. Têm em geral um conhecimento mais que rudimentar da atual Cuba que não visitam desde o triunfo da Revolução. Vivem muito longe das esperanças da maioria dos cubano-americanos cuja principal preocupação é o bem-estar econômico de suas respectivas famílias que ficaram na ilha.(LAMRANI, s/d, p.39, tradução nossa)⁴⁶

⁴⁵ Do original: “Todos tuvieron vínculos de manera muy estrecha con la dictadura batistiana, tenían por la mayoría una situación económica privilegiada antes de la Revolución y son blancos. Casi todos participaron en ataques terroristas contra Cuba sea financiándolas, sea participando directamente. Algunos de ellos han sido agentes de la CIA”.

⁴⁶ Do original: “La FNCA reivindica 50 000 miembros. Los militantes y simpatizantes de la Fundación, a la diferencia de los simples miembros, son casi todos blancos, tienen más de 60 años de edad, y provienen de la muy alta burguesía cubano-americana. Tienen en general un conocimiento más que rudimentario de la Cuba actual que no han visitado desde el triunfo de la Revolución. Viven muy lejos de las esperanzas de la mayoría de los cubano-americanos cuya principal preocupación es el bienestar económico de sus familias respectivas que se quedaron en la isla”.

De acordo com Lamrani (s/d), esses homens eram profissionais altamente qualificados, que haviam alcançado proeminência em negócios e/ou atividades profissionais no exílio, demonstrando que estas pessoas estavam diretamente vinculadas a primeira onda migratória pós-revolução, que como foi dito anteriormente, era constituída pelas classes altas e mais qualificadas de Cuba no período que antecede a revolução.

Desta forma, fica evidente desde então, sob o amparo de que serviria aos interesses políticos dos exilados cubanos, que a FNCA seria um instrumento da política externa dos Estados Unidos para Cuba no que se refere ao objetivo comum de pôr fim ao regime de Fidel Castro, ou ainda, que a FNCA era a “(..) expressão da simbiose resultante da interação entre a política – dentro desta a contra-revolução –, a manipulação da emigração cubana e os interesses norte-americanos de privilegiar esta para derrocar a Revolução.” (MARRAWI; MENDES, 2005, p.166, tradução nossa) ⁴⁷

No entanto, para os exilados cubanos, a nova organização não representava um instrumento em favor dos interesses norte-americanos, mas sim um instrumento a favor de seus interesses particulares, uma vez que surgira em um contexto diferente do da administração anterior de Carter, a qual havia flexibilizado as relações com Cuba e comprometido seus objetivos políticos.

Para os exilados a nova administração representava uma evolução na concretização de seus interesses, pois a FNCA exerceria impacto no cenário político norte-americano e na condução das relações entre os dois países, da mesma forma, influenciaria a política externa deste país para Cuba com vistas a atingir os objetivos particulares dos exilados cubanos. Assim, “os

⁴⁷ Do original: “(..) expresión de la simbiosis resultante de la interacción entre la política – dentro de ésta, la contrarevolución –, la manipulación de la emigración cubana y los intereses norteamericanos de privilegiar a ésta para derrocar a la Revolución”.

êxitos que a FNCA rapidamente registrou na Washington de Ronald Reagan demonstraram a eficácia da nova estratégia; a violência como meio principal de luta anti-castrista foi perdendo terreno”. (GRUPO DE TRABAJO, MEMÓRIA Y JUSTICIA, 2003, p.33, tradução nossa) ⁴⁸

Nestor S. Feliú (2007) considera que o diferencial da FNCA está no fato dela não se limitar, como as demais organizações no exílio, à luta direta contra o regime de Fidel Castro. Em suas palavras, a FNCA “tem ampliado o espectro de seus serviços e preocupações pelo presente e pelo futuro de Cuba, auspiciando projetos como o Fundo de Ajuda ao Êxodo Cubano; (...) Comissão para a Reconstrução Econômica de Cuba; (...) Projeto Missão Martí (...)”. (FELIÚ, 2007, p.43, tradução nossa) ⁴⁹

O Fundo de Ajuda ao Êxodo Cubano, por exemplo, surgiu em um contexto em que, encerrada as possibilidades legais daqueles cubanos que desejavam migrar para os Estados Unidos, tinham como destino outros países, sem abdicar, contudo, do objetivo final de estabelecer-se neste país. A FNCA estabeleceu então, um vínculo entre esses cubanos exilados em outros países, com os cubanos de Miami. Assim, a FNCA passou a destinar uma contribuição ao estabelecimento destas famílias nos diversos países em que se encontravam. Esta contribuição incluía desde abrigos para aqueles que estavam sem lar, até alimentação, assistência médica e educação.

Todavia, e ao contrário do que se esperava, o problema não foi solucionado e o número de cubanos nesses países continuava aumentando. Conseqüentemente, as despesas da FNCA, destinadas a suprir as necessidades básicas dessas pessoas, aumentavam proporcionalmente, quando se deveria tratar de uma situação provisória, tomando uma dimensão em que se fez

⁴⁸ Do original: “los êxitos que la FNCA rapidamente registro en el Washington de Ronald Reagan demostraron al exilio a eficacia de la nueva estrategia; la violencia como medio principal de lucha anticastrista fue perdiendo terreno”.

⁴⁹ Do original: “há ampliado o espectro de sus servicios y preocupaciones por el presente y el futuro de Cuba, auspiciando proyectos como el Fondo de Ayuda al Exodo Cubano; (...) Comisión para la Reconstrucción Económica de Cuba; (...) Proyecto Misión Martí (...)”

necessária uma reavaliação da situação, sem que isso implicasse “perder de vista” esses cubanos, pois não se tratava somente de uma ação solidária da FNCA, existiam interesses políticos por trás desta iniciativa. Uma solução mais rápida e viável ao problema dependia do governo norte-americano, ou seja, da sua permissão para que esses cubanos pudessem entrar nos Estados Unidos.

Embora as duas partes tenham encontrado dificuldades para solucionar o problema, a FNCA porque precisou exercer influência na administração Reagan para alcançar uma solução definitiva para esses cubanos, e o governo norte-americano, porque a situação exigia medidas legais, necessitando esses emigrados cubanos dispor de cidadania nos países em que se encontravam, esses problemas foram solucionados e o governo norte-americano exigiu que o financiamento tanto do transporte dessas pessoas aos Estados Unidos, quanto à garantia de um emprego e demais auxílios deveriam ser feitos por fontes privadas, programa este que ficou conhecido como “Private Sector Initiative”, ou, Iniciativa do Setor Privado. E assim, tendo seus interesses em cena, os exilados cubanos de Miami trataram de organizar economicamente esse patrocínio, que se fez na forma de consideráveis doações de membros da FNCA.

Os outros projetos, Comissão para Reconstrução Econômica de Cuba, e Missão Martí, propunham respectivamente, o apoio de figuras expoentes no cenário internacional para a “transição para a democracia” e a elaboração de um programa para a reconstrução política, econômica e social para Cuba, e a participação de um considerável número de cubanos de todas as idades e profissões, em cursos básicos para servir como um “Cuerpo de Paz” à população cubana no momento em que ocorresse a queda de Fidel Castro e do regime instituído pela revolução cubana, que incluía objetivos de assistência médica, alimentação, construção, além de valores compartilhados pela sociedade capitalista.

A Missão Martí é um projeto especial a Fundação – um Corpo de Paz – que agrupa pessoas de boa vontade em geral, primordialmente jovens cubanos profissionais, técnicos, homens e mulheres de empresa que desejem ajudar na reconstrução econômica, social e moral da Cuba pós-Castro. A missão do projeto é a de fomentar a livre empresa em Cuba, coordenando, incentivando e mobilizando a gama extraordinária de recursos que os cubanos em exílio possuem, reunindo também os recursos dos cubanos na Ilha, extraindo-os da rigidez esquemática dentro da qual se foram formando; e assim, juntos, contribuir para moldar a Cuba com que todos sonhamos: uma Cuba próspera, livre e democrática onde imperem o amor e a justiça. (FELIÚ, 2007, p.173, tradução nossa)⁵⁰

Esses três projetos, no entanto, ademais de diferenciar a FNCA no que se refere à luta direta contra o regime cubano de Fidel Castro, evidenciam a especificidade da mesma no que se refere à postura assumida para atingir seus objetivos, através de medidas que, ainda que indiretas ou não com seus objetivos nitidamente declarados, acabam por promover o fortalecimento e a concentração da comunidade cubana exilada nos Estados Unidos, favorecendo assim os interesses políticos das duas partes.

Para Néstor Suárez Feliú, a estratégia da Fundação Nacional Cubano-Americana consistia em três pontos:

1. Obter para o exílio, como representante do povo cubano, a voz o respeito e a influência necessários ante a opinião pública deste país, o Congresso e a Casa Branca, que permita impedir que em Washington se tomem decisões nocivas aos verdadeiros interesses do povo cubano, como foi a traição da Bahia dos Porcos ou o levantamento parcial do embargo durante a administração Cartes.
2. Propor o isolamento internacional, político e econômico do regime castrista, impedindo que este obtenha os recursos exteriores necessários para continuar alimentando seu aparato repressivo e consolidar assim seu controle sobre o povo e a economia cubana.
3. Auspiciar o desenvolvimento da oposição interna mediante a propagação mundial de suas denúncias sobre as violações dos direitos humanos e os crimes que diariamente se comete no regime castrista e incrementar os vínculos entre os opositores do regime, dentro e fora da ilha, tornando possível o desenvolvimento

⁵⁰ Do original: “Misión Martí es un proyecto especial de la Fundación – un Cuerpo de Paz – que agrupa a personas de buena voluntad en general, primordialmente a jóvenes cubanos profesionales, técnicos, hombres y mujeres de empresa que desean ayudar en la reconstrucción económica, social y moral de la Cuba post-Castro. La misión del proyecto es la de fomentar la libre empresa en Cuba, coordinando, incentivando y movilizando la gama extraordinaria de recursos que poseen los cubanos en el exilio, aunando a ellos los recursos de los cubanos en la isla, extrayéndolos de la rigidez esquemática dentro de la cual se han formado; y así, juntos, contribuir a moldear la Cuba con que todos soñamos: una Cuba próspera, libre y democrática donde imperen el amor y la justicia”

de uma estratégia de luta cujo objetivo fundamental seria a erradicação total do sistema castro-comunista. (FELIÚ, 2007, p. 43, tradução nossa)⁵¹

Ou seja, os três pontos apontados por Feliú (2007) e que de acordo com ele, embasavam a estratégia da nova organização, convergiam para o objetivo comum de desestabilizar o regime político de Fidel Castro. Para tanto, a FNCA combinaria a propaganda política contra o regime cubano dentro dos Estados Unidos a fim de conquistar a opinião pública deste país, promoveriam o isolamento político e econômico de Cuba, objetivando como consequência uma crise de privações e insatisfação na sociedade cubana e, principalmente, estimulariam o vínculo entre a oposição interna cubana e a oposição externa estabelecida no país, com o intuito de consolidar e fortalecer a contra-revolução.

Estes eram, portanto, os objetivos iniciais da Fundação Nacional Cubano-Americana, mas deve-se ressaltar especialmente, a ênfase em sua atuação como fonte de propaganda política contra o regime cubano, ou seja, sua atuação enquanto sociedade autônoma desvinculada de instituições norte-americanas e, portanto, supostamente independente, que funcionava nos Estados Unidos como um grupo responsável por incutir na população americana a idéia da necessidade de se realizar algum projeto político contra a Revolução Cubana, dada sua opção comunista e a possibilidade de exportação deste modelo político no hemisfério.

No início a FNCA desempenhava sobretudo um papel de propaganda. Seu objetivo era influenciar a opinião pública e o Congresso do perigo representado por Cuba, como estipula o documento classificado como ultra secreto do Conselho de Segurança Nacional (*U.S. Policy in Central American and Cuba through F.Y. '84, Summary Paper*). Era necessário evitar 'a proliferação dos Estados que seguirem o modelo de Cuba'. A FNCA tinha que lançar uma

⁵¹ Do original: “1. Obtener para el exilio, como representante del pueblo cubano, la voz, el respeto y la influencia necesarios ante la opinión pública de este país, el Congreso y la Casa Blanca, que permita impedir que en Washington se tomen decisiones nocivas a los verdaderos intereses del pueblo cubano, como fue la traición de Bahía de Cochinos o el levantamiento parcial del embargo durante la administración Carter. 2. Propugnar el aislamiento internacional, político y económico del régimen castrista, impidiendo que éste obtenga los recursos exteriores necesarios para continuar alimentando su aparato represivo y consolidar así su control sobre el pueblo y la economía cubana. 3. Auspiciar el desarrollo de la oposición interna mediante la propagación mundial de sus denuncias sobre las violaciones de derechos humanos y los crímenes que a diario comete el régimen castrista e incrementar los vínculos entre los opositores al régimen, dentro y fuera de la isla, haciendo posible el desarrollo de una estrategia de lucha cuyo objetivo fundamental sea la erradicación total del sistema castro-comunista.”

campanha a favor dos direitos humanos em Cuba, denunciar o governo cubano mediante uma campanha internacional de propaganda, acrescentar as sanções econômicas, e 'impedir toda a negociação dirigida pelo Congresso'. (LAMRANI, s/d, p.44, tradução nossa)⁵²

Contudo, no início dos anos 90 e em decorrência do fim da Guerra Fria, a FNCA teve que alterar sua retórica até o momento baseada, entre outros fatores, na contenção do comunismo. Seus objetivos passaram então, da promoção da propaganda política contra o comunismo em Cuba e a proteção contra a influência do comunismo nos Estados Unidos, à promoção de uma transição pacífica para a democracia e uma economia de mercado através de eleições livres, bem como continuava a enfatizar sua campanha pelos direitos humanos e fornecer suporte aos grupos dissidentes, além de declarar abertamente o apoio ao endurecimento do embargo.

Atualmente a FNCA se autodenomina uma instituição sem fins lucrativos, que atua pelo exercício da democracia e dos direitos humanos, os quais consideram extintos em Cuba desde que instaurada a revolução. Apóia a transição para uma democracia pluripartidária e baseada numa economia de mercado. Para tanto, propõe métodos não violentos e se assenta sobre o respeito aos direitos humanos, à democracia política e aos valores econômicos, sociais e políticos do Ocidente.⁵³

A Fundação Nacional Cubano Americana é uma organização independente sem fins lucrativos dedicada à seleção e à Propagação de dados relativos À questões econômicas, políticas e sociais dos povos da ilha e em exílio. A Fundação apoia o conceito de uma Cuba livre e democrática e promove uma visão objetiva de Cuba e dos Cubanos, e uma avaliação objetiva do governo cubano e de suas políticas. A Fundação apoia um programa geral destinado ao esclarecimento da opinião pública sobre esses programas relativos à Cuba, ao combate das tendências doutrinárias, à proteção dos direitos humanos e à promoção dos interesses culturais e ao êxito criativo.(LAMRANI, s/d, p. 44, tradução livre)⁵⁴

⁵² Do original: “Al inicio, la FNCA desempeñaba sobretudo un papel de propaganda. Su objetivo era de influenciar la opinión pública y el Congreso del peligro representado por Cuba, como lo estipula el documento clasificado Top Secret del *National Security Council (U.S. Policy in Central American and Cuba through F.Y. '84, Summary Paper)*. Había que evitar “la proliferación des los Estados [siguiendo el modelo de] Cuba”. La FNCA tenía que lanzar una campaña en favor de los derechos humanos en Cuba, denunciar el gobierno cubano mediante una campaña internacional de propaganda, acrescentar las sanciones económicas, e “impedir toda negociación mandada por el Congreso”.

⁵³ Disponível em: www.canf.org

No entanto, e como observa Maxine Molyneux (1999), a FNCA mantém uma postura de linha dura para com o regime de Fidel Castro, rejeitando qualquer possibilidade de negociação com o governo cubano e qualquer diálogo sobre a possibilidade do fim do embargo ou de medidas que possam enfraquecê-lo, além de apoiar ações militares norte-americanas que ponham fim ao regime cubano.

Além disto, deve-se considerar que o fato de que a FNCA ocupa um lugar de destaque no que se refere ao poder político exercido em Miami pelos setores de exilados cubanos e na política externa dos Estados Unidos para Cuba, sobretudo ao assumir uma postura política para atingir seus interesses baseada no seu potencial financeiro, que lhe possibilita participar ativamente da política doméstica norte-americana, com ênfase em períodos eleitorais.

Ou seja, o poder político da FNCA se fundamenta no apoio financeiro que esta organização pode oferecer aos diversos setores do governo e da imprensa, na importância do seu voto eleitoral e no seu caráter contra-revolucionário, pautado em uma postura anti-castrista. A combinação dessas características converge com os interesses políticos norte-americanos consolidando uma coesão ideológica entre ambas as partes, que garante o apoio da comunidade cubana ao governo dos Estados Unidos e o espaço político necessário à mesma comunidade para influir na formulação da política externa norte-americana para Cuba.

Como observaram Marrawi; Mendéz,

Se os políticos cubano-americanos estivessem somente dedicados aos problemas domésticos de sua comunidade multiétnica, sua influência não transcenderia mais além das fronteiras de seus distritos eleitorais. É a hostilidade à Revolução,

⁵⁴ Do original: “La Fundación Nacional Cubano Americana es una organización independiente sin ánimo de lucro dedicada a la selección y a la propagación de datos relativos a las cuestiones económicas, políticas y sociales del pueblos de la isla y en exilio. La Fundación apoya el concepto de una Cuba libre y democrática y promueve una visión objetiva de Cuba y de los cubanos, y una evaluación objetiva del gobierno cubano y de sus políticas. La Fundación apoya un programa general destinado a esclarecer y clarificar la opinión pública sobre los problemas relativos a Cuba, a combatir las tendencias doctrinales, proteger los derechos humanos y promover los intereses culturales y el éxito creativo.”

prática ou retórica, o que lhes dá ascendência no contexto. (MARRAWI; MENDEZ, 2005, p.167, tradução nossa) ⁵⁵

Portanto, a combinação das tradicionais políticas anti-comunistas das sucessivas administrações norte-americanas desde a revolução, com a contribuição financeira desses setores de exilados cubanos aos partidos políticos e seus votos eleitorais, garante à FNCA influência política significativa sobre o resultado de toda e qualquer legislação relacionada a Cuba no Congresso.

Desta forma, ao combinar interesses domésticos norte-americanos, uma vez que os cubanos organizados sob a FNCA constituem parcela do eleitorado, com interesses da política externa deste país na condução da sua política para Cuba, ao mesmo tempo em que esses interesses respondem ao anseio dos exilados cubanos, e muitas vezes são reforçados pelo seu apoio, a Fundação Nacional Cubano-Americana tem demonstrado êxito na condução de seus objetivos, conciliando desta forma interesses específicos dos setores que representa, que são os interesses da comunidade cubano-americana, com os interesses dos setores dominantes da política norte-americana.

Assim, a concepção dos cubano-americanos de que a participação na política doméstica do país possibilitaria exercer influência direta sobre a política externa no que se refere ao tema cubano, levou a que um número maior de cubano-americanos aspirassem aos cargos políticos na década de 80.

Durante esta década, grupos de cubano-americanos em Miami organizaram maquinários políticos capazes e com recursos para capitalizar ao máximo o potencial que emanava de sua capacidade eleitoral e financeira, assim como reanimaram e aumentaram seus contatos com os centros de poder estadunidenses e conseguiram ascender a postos públicos e fazer-se sentir

⁵⁵ Do original: “Si los políticos cubanoamericanos estuviesen solo dedicados a los problemas domésticos de su comunidad multiétnica, su influencia no trascendería más allá de las fronteras de sus distritos electorales. Es la hostilidad hacia la Revolución, práctica o retórica, lo que les da ascendencia en el entorno.”

na vida política e econômica do país. (MARRAWI; MENDÉZ, 2005, p. 163, tradução nossa) ⁵⁶

Em 1982 a cubana-americana Ileana Ros-Lehtinen foi eleita representante estadual por Miami e eleita posteriormente em 1986 como senadora estadual e representante federal pela Flórida, e em 1989 como membro da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, sendo a primeira mulher cubano-americana a ingressar nas câmaras estadual e federal. Ileana-Ros possui estreitos vínculos com a FNCA, laços estes provenientes da relação de seu pai, Enrique Ros com Jorge Más Canosa. Ileana foi por um período candidata desta organização, que utilizou-se de seu poder econômico e político para promover sua candidatura.

De acordo com Marrawi; Mendéz (2005), sua eleição como representante federal foi definida pela importante afluência dos cubano-americanos que votaram, 58% dos registrados, dos quais 90% votaram por Ileana Ros. Acresce-se a isto o fato de Ileana Ros ter recebido forte respaldo do partido republicano, incluindo um ato em que o Presidente George Bush (Pai) manifestou seu apoio com visita a Miami.

Em 1990, Ileana Ros foi reeleita em uma disputa com a cubana-americana Magda Montiel Davis, sobre a qual alçou vitória em parte devido à grande influência da FNCA, que promoveu campanhas contra a adversária acusando-a de diálogos com o governo cubano, o que mais uma vez aponta para o caráter reacionário da FNCA. Membro do Comitê de Assuntos Estrangeiros do Governo, Ileana-Ros desempenhou participação ativa na aprovação das Leis Torricelli e Helms-Buton e manifestou-se contrária à repatriação do menino Elián González para Cuba.

⁵⁶ Do original: “Durante esta década, grupos de cubanoamericanos en Miami organizaron maquinarias políticas capaces y con recursos para capitalizar al máximo el potencial que emanaba de su capacidad electoral y financiera, así como reanimaron y aumentaron sus contactos con los centros de poder estadounidenses y lograron acceder a puestos públicos y hacerse sentir en la política hacia Cuba a un nivel que estaba muy por sobre su peso real en la vida política y económica del país.”

Lincon Díaz-Balart, cubano-americano vinculado a FNCA e ao Partido Republicano, ingressou na Câmara de Representantes da Flórida em 1986, sendo eleito posteriormente em 1989 senador pela Flórida, e em 1993, nomeado para Câmara de Representantes dos Estados Unidos. Em 1994, foi eleito Membro da *Rules Committee*, organização que aprova pelas legislações e emendas encaminhadas à Câmara de Representantes, e na qual ocupou o cargo de vice-presidente, exercendo desta forma influência em sanções aplicadas à Cuba, que passam pela aprovação deste organismo. Díaz-Balart foi colaborador na redação da Lei Helms-Burton e manifestou-se contrário a projetos de lei que previam uma flexibilização das medidas do bloqueio imposto a Cuba, acusando este país de apoiar o terrorismo internacional.

Em 2000, nas eleições para prefeito em Miami, o cubano-americano Alex Penelas, que já atuava no cargo como primeiro representante deste grupo desde 1996, conseguiu reeleger-se com mais de 51% dos votos (Marrawi; Mendéz, 2005), sustentando entre os debates que permeavam sua campanha, o caso do menino Elián González, ao qual se opunha à decisão federal de repatriá-lo. Penelas foi considerado como um dos candidatos favoritos à vice-presidência com o democrata Al Gore nas eleições deste ano, o qual como mencionado anteriormente, posicionou-se contra o regresso de Elián como estratégia política para angariar votos da comunidade cubana, contando para isto com o apoio da FNCA.

Portanto, e, diferentemente da grande maioria dos outros grupos hispânicos no país, os cubano-americanos da FNCA não ficaram à margem da vida política do país, assumiram uma postura política ativa afiliando-se aos tradicionais partidos democratas e republicanos, com os quais contribuem financeiramente.

Embora a contribuição financeira da comunidade cubana exilada e da FNCA a ambos os partidos se explique pela estratégia política para eleger seus candidatos, a FNCA tem apresentado em alguns momentos posição tendenciosa ao Partido Republicano, fato este que pode ser

explicado pela convergência de interesses políticos e posições conservadoras entre as duas partes, evidenciada durante toda a administração Reagan na década de 80, período em que a FNCA elucidou seu poder de influência ao conceber a criação da Rádio Martí.

2.4 Rádio Martí

As novas disposições adotadas para o endurecimento do bloqueio na administração Ronald Reagan se estenderam ao terreno da propaganda política através da criação da Rádio Martí que, financiada pelo governo norte-americano, tinha por objetivo ser uma emissora à semelhança das Rádios Europa Livre e Rádio Liberdade, que transmitiam aos países da Europa do Leste o mesmo que se pretendia transmitir a Cuba, uma programação independente contra o regime cubano, que pretendia levar a verdade sobre o regime comunista, desenvolvendo desta forma, ainda que não com este propósito declarado, pressões públicas contra o governo cubano e fomentando a subversão interna.

A criação da Rádio Martí não se distancia da política ideológica dirigida pelos Estados Unidos para Cuba desde a revolução em 1959, quando as pretensões de uma emissora que transmitisse para a Ilha apareceram pela primeira vez. Em 1960 foi instalada a Rádio Swan, que operada pela CIA, tinha o objetivo de desestabilizar o novo regime. Após à invasão à Baía dos Porcos em 1962, a emissora passou a ser denominada Rádio América, desaparecendo em 1965. Entre 1962 e 1974, outra rádio fazia transmissão para Cuba, a “Voz de las Américas” - VOA, operando um programa denominado “Cita en Cuba”, suspenso também. Na década de 70, foi apresentado um projeto para estabelecer a “Radio Cuba Libre”, que teve a emenda aprovada no Senado, mas não na Câmara.

Neste período, emissoras oficiais como a VOA e outras emissoras privadas, pertencentes a emigrados cubanos nos Estados Unidos e financiadas pela CIA, foram utilizadas para desenvolver propagandas políticas contra Cuba. Na administração Carter, a idéia de uma emissora foi estudada, mas não concretizada.

Em 1980, o Senador Jesse Helms, propôs a criação da “Radio Cuba Libre”, que foi apoiada pela FNCA, mas o projeto só foi aprovado como lei. Somente em 1981, quando Reagan assumiu o poder, surgiram propostas para que a VOA transmitisse programas oficiais para Cuba e para que as transmissões se tornassem independentes. Foi então que a nova administração começou a conduzir esforços para a criação de uma estação de rádio anticubana, que tinha por objetivo não declarado, mas percebido pelo foco de suas programações, que priorizavam a exaltação das dificuldades econômicas em Cuba, como decorrência da opção comunista, promover a subversão e desestabilização do governo de Fidel Castro. Antes mesmo das eleições presidenciais, a FNCA já havia manifestado apoio para que os republicanos incluíssem em sua plataforma o projeto de uma emissora de rádio que transmitisse para Cuba.

Como assinalou Mirian Grãs Mediacaja, as transmissões combinariam informação e entretenimento, com foco nas programações para jovens e abordando temas como:

- Os problemas econômicos, tratando de mostrar a direção do Governo cubano como a causa da falta de alguns produtos,
- As dificuldades de domicílio e outras, que se indentificavam com promessas não cumpridas e má condução do Governo cubano,
- Mostrar a ajuda econômica fornecida pela URSS a Cuba como crescente subordinação deste país àquele, tanto em assuntos domésticos como exteriores,
- Golpear a ajuda internacionalista cubana, mostrando-a como intrusão nos assuntos de outros países e como causadora de perdas de vida humana,
- Mostrar a ajuda internacionalista em recursos materiais e a exportação de alguns produtos cubanos, como desvio de recursos necessários à população e utilização destes para fins da política exterior promovida por aqueles que governam o Estado cubano,
- Tratar de mostrar que aqueles que governam em Cuba não são representantes do povo, mas de uma elite governante e que esta ostenta uma situação privilegiada em relação àquela disfrutada pelo povo cubano,

- Tratar de mostrar, comparando alguns discursos de Fidel, extraídos de seu contexto original, que os ideais originais da Revolução Cubana foram traídos. (MEDIACEJA, 1986, p.14-15, tradução nossa) ⁵⁷

O argumento utilizado pela Casa Branca para conseguir apoio nacional foi a da contenção do comunismo, que embora bastante consolidado pelo contexto da época, enfrentou oposição. As divergências políticas entre a Casa Branca e o Departamento de Estado, consistiam por parte deste, no temor à reação cubana e na ineficácia da utilização da estação como instrumento político, uma vez que a Rádio Martí poderia provocar um êxodo de cubanos com destino aos Estados Unidos, que seria expressão da exacerbação dos problemas vividos em Cuba por esta rádio.

O debate entre os que promoviam e os que se opunham ao projeto da estação de rádio cubana baseava-se, segundo Mediacaja (1986), nos seguintes aspectos: os que defendiam, acreditavam que a estação era uma extensão da luta ideológica contra o comunismo, que podia contribuir na condução das ações do governo cubano na direção dos interesses norte-americanos e no fato de que Cuba restringia a informação ao povo; do outro lado, os que se opunham, consideravam que a VOA perderia seu caráter jornalístico ao operar com objetivos que incluíam a desestabilização, que representaria um gasto desnecessário, pois não era uma arma diplomática eficiente, que a suposta falta de informação ao povo cubano, se suprimia com as estações que operavam regularmente e que poderiam aumentar as tensões com Cuba.

⁵⁷ Do original: "- Los problemas económicos, tratando de mostrar a la dirección del Gobierno cubano como la causante de la falta de algunos productos, - Las dificultades de viviendas y otras, las que se identificarían con promesas no cumplidas y malos manejos del Gobierno cubano, - Mostrar la ayuda económica que brinda la URSS a Cuba como creciente subordinación de Cuba a URSS, tanto en los asuntos domésticos como exteriores, - Golpear sobre la ayuda internacionalista cubana, mostrando a ésta como intrusión en los asuntos de otros países y causante de pérdidas de vidas humanas, - Mostrar la ayuda internacionalista en recurso materiales y la exportación de algunos productos cubanos, como desvío de recursos necesarios a la población y utilización de estos para fines de la política exterior promovida por los que gobiernan el Estado cubano, - Tratar de mostrar que los que gobiernan en Cuba no son representantes del pueblo, sino de una élite gobernante y que ésta ostenta una situación privilegiada de la que no disfruta el pueblo cubano, - Tratar de mostrar, comparando algunos discursos de Fidel sacados fuera de contexto, que se han traicionado los ideales originales de la Revolución Cubana."

Entre os grupos de pressão a favor da rádio difusora, se encontrava a Fundação Nacional Cubano-Americana - FNCA. O papel da FNCA destinou-se à influenciar congressistas para que estes apoiassem o projeto, realizando um trabalho de propaganda sobre suas vantagens e objetivos. A intensidade da pressão no congresso e o apoio recebido da Casa Branca permitiram a FNCA aparecer como um dos protagonistas principais na execução do projeto.

Para a FNCA, a concepção de uma rádio para Cuba consistia em:

(...) uma nova tática de luta para o exílio cubano que logo seria acolhida com entusiasmo na fundação. Os cubanos do exílio não se conformariam em somente manifestar seu repúdio ao regime castrista da *Calle Ocho* ou do *Parque de las Palomas*, fariam ouvir sua voz e sentir sua influência nos corredores do Capitólio norte-americano. (FELIÚ, 2007, p. 75, tradução nossa) ⁵⁸

No entanto, e embora o Presidente Reagan tivesse apoiado a iniciativa da criação da Rádio Cuba Libre, sob a denominação de Rádio Martí, seria necessário ainda convencer membros do Senado pertencentes ao Partido Democrata, além da resistência por parte de Fidel Castro, que ameaçava empregar transmissores para interferir nas estações de rádio norte-americanas, o que prejudicaria os congressistas dos estados agrícolas, que dependiam de informações oriundas dessas transmissões.

A oposição começou a utilizar-se do argumento de que a criação da rádio havia se convertido em instrumento do partido político dos exilados cubanos, o que incluía a FNCA, que defendeu-se representada por Jorge Mas Canosa, o qual argumentou que a rádio estaria sob administração da Agência de Informação dos Estados Unidos, e não sob os cuidados da FNCA: “A Rádio Martí era parte da Agência de Informação do governo norte-americano e, como tal, era

⁵⁸ Do original: “(...) una nueva táctica de lucha para o exílio cubano que luego seria acogida con entusiasmo por la Fundación. Los cubanos del exílio no se conformarían en lo adelante con manifestar su repudio al régimen castrista de la Calle Ocho o el Parque de las Palomas, sino que harían sentir su voz y su influencia en los corredores del Capitolio norteamericano”

regida pelas leis deste país, e assim, nenhum organismo particular do exílio cubano poderia controlar o conteúdo de suas transmissões.” (FELIÚ, 2007, p.77, tradução nossa)⁵⁹

Contudo, se considerarmos o enaltecido apoio da FNCA, e seus vínculos com congressistas republicanos, este argumento perderia força, pois embora não estivessem diretamente conduzindo o projeto, representavam parcela significativa dos eleitores que elegeriam o Presidente que apoiava o projeto.

Em outubro de 1983 foi aprovada a Lei Pública de Transmissões Radiofônicas para Cuba, que criava a Rádio Martí dentro da estrutura da VOA e, embora tenha sofrido algumas alterações, teve como base o projeto original, passando a funcionar efetivamente a partir de 20 de maio de 1985.

O exílio cubano considerava, como observou Feliú (2007), que a mais importante contribuição da Rádio Martí era, além da liberação de Cuba, o fato de que os patriotas que lutam dentro da Ilha saberiam que não estavam sozinhos, porque havia um exílio que se solidarizava com eles e estava disposto a continuar a tarefa.

De acordo com Calvo; Declerq (2001), para o governo e o povo cubano, a criação da Rádio Martí constituía uma afronta, pois além de invadir o território cubano, uma vez que era transmitida desde a Flórida, utilizava o nome do herói que lutara contra a Espanha pela independência e soberania de Cuba.

Para Jorge Mas Canosa, a Rádio Martí era um presente do exílio e do governo norte-americano ao povo cubano, pois servia como um instrumento a favor da liberdade de Cuba. De acordo com Mas Canosa,

Nós, os cubanos exilados, não nos esquecemos de nossa Pátria; (...) O primeiro e grande esforço do exílio, aliado aos Estados Unidos, está se dedicando neste

⁵⁹ Do original: “Rádio Martí era parte de la Agencia de Información del gobierno norteamericano y, como tal, habría de regirse por las leyes de este país, por lo que ningún organismo particular del exilio cubano podría controlar o contenido de sus transmisiones”

momento, a nosso povo sofrido, preso e escravizado no interior na ilha. A criação da Rádio Martí foi um presente do exílio cubano e dos Estados Unidos ao povo de Cuba. (MAS CANOSA *apud* FELIÚ, 2007, p.79, tradução nossa)⁶⁰

2.5 Caso dos Cinco Prisioneiros Cubanos

O caso dos cinco prisioneiros políticos cubanos presos nos Estados Unidos desde 1999 sob acusação de espionagem ilustra com precisão a postura política norte-americana para Cuba e a influência que exerce a Fundação Nacional Cubano Americana – FNCA em situações envolvendo os dois países.

Em 1998, cinco cubanos foram convocados por agentes do Federal Bureau of Investigation (FBI) para tratarem de assuntos de segurança nacional. No mesmo dia, dois congressistas representantes da Flórida, Ileana Ros-Lehtinen y Lincoln Díaz Balart, foram comunicados da convocação. Esses congressistas não tinham quaisquer relações com o Departamento de Segurança Nacional, porém eram estritamente vinculados a FNCA, que cuidou de lançar uma campanha apontando os cinco cubanos convocados de espionagem, antes mesmo da acusação formal.

Os cinco cubanos eram Gerardo Hernández Nordelo, Ramón Labañino Salazar, Antonio Guerrero Rodríguez, Fernando González Llort e René González Schweret, que haviam infiltrado setores de exilados cubanos na Flórida envolvidos com o terrorismo contra Cuba com o propósito de monitorar suas atividades e impedir futuras ações militares contra seu país.

⁶⁰ Do original: “Los cubanos exiliados no hemos olvidado a nuestra Patria; (...). El primer y gran esfuerzo del exilio, aliado a los Estados Unidos, se estaba dedicando en ese momento a nuestro pueblo sufrido, cautivo y esclavizado dentro de la isla. La creación de Radio Martí fue un regalo del exilio cubano y de los Estados Unidos al pueblo de Cuba”

De acordo com Lamrani:

Os cinco cubanos fizeram fracassar 170 atentados terroristas informando a tempo o governo cubano e entregaram dezessete informes sobre as atividades terroristas do exílio cubano ao FBI. As autoridades cubanas informaram também a Washington das atuações ilegais que eram tramadas em Miami. Em junho de 1998, uma delegação estadunidense incluindo dois agentes do FBI foi a Cuba e recebeu quatro volumosas pastas, 2h e 45 minutos de material de vídeo, e oito cassetes de áudio reunindo informações sobre as ações terroristas dos grupos de extrema direita na Flórida. Como resposta, os cinco cubanos foram presos e encarcerados por espionagem. (LAMRANI, s/d, p.74, tradução nossa)⁶¹

Contudo, a particularidade deste caso, refere-se ao tratamento que lhes foi conferido e à influência que a FNCA exerceu e exerce na condução deste processo. Os cinco prisioneiros cubanos foram isolados antes do processo e assim permaneceram por 17 meses, sendo que a legislação penitenciária norte-americana prevê um isolamento máximo de 60 dias, o que é aplicado somente para assassinos e prisioneiros considerados perigosos (Lamrani, s/d).

Os cinco prisioneiros cubanos foram julgados em Miami, onde a influência da FNCA sobre a justiça é bastante considerável e por vezes determinante. Os próprios jurados constituíam parcela da oposição cubana em Miami e eram fortemente pressionados pela mídia local, sobretudo pela TV Martí.

No processo foram cometidas diversas violações da Constituição norte-americana, de precedente judicial e do Direito Internacional, e entre ellas está a falta de um jurado imparcial. A busca de um jurado imparcial é uma das mais importantes etapas do processo judicial no sistema de “Common Law”. Essa busca de jurados completamente alheios ao que ocorria e às pessoas julgadas, eram, em certas ocasiões, demasiado lenta e custosa. O procedimento judicial com a presença de jurados atualmente consiste na seleção de pessoas que ignorem os fatos em discussão, de modo que as partes possam introduzir tais fatos mediante a apresentação de provas, e os jurados, valendo-se das intruções do juiz, podem estabelecer efetivamente os fatos segundo o que foi provado mais além de qualquer dúvida razoável. O direito de ser julgado por um jurado imparcial é um dos mais importantes dos direitos fundamentais listados nas

⁶¹ Do original: “Los cinco cubanos hicieron fracasar 170 atentados terroristas informando a tiempo el gobierno cubano y entregaron diecisiete informes sobre las actividades terroristas del exilio cubano al FBI. Las autoridades cubanas informaron también a Washington de las actuaciones ilegales que se tramaban en Miami. En junio de 1998, una delegación estadounidense incluyendo a dos agentes del FBI fue a Cuba y recibió cuatro voluminosas carpetas 2h y 45 minutos de material vídeo, y ocho cassetes de áudio reuniendo informaciones sobre los manejos terroristas de los grupos de extrema derecha de Florida. En respuesta, los cinco cubanos fueron arrestados y encárcelados por espionaje.”

ementas presentes na Constituição dos Estados Unidos da América. A VI ementa estabelece: “Em toda causa criminal, o acusado gozará do direito de ser julgado rapidamente e em público por um jurado imparcial do distrito e Estado no qual o delito foi cometido.” (FERNÁNDEZ, s/d, tradução nossa)⁶²

Além disto, e segundo Lamrani (s/d), a FNCA cuidou de providenciar documentos que servissem como provas contra os cinco prisioneiros, passando o processo por uma revisão, que contou com o testemunho de algumas autoridades norte-americanas que alertavam para o risco das atividades terroristas fomentadas pela comunidade cubana, como o ex - Ministro da Justiça na administração Johnson, que classificou o processo como injusto condenando-o e declarando que os acusados somente buscavam informação pública, desmentindo as falsas acusações de espionagem e qualificando-as como sem fundamento.

Contudo, os testemunhos não foram suficientes para inocentar os cinco prisioneiros, nem mesmo para diminuir suas penas, sendo o veredicto de 2001 finalizado, sem apelação e sendo os cinco prisioneiros julgados culpados. Gerardo Hernández Nordelo foi condenado duas vezes à prisão perpétua e a mais quinze anos de privação de liberdade. Ramón Labañino Salazar foi condenado à prisão perpétua e a mais 18 anos de prisão. Antonio Guerrero Rodríguez foi condenado à prisão perpétua e a mais dez anos de prisão. Fernando Llord recebeu a sentença de 19 anos de prisão e René González Sehweret foi condenado a quinze anos de privação de liberdade.

⁶² Do original: “En el proceso se cometieron diversas violaciones de la Constitución norteamericana, del precedente judicial y del Derecho Internacional y entre ellas está la falta de un jurado imparcial. La búsqueda de un jurado imparcial es una de las etapas más importantes del proceso judicial en el sistema del "Common Law". Esta búsqueda de jurados completamente ajenos a los hechos que se ventilan y a las personas que se juzgan puede llegar, en ocasiones, a resultar demasiado lenta y costosa. El procedimiento judicial con la presencia de jurados actualmente, consiste en seleccionar personas que ignoren los hechos que se imputan, de modo que las partes puedan introducir esos hechos mediante la presentación de las pruebas, y los jurados, valiéndose luego de las instrucciones del Juez puedan establecer efectivamente los hechos que realmente sucedieron según hayan resultado probados más allá de toda duda razonable. El derecho de ser juzgado por un jurado imparcial es uno de los más importantes que conforman el listado de derechos fundamentales contenidos en las enmiendas de la Constitución de los Estados Unidos de América. La VI enmienda establece: "En toda causa criminal, el acusado gozará del derecho de ser juzgado rápidamente y en público por un jurado imparcial del distrito y Estado en el que el delito se haya cometido”

Os cinco cubanos foram presos em diferentes penitenciárias, as quais eram distantes umas das outras, respectivamente, Califórnia, Texas, Colorado, Carolina do Sul e Wisconsin. Esta medida dificulta as visitas consulares e evidencia o tratamento conferido a estes presos, os quais encontram-se isolados de outros prisioneiros desde 2003 e sem receber a visita de familiares, uma vez que a concessão de visto lhes era negada.

A intenção dos cinco prisioneiros era informar o governo cubano sobre ações terroristas contra Cuba, com o propósito de evitá-las, senão neutralizá-las. Tratava-se de acompanhar as atividades dos grupos de oposição de exilados cubanos nos Estados Unidos e não de espionar o governo deste país e, embora muitas destas ações tenham contado com total impunidade e tolerância por parte do governo norte-americano, entre as quais, a infiltração de elementos armados e financiados pela FNCA em Cuba e o uso de um avião do Departamento de Estado norte-americano no caso envolvendo uma praga disseminada sobre plantações agrícolas cubanas, as chamadas “acusações de espionagem” baseavam-se apenas em informes que mencionavam os projetos terroristas financiados pela FNCA.

2.6 Caso do Menino Elián González

O caso do menino Elián González, sobrevivente de uma embarcação que naufragou e que tinha como destino os Estados Unidos, demonstra a postura assumida pelo governo norte-americano frente a outro conflito envolvendo os dois países, bem como as divergências internas surgidas entre o próprio governo norte-americano e a FNCA, a qual exerceu notória influência na condução do caso com o objetivo de utilizar o menino para alcançar objetivos políticos.

O menino Elián González foi encontrado em novembro de 1999 junto a outras duas pessoas, ambos sobreviventes de uma embarcação proveniente de Cuba, que naufragara próximo à costa norte-americana e em que doze pessoas se afogaram, incluindo a Mãe de Elián. O menino foi recebido nos Estados Unidos por familiares residentes em Miami, ficando sob orientação do Serviço de Imigração dos Estados Unidos, o North American Immigration Services (INS), aos cuidados de um Tio de seu Pai, Lázaro González, que se estabelecera na Flórida em 1984, onde uma parcela da família González encontrava-se instalada desde 1959.

A família do menino em Miami solicitara sua guarda e tinha amplo apoio da Fundação Nacional Cubano-Americana - FNCA, que via no caso grandes oportunidades políticas de mobilização contra o regime vigente em Cuba. No entanto, o Pai de Elián, que encontrava-se em Cuba, solicitou que o menino voltasse para a família, em Cárdenas à 150 km de Havana, processo este que alongou-se por questões legais e pelas implicações políticas do caso, uma vez que a FNCA postergava a permanência do menino no país à medida que exercia pressão ideológica na comunidade cubana instalada nos Estados Unidos e na comunidade norte-americana, as quais pretendia sensibilizar e, conseqüentemente, conseguir apoio.

Por aproximadamente seis meses, Elián tornou-se a figura representativa do conflito envolvendo os dois países, mais do que isso, o caso Elián colocou em questão o apoio do governo norte-americano às comunidades cubanas do exílio em favor de um maior isolamento político a Cuba.

Deste modo, o caso Elián passou a representar não só uma questão migratória ou de reunificação familiar, mas também um questionamento de como a política externa norte-americana vinha sendo desenvolvida para Cuba, despertando a atenção em setores empresariais norte-americanos, especialmente agricultores e comerciantes, com interesses nas possibilidades de negociação comerciais com Cuba e, portanto, com uma ênfase maior nas posturas assumidas

pelas administrações norte-americanas para aquele país, incluindo as medidas que seriam tomadas no caso Elián, além do fato de que esses setores de produtores são significativos em períodos eleitorais.

Após diversos debates, a exigência do lado cubano pelo retorno de Elián foi consentida pelo governo federal em Washington, que se alinhou com o Pai de Elián, temendo represália internacional e iniciando por conta desta postura, um sério e duradouro conflito com a comunidade cubana exilada em Miami, a qual contava com a ajuda FNCA para pressionar o Serviço de Imigração por meio dos tribunais, solicitando a concessão de asilo político ao menino.

A questão envolvendo o menino Elián González suscitou atenção nos Estados Unidos não somente pela necessidade de decidir legalmente a quem cabia sua guarda, mas principalmente pelo seu impacto político. O momento político nos Estados Unidos era o de eleições presidenciais e, considerando que as atenções para os interesses políticos da comunidade cubana exilada na Flórida nessa época são redobradas, dado sua importância enquanto colégio eleitoral, o caso do menino Elián se tornava também um instrumento político para as campanhas presidenciais. O candidato democrata às eleições Al Gore, por exemplo, então vice-presidente dos Estados Unidos, rompeu com a linha do governo para angariar votos na Flórida, solicitando a residência permanente para o menino Elián González no país.

Uma decisão da justiça no ano seguinte determinou que a responsabilidade pelo futuro do garoto cabia ao governo federal e que a corte estadual não podia determinar seu retorno ou não ao país de origem, o que incitava ainda mais os ânimos da comunidade cubana na Flórida organizada sob a FNCA.

O caso Elián se transformou rapidamente em escândalo internacional. No dia 5 de janeiro, os serviços de imigração estadunidenses (INS) reconheceram o direito paterno unicamente a Juan Miguel González. A assistente do Secretário de Estado para Assuntos Diplomáticos, Mary A. Ryan, declarou publicamente que a criança deveria ser levada de volta a seu pai. O presidente Clinton advertiu

a FNCA que não se podia mesclar a política com o sofrimento do pequeno cubano, pronunciando-se a favor da decisão dos serviços de imigração e contra o poderoso lobby da Flórida. O Ministro da Justiça, Janet Reno, lançou um ultimato a Lázaro Cardenas, o tio-avô de Elián, vinculado ao grupo terrorista *Alpha 66*, ordenando-o a devolver o garoto às autoridades até o dia 14 de janeiro de 2000. No entanto, até a mais alta personalidade jurídica dos Estados Unidos teve que esperar até o mês de abril para que sua decisão fosse respeitada, por força. Michael Ratner, vice-presidente do Centro de Direito Constitucional da Faculdade de Direito de Yale, declarou que o caso de Elián era “um caso de justiça negada”. (LAMRANI, s/d, p.163, tradução nossa)⁶³

Embora os cubano-americanos da FNCA tenham realizado trâmites jurídicos com o objetivo de anular a decisão do Serviço de Imigração dos Estados Unidos (INS) e outorgar ao menino Elián a cidadania norte-americana, além das inúmeras tentativas de Hillary Clinton de convencer o Pai do menino, Juan Miguel González, a aceitar asilo político, todas essas medidas fracassaram.

Em abril de 2000, os tribunais rejeitaram as ações empreendidas pela FNCA e se pronunciaram a favor do regresso de Elián a Cuba, onde este permaneceria sob os cuidados do Pai. No entanto, foi necessária uma operação de resgate das forças da INS para que a decisão da justiça fosse cumprida, o que poderia ter colocado a segurança do menino em risco, além de ter provocado um alarde internacional pela invasão armada à casa do Tio de Elián, onde o menino se encontrava no momento em que foi capturado.

O caso Elián assume, portanto, importância no que tange à reunificação familiar, mas demonstra, sobretudo, a atuação da FNCA e a sua influência na condução do processo político envolvendo o menino. A FNCA concebeu o drama vivido pelo menino Elián como um

⁶³ Do original: “El caso Elián se transformó rápidamente en escándalo internacional. El 5 de enero, los servicios de inmigración estadounidenses (INS) reconocieron el derecho paternal unicamente a Juan Miguel González. La asistente al secretario de Estado para los asuntos diplomáticos, Mary A. Ryan, declaró públicamente que el pequeño niño tenía que ser devuelto a su padre. El presidente Clinton advirtió la FNCA que no se debía mezclar la política con el sufrimiento del cubano, llamando al respeto de la decisión de los servicios de inmigración y se pronunció por primera vez contra el poderoso lobby de Florida. El Ministro de la Justicia, Janet Reno, lanzó un ultimátum a Lázaro Cardenas, el tío abuelo de Elián, vinculado con el grupo terrorista *Alpha 66*, ordenándole devolver el niño a las autoridades para el 14 de enero del 2000. Pero incluso la más alta personalidad jurídica de Estados Unidos tuvo que esperar el mes de abril para que su decisión fuera respetada, por la fuerza. Michael Ratner, vicepresidente del centro de Derecho Constitucional de Yale Law School, declaró que el caso de Elián era “un caso de justicia negada”.

instrumento de sua política para Cuba com objetivo de atingir seus interesses políticos, ignorando as possíveis conseqüências que esta situação pudesse implicar para o menino. Além disto, a decisão final da justiça e apoiada por Clinton, de que o menino deveria ser devolvido ao Pai, provocou uma linha divisória entre o governo norte-americano e a comunidade cubana exilada da FNCA, que via na figura do menino Elián a possibilidade de articular políticas diretas com o país de origem.

Durante o processo político e legal de regresso do garoto Elián González a Cuba foi posta a prova do verdadeiro poder político dos norte-americanos de origem cubana; estes desafiaram a autoridade federal ao questionar e opor-se à decisão do Departamento de Justiça de extrair a força o menino da casa de seus sequestradores em Miami. O repúdio pela ação lançou às ruas desta cidade centenas de cubanos em protesto, que chegaram inclusive a pisotear a queimar a bandeira dos Estados Unidos, interromper o trânsito e realizar ameaças de todo tipo. (Marrawi; Méndez, 2005, p.154, tradução nossa) ⁶⁴

⁶⁴ Do original: “Durante el proceso político y legal por el regreso del niño Elián González a Cuba se puso a prueba el verdadero poder político de los norteamericanos de origen cubano; éstos desafiaron a la autoridad federal, al cuestionarse y oponerse a la decisión del Departamento de Justicia de extraer por fuerza al niño de la casa de sus secuestradores en Miami El repudio por la acción lanzó a las calles de esa ciudad a cientos de cubanos en protesta, que llegaron incluso a pisotear y quemar la bandera de los Estados Unidos, interrumpir el tráfico y realizar amenazas de todo tipo.”

Capítulo 3. A FNCA NA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA CUBA

3.1 Lei Torricelli

Com as transformações ocorridas no Leste Europeu após a queda do Muro de Berlim, em 1989, e, portanto, com o fim da ameaça comunista duramente enfrentada pelos Estados Unidos no período da Guerra Fria, fazia sentido que suas relações com Cuba a partir deste momento deixassem de ser conflituosas e passassem a uma normalização gradual, uma vez que sem o respaldo da União Soviética, esta deixaria de constituir uma ameaça ideológica de grande escala no que se refere à exportação do comunismo e da revolução no hemisfério ocidental.

A preocupação dos Estados Unidos no novo cenário internacional, ainda em reestruturação, era principalmente a de manter o engajamento no continente. De acordo com Pecequilo, “o que predominou em 1991 foi a percepção de uma nova ordem mundial, orientada segundo os valores e princípios simbolizados pelos Estados Unidos (...)” (PECEQUILO, 2005, p.301). Nesta direção, a chamada nova ordem mundial deveria se caracterizar na convergência consensual em torno desses valores e princípios comuns orientados pelos Estados Unidos. Dentro desta perspectiva, a América Latina continuaria a ser concebida como área de influencia natural dos Estados Unidos e do exercício da sua hegemonia.

Neste contexto, e no que se refere a Cuba, embora a ameaça comunista sustentada no período da Guerra Fria como o principal argumento para a condução da política norte-americana para este país, não mais existisse, manteve-se uma política de linha dura, apoiada nos valores e princípios orientados pelos Estados Unidos na chamada nova ordem mundial e viabilizada através de outras medidas, que incluíam a implementação de agressivas sanções econômicas e que tinham como objetivo último levar a democracia a Cuba.

O contexto da Guerra Fria invocado para justificar a agressividade estadunidense para com Cuba era na realidade somente uma cortina de névoa. Se existisse qualquer base para este argumento, os Estados Unidos teriam normalizado suas relações com Cuba logo após o desmoronamento do bloco soviético. Ao invés disso, Washington incrementou as sanções

econômicas com a Lei Torricelli de 1992 e Helms-Burton de 1996. O velho paradigma morreu em 1991 e Washington criou um novo. Agora, não se trata de refrear o comunismo, mas de restabelecer a democracia em Cuba. (LAMRANI, s/d, p.63, tradução nossa) ⁶⁵

Em 1991, o Senador Connie Mack, do Partido Republicano da Flórida, conhecido por sua posição anti-cubana e por seu apoio à Fundação Nacional Cubano Americana, da qual recebia contribuições financeiras para suas campanhas eleitorais, tentou aprovar no Senado uma lei que proibisse subsidiárias norte-americanas localizadas em outros países de manter relações com Cuba.

Introduzido pela primeira vez em 1989, este projeto que ficou conhecido como Mack Amendment ou Emenda Mack, sofreu algumas alterações e foi apresentado posteriormente em dois projetos diferentes. Ainda assim, não foi possível estabelecê-lo como lei, pois embora aprovado em todas as instâncias do Congresso, foi revogado pelo Presidente George Bush, preocupado com seu caráter extraterritorial e certo de que qualquer atitude como esta poderia comprometê-lo em suas relações econômicas e comerciais com terceiros países, bem como no cenário internacional, marcado pela Guerra do Golfo.

Deve-se atentar para o ano em que foi apresentado o projeto, 1991, quando desintegrou-se a União Soviética e quando se pressupunha, do lado norte-americano, que a queda do governo cubano seria iminente. Desta forma, o propósito da Emenda Mack era nítido, provocar o isolamento econômico de Cuba num momento em que se produziam as transformações com o bloco soviético, medida esta que ia ao encontro dos interesses dos cubano-americanos da FNCA.

⁶⁵ Do original: “El contexto de la Guerra Fría invocado para justificar la agresividad estadounidense para con Cuba era en realidad sólo una cortina de niebla. Si existiera cualquier base a este argumento, los Estados Unidos hubieran normalizado las relaciones con Cuba después del desmoronamiento del bloque soviético. En lugar de eso, Washington incrementó las sanciones económicas con la Ley Torricelli de 1992 y Helms-Burton de 1996. El viejo paradigma murió en 1991 y Washington creó un nuevo. Ahora, no se trata de refrenar el comunismo sino de restablecer la democracia en Cuba”

Outra medida que merece ser salientada como continuidade da Emenda Mack e que foi apresentada numa versão mais ríspida, foi a Emenda Smith, que recebeu este nome por conta de seu mentor, Lawrence Smith, também da Flórida e vinculado a FNCA. Esta medida determinava que, todos os barcos e navios que tivessem aportado em Cuba, deveriam esperar 180 dias para entrar em algum porto norte-americano.

Ainda que ambas as emendas, Mack e Smith, não tenham sido aprovadas como lei, representaram a base daquela que seria sua extensão e que seria aprovada no ano seguinte pelo Congresso, a Cuban Democracy Act – Lei de Democracia Cubana, que também ficou conhecida por Lei Torricelli-Graham ou Lei Torricelli, devido aos seus mentores, Robert Torricelli, representante democrata pelo Estado de New Jersey, e o senador pelo Estado da Flórida, Bob Graham. Robert Torricelli sempre manteve relações com o tema cubano, no entanto, mantinha outra postura em relação às relações políticas entre os dois países, estando inclusive à favor de uma normalização das relações com Cuba, depois de uma visita a este país, o que, no entanto mudou em 1991, quando passou a trabalhar com a FNCA e a receber apoio financeiro desta organização, e, portanto a apoiar medidas que iam de encontro ao regime cubano.

Embora inicialmente rejeitada por George Bush, a Lei Torricelli foi posteriormente apoiada quando interesses políticos entraram em cena. Além disto, e diferentemente da imposição do embargo, que não contou com a participação dos exilados cubanos, a condução das novas medidas tomadas pelos Estados Unidos para Cuba neste momento, passaram a ser fortemente impulsionadas pela comunidade cubana exilada no país, que além da força eleitoral, possuía forte influência no Congresso e capacidade de angariar fundos para campanhas eleitorais.

Ou seja, se aquelas medidas interessassem aos exilados cubanos, então elas deveriam ser aprovadas, pois desta forma a parcela do eleitorado por ela conformada, no caso os exilados

cubanos da Flórida e de New Jersey, estaria assegurada nas eleições presidenciais, o que explica a mudança de George Bush em relação à Lei Torricelli.

Ciente de que o veto à aprovação desta lei implicaria a perda do apoio desta parcela do eleitorado, os cubano-americanos, que haviam adquirido posição relevante na política externa dos Estados Unidos para Cuba no período pós-soviético e de que, a oposição democrata apoiava a medida, George Bush reverteu sua posição ante a Lei Torricelli há apenas duas semanas das eleições. Esta decisão reforçava a afirmação de que a política norte-americana para Cuba estava diretamente relacionada com a agenda doméstica do país através do eleitorado constituído pelos exilados cubanos.

Talvez o exemplo mais transparente de considerações eleitorais internas determinando a política dos EUA tenha ocorrido em 1992, duas semanas antes das eleições de novembro, quando a administração Bush reverteu sua longa oposição à Lei (Torricelli) de Democracia Cubana num momento em que o resultado eleitoral na Flórida era incerto e os rivais democratas haviam anunciado seu apoio à medida. Quatro anos mais tarde, em 1996, a administração Clinton foi, sem dúvida, influenciada pelas políticas do ano eleitoral, quando reverteu sua posição e assinou a Lei (Helms-Burton) de Liberdade e Solidariedade Democrática Cubana. De fato, é impossível explicar a política pós -Guerra Fria dos EUA em relação a Cuba, sem reconhecer que a Flórida, um estado oscilante, tem vinte e cinco cadeiras no Congresso, é o quarto maior do país, e tem uma população cubano-americana de mais de 800.000 pessoas. (SCHOULTZ, 2005, p.411)

A Lei Torricelli como aprovada definitivamente difere das primeiras versões do projeto, mas mantém alguns elementos de continuidade que seguem apresentados em uma versão mais dura, promulgada em 23 de outubro de 1992, em plena campanha eleitoral pelo Presidente George Bush, e que consiste basicamente em dois objetivos: comércio e democracia, em que se pretendia a retomada do crescimento econômico através de sanções aplicadas ao governo de Fidel Castro, uma vez que estas seriam responsáveis pela acentuação da crise econômica do país e, portanto, de uma possível abertura comercial, e assistência para uma transição pacífica para a

democracia e apoio ao povo cubano, transição esta necessária para o fim das sanções aplicadas a Cuba.

No que se refere ao primeiro objetivo, a intenção era prejudicar e isolar o comércio de Cuba acentuando as sanções econômicas já existentes através de três medidas: proibir subsidiárias norte-americanas de comercializar com Cuba, medida proposta por Connie Mack em 1991; proibir que navios estrangeiros que aportassem em Cuba carregassem ou descarregassem em portos norte-americanos por um período de seis meses; e punir com sanções econômicas países terceiros que prestassem assistência a Cuba.

O Presidente poderá aplicar as seguintes sanções a qualquer país que provê assistência a Cuba: (A) O governo de tal país não será elegível à assistência prestada pelo *Foreign Assistance Act* de 1961 ou qualquer assistência e venda do *Arms Export Control Act*. (B) Tal país não será elegível, em qualquer programa para perdão ou redução de dívida que possua com o governo dos Estados Unidos. (...) Proibição de certas transações entre firmas dos Estados Unidos e Cuba (...) Embarcações engajadas em comércio. A partir do 61º dia depois da promulgação deste Ato (promulgado em 23 de outubro de 1992), uma embarcação que entre em um porto ou qualquer outro lugar em Cuba para engajar-se em comércio de bens ou serviços não deverá, nos próximos 180 dias depois da partida de Cuba, carregar ou descarregar qualquer carga nos Estados Unidos, a menos que possua licença do Secretário do Tesouro.(LEY TORRICELLI, 1992, tradução nossa) ⁶⁶

No que se refere ao segundo objetivo desta lei, o tema era a democracia. O presidente dos Estados Unidos só teria plenos poderes para encerrar as sanções econômicas e assim revogar a Lei Torricelli caso ocorressem em Cuba eleições democráticas semelhantes ao modelo ocidental e que fossem supervisionadas internacionalmente.

Assistência para suporte à democracia em Cuba. O governo dos Estados Unidos pode prover assistência, através de organizações não-governamentais

⁶⁶ Do original: “The President may apply the following sanctions to any country that provides assistance to Cuba: (A) The government of such country shall not be eligible for assistance under the Foreign Assistance Act of 1961 or assistance or sales under the Arms Export Control Act. (B) Such country shall not be eligible, under any program, for forgiveness or reduction of debt owed to the United States Government. (...) Prohibition on certain transactions between certain United States firms and Cuba (...) Vessels engaging in trade. Beginning on the 61st day after the date of the enactment of this Act [enacted Oct. 23, 1992], a vessel which enters a port or place in Cuba to engage in the trade of goods or services may not, within 180 days after departure from such port or place in Cuba, load or unload any freight at any place in the United States, except pursuant to a license issued by the Secretary of the Treasury.”

apropriadas, para o suporte a indivíduos e organizações interessados em promover mudanças democráticas não violentas em Cuba. (...) se forem realizadas eleições livres e justas conduzidas sob a supervisão de observadores reconhecidos internacionalmente. (LEY TORRICELLI, 1992, tradução nossa)

⁶⁷

3.2 Lei Helms-Burton

Durante a crise migratória de 1994, os cidadãos norte-americanos haviam sido orientados por Janet Reno, secretário de Justiça, a não mais prestar assistência aos cubanos que tentassem fazer a travessia para os Estados Unidos, como mencionado anteriormente. No entanto, estas recomendações não foram seguidas, e tanto cidadãos norte-americanos, quanto cubano-americanos, continuaram a dar assistência aos emigrados cubanos, invadindo por vezes o espaço aéreo e marítimo cubano, ação repreendida pelas autoridades cubanas que consideravam-na uma afronta ao cumprimento dos acordos migratórios e advertiam com promessas de retaliação caso as mesmas continuassem se repetindo.

Qualquer embarcação proveniente do estrangeiro que invada nossas águas à força poderá ser afundada; e qualquer avião, derrubado... A responsabilidade pelo que vier a acontecer caberá exclusivamente àqueles que estimulam, planejam, executam ou toleram esses atos de pirataria. (GRANMA *apud* GOTT, 2006, p.337)

Embora as autoridades cubanas tivessem emitido diversos avisos sobre as retaliações, suas advertências foram ignoradas e a conseqüência foi o incidente em 1996 com os aviões pertencentes ao grupo de exilados cubanos “Irmãos ao Resgate”, que possuíam aviões em vigilância regular para resgatar os emigrantes cubanos em alto-mar. Na ocasião, três aviões de

⁶⁷ Do original: “Assistance to support democracy in Cuba. The United States Government may provide assistance, through appropriate nongovernmental organizations, for the support of individuals and organizations to promote nonviolent democratic change in Cuba. (...) if has held free and fair elections conducted under internationally recognized observers.”

pequeno porte sobrevoavam as águas cubanas e dois foram atingidos pela Força Aérea Cubana, sob a alegação de que estavam violando o espaço aéreo cubano, resultando na morte de quatro pessoas.

O governo cubano argumentou que a responsabilidade do incidente ocorrera pelo fato dos envolvidos não terem acatado as advertências cubanas de retaliação. Os Estados Unidos sentiram-se afrontados com a atitude e voltaram a intensificar a política contra Cuba através da aprovação de uma nova lei, a *Cuban Liberty and Democratic Solidarity Act* – Lei para a Liberdade e Solidariedade Democrática Cubana ou *Ley Libertad*, mais conhecida como Lei Helms-Burton, devido ao nome de seus principais mentores, Jesse Helms, senador republicano pela Carolina do Norte e Dan Burton, representante democrata por Illinois.

Na realidade esta lei já tramitava no Congresso desde 1995, mas Clinton estava indeciso em aprová-la, o que ocorreu somente após a queda dos aviões do grupo “Irmãos ao Resgate” e da conseqüente pressão exercida pela FNCA.

Para conseguir essa Lei era necessário o apoio dos políticos americanos no Congresso. Por sua vez, eles precisavam dos votos dos cubanos e nós podíamos oferecê-los. (...) as eleições se aproximavam e Clinton não podia dispensar os votos cubanos. (...) esta é a forma de trabalho da Fundação: com as possibilidades que oferece este sistema. Além disso, não vamos negar, a Fundação era muito amiga de presidentes como Reagan e Bush. O próprio Clinton, antes de tomar uma decisão sobre Cuba, chamava Mas Canosa ou outro diretor da Fundação. Por que? Porque conhecem nosso trabalho. E porque os diretores da Fundação contribuíram para financiar suas campanhas. (CASTELLÓN *apud* CALVO; DECLERQ, 2001, p.77-78)

A Lei Helms-Burton consiste na ampliação de medidas já existentes contra o regime cubano incluindo, entre outras medidas, uma nova disposição que restringe o poder de anulação de suas disposições ao Congresso, além disto, apresenta um elemento de pressão no que diz respeito à natureza da democracia em Cuba, com uma série de exigências para uma

democratização tal como entendida pelos Estados Unidos e determinada por este país como necessária à normalização das relações entre os dois países. Os propósitos desta lei são:

1. ajudar o povo cubano a recuperar sua liberdade e prosperidade e a somar-se à comunidade dos países democráticos que floresce no hemisfério ocidental;
2. fortalecer as sanções internacionais contra o Governo de Castro;
3. velar pela integridade da segurança nacional dos Estados Unidos frente às ameaças de terrorismo constantes do governo de Castro, o roubo por este governo de propriedades nacionais dos Estados Unidos, e a forma como aproveita o desejo dos cubanos de fugir para os Estados Unidos para manipulações políticas que resultam na emigração em massa para este país;
4. estimular a celebração de eleições democráticas livres e justas em Cuba, realizadas sob a supervisão de observadores internacionalmente reconhecidos;
5. proporcionar um marco político para o apoio dos estados Unidos ao povo cubano em resposta à formação de um governo de transição ou de um governo eleito democraticamente em Cuba; e
6. proteger os nacionais dos Estados Unidos contra as confiscações e o tráfico ilícito de propriedades confiscadas pelo regime de Castro. (LEY HELMS-BURTON, 1996, tradução nossa) ⁶⁸

Desta forma, o que se pode constatar é que, assim como a Lei Torricelli, a Lei Helms-Burton não responde somente aos interesses da política externa norte-americana, mas também aos interesses da política interna, uma vez que ambos os mentores desta lei estavam comprometidos com os setores cubano-americanos da FNCA e da Rum Bacardi, interessados em recuperar propriedades expropriadas pela Revolução Cubana, e ao fato de que estes setores exercem forte influência no poder legislativo do país e constituem parcela decisiva em período eleitoral no estado da Flórida, evitando que as decisões políticas para Cuba se limitem ao poder executivo.

⁶⁸ Do original: “1) ayudar al pueblo cubano a recuperar su libertad y prosperidad y a sumarse a la comunidad de países democráticos que floresce en el hemisferio occidental; 2) fortalecer las sanciones internacionales contra el Gobierno de Castro; 3) velar por la integridad de la seguridad nacional de los Estados Unidos frente a las amenazas de terrorismo constantes del Gobierno de Castro, el robo por ese Gobierno de propiedades de nacionales de los Estados Unidos, y la forma en que se aprovecha del deseo de los cubanos de huir hacia los Estados Unidos para manipulaciones políticas que traen como resultado la emigración en masa hacia este país; 4) estimular la celebración de elecciones democráticas libres y justas en Cuba, realizadas bajo la supervisión de observadores internacionalmente reconocidos; 5) proporcionar un marco de política para el apoyo de los Estados Unidos al pueblo cubano en respuesta a la formación de un gobierno de transición o a un gobierno electo democráticamente en Cuba; y 6) proteger a los nacionales de los Estados Unidos contra las confiscaciones y el tráfico ilícito de propiedades confiscadas por el régimen de Castro.”

No que se refere à imposição da democracia, cláusulas específicas declaravam que nem Fidel Castro, nem seu irmão, Raúl Castro, poderiam participar de qualquer governo democrático futuro, como concebido pelos Estados Unidos. Outra exigência para uma democratização que conduzisse à normalização das relações entre os dois países seria o pagamento de indenizações aos norte-americanos e cubano-americanos que possuíssem propriedades expropriadas pela revolução.

Para os efeitos da presente lei, um governo eleito democraticamente em Cuba, além de cumprir com os requisitos contidos no inciso a) da seção 205, é aquele que:

- 1) Dimana de eleições livres e imparciais A) celebradas sob a supervisão de observadores internacionalmente reconhecidos; e B) nas quais i) os partidos de oposição tenham disposto de tempo suficiente para organizar-se e realizar suas campanhas eleitorais; e ii) todos os candidatos tenham pleno acesso aos meios de comunicação;
- 2) mostra respeito pelas liberdades civis e pelos direitos humanos fundamentais dos cidadãos cubanos;
- 3) avança significativamente para um sistema econômico orientado ao mercado sobre a base do direito de possuir e disfrutar propriedades; se consagra a introdução de mudanças institucionais que garantam a
- 4) celebração regular de eleições livres e justas e o desfrute pleno de suas liberdades civis e direitos humanos fundamentais pelos cidadãos de Cuba;
- 5) há registro de progressos palpáveis no estabelecimento de um poder judicial independente; e
- 6) foram registrados progressos palpáveis na devolução aos cidadãos dos Estados Unidos (e às entidades cujos 50 por cento ou mais sejam propriedade em usufruto de cidadãos dos Estados Unidos) das propriedades confiscadas pelo governo cubano de tais cidadãos e entidades em 1º de janeiro de 1959 ou depois, ou na indenização plena por tais propriedades em função das normas práticas do direito internacional. (LEY HELMS-BURTON, 1996, tradução nossa) ⁶⁹

⁶⁹ Do original: “A los efectos de la presente Ley, un gobierno elegido democráticamente en Cuba, además de cumplir los requisitos contenidos en el inciso a) de la sección 205, es aquel que: 1) dimana de unas elecciones libres e imparciales A) celebradas bajo la supervisión de observadores internacionalmente reconocidos; y B) en las que i) los partidos de oposición hayan dispuesto de suficiente tiempo para organizarse y realizar sus campañas electorales; y ii) todos los candidatos hayan tenido pleno acceso a los medios de comunicación; 2) muestra respeto por las liberdades civiles y los derechos humanos fundamentales de los ciudadanos de Cuba; 3) avanza significativamente hacia un sistema económico orientado al mercado sobre la base del derecho a poseer y disfrutar propiedades; 4) se consagra a introducir cambios constitucionales que garanticen la celebración regular de elecciones libres y justas y el disfrute pleno de sus liberdades civiles y derechos humanos fundamentales por los ciudadanos de Cuba; 5) ha registrado progresos palpables en el establecimiento de un poder judicial independiente; y 6) ha registrado progresos palpables en la devolución a los ciudadanos de los Estados Unidos (y a las entidades cuyo 50 por ciento o más sea propiedad en usufructo de ciudadanos de los Estados Unidos) de las propiedades confiscadas por el Gobierno cubano a tales ciudadanos y entidades el 1º de enero de 1959 o después, o en la indemnización plena por dichas propiedades con arreglo a las normas y la práctica del derecho internacional.

Outra disposição que também se destaca na Lei Helms-Burton, pois diz respeito aos direitos de propriedade, é a que concede aos cidadãos e empresas norte-americanas expropriadas pela revolução o direito de requerer na justiça contra empresas de terceiros países o usufruto destas propriedades, fato que alarmou e provocou preocupação imediata nos investidores estrangeiros em Cuba, com maior atenção para o caso da União Européia, principal investidora no país.

B) para proteger as reclamações de nacionais dos Estados Unidos que tenham propriedades confiscadas indevidamente pelo governo cubano.

7) O Departamento de Estado dos Estados Unidos notificou outros governos que a transferência a terceiras partes de propriedades confiscadas pelo Governo cubano “complicaria todo o intento de devolver-las a seus proprietários originais.” (LEY HELMS- BURTON, 1996, tradução nossa)⁷⁰

Como resposta a estas medidas, a União Européia tratou de objetar a legislação, percebida como uma nítida violação internacional e impedimento ao livre comércio. Nesse sentido, o que se pode perceber também é que a lei funciona como um instrumento de pressão ideológica na medida em que pune aqueles países que mantêm laços com Cuba, ou como expressado nas palavras de Ninoska Pérez Castellón, “a Lei existe para golpear os que apóiam essa ditadura assassina”. (CASTELLÓN *apud* CALVO; DECLERQ, 2001, p.79)

Os Estados Unidos cuidaram então de providenciar alguma decisão para minar o impacto da lei nos aliados europeus, e Clinton aprovou uma emenda que dava ao presidente o direito de suspender a disposição do capítulo a cada seis meses e renová-la se desejar. Esta política foi continuada por George W. Bush, o que provocou críticas da FNCA, que exigia uma implementação mais estrita do embargo, no entanto, a suspensão da mesma possibilitaria que a

⁷⁰ Do original: “B) para proteger las reclamaciones de nacionales de los Estados Unidos que tenían propiedades confiscadas indebidamente por el Gobierno cubano. 7) El Departamento de Estado de los Estados Unidos ha notificado a otros gobiernos que la transferencia a terceras partes de propiedades confiscadas por el Gobierno cubano "complicaría todo intento de devolverlas a sus propietarios originales". Disponible em: http://www.cubavsbloqueo.cu/Portals/0/LHB%20_Es.pdf

União Européia assumisse uma posição mais dura no que se refere à questão dos direitos humanos em Cuba, política favorável aos interesses dos Estados Unidos.

3.3 Inserção e participação política da FNCA nos Estados Unidos.

A inserção e participação política da FNCA nos Estados Unidos deve-se à posição política que os cubano-americanos ocupam no país e à representação que exercem no sul da Flórida, uma vez que, embora representem 0,4% da população total deste país, somam 60% dos votos representados pelo eleitorado latino naquela região (Moreno, s/d). Isto faz com que seus votos sejam um instrumento de pressão para fazer valer seus objetivos políticos e os coloca em posição de destaque naquele Estado, que é o quarto maior dos Estados Unidos, com um total de 25 votos eleitorais, sendo assim, os políticos do país não podem ignorar seu apoio político, uma vez que seus votos são decisivos para aquela região e, conseqüentemente, para o país.

A inserção política dos cubano-americanos da FNCA nos Estados Unidos consolidou-se como pôde ser percebido, somente no final da década de 70, e início da década de 80, quando estes emigrados passaram a constituir um poder em formação e quando a influência e o apoio aos membros do Congresso e aos candidatos presidenciais intensificaram-se, principalmente durante a administração Reagan, quando foram estabelecidas alianças políticas com setores da FNCA, concebida como um dos instrumentos do Partido Republicano naquele estado.

O apoio da FNCA ao Partido Republicano permaneceu no início da década de 90 sob a administração George H. W. Bush, que manteve uma linha de continuidade em relação à administração de Reagan, principalmente após a aprovação da Lei Torricelli, aprovada como uma

das estratégias política para assegurar os votos cubanos nas eleições presidenciais do período em questão.

Contudo, a eleição do democrata William J. Clinton após as sucessivas administrações republicanas, representou uma inclinação da FNCA ao Partido Democrata, uma vez que Clinton expressou ainda em campanha seu apoio a Lei Torricelli, recebendo apoio financeiro daquela organização durante o período eleitoral.

No entanto, mesmo com a aprovação da Lei Helms-Burton por Clinton, os cubano-americanos da FNCA manifestaram sua insatisfação frente à política migratória adotada por este governo, retomando seu apoio ao Partido Republicano nas eleições presidenciais de 2000.

Numa perspectiva mais ampla, podemos atribuir à origem do poder político dos emigrados cubanos à combinação de alguns fatores, quais sejam, a concentração da população cubana no sul da Flórida, um status migratório favorável e a coesão ideológica anti-castrista com os setores mais conservadores da política norte-americana.

Do mesmo modo, e considerando o apoio da FNCA à política local tanto para os candidatos democratas, quanto para os republicanos, fica evidente que a ascensão do poder político desta organização emerge e se consolida estritamente associada a sua representação eleitoral e ao seu poder econômico.

3.4 Apoio financeiro da FNCA aos Membros do Congresso e Candidatos Presidenciais.

Um dos principais méritos da FNCA no que tange ao exercício de sua influência no tema cubano está estritamente associado ao seu poder financeiro, constituindo-se numa ampla base de apoio aos partidos políticos norte-americanos, com proeminência para os setores conservadores desse governo e para o Partido Republicano, sobretudo no Estado da Flórida.

Uma das prioridades da FNCA desde seu estabelecimento consistiu na manutenção e no fortalecimento de sanções contra Cuba, de maneira a acentuar o embargo já existente e acelerar as condições para um processo de dismantelamento do regime de Fidel Castro, processo esse anteriormente pautado no combate ao comunismo e, atualmente, no argumento da promoção da democracia.

Considerando que a influência da FNCA na política doméstica e na política externa dos Estados Unidos se intensificou desde sua criação, devemos levar em conta, do mesmo modo, o aumento significativo do apoio financeiro dessa organização aos Membros do Congresso e aos candidatos presidenciais, com ênfase em períodos eleitorais.

De acordo com Lamrani (s/d, p.108), as doações passaram de 180.000 dólares anuais ao conjunto do corpo legislativo em 1979 a mais de 1,7 milhões de dólares em 1996, representando dez vezes mais em relação ao apoio financeiro da mesma organização até o final da década de 70. Segundo Lamrani, o total da participação financeira no processo eleitoral do mesmo período, 1979-2000, representa 9 milhões de dólares em nível federal. Em nível legislativo, 56% desse financiamento foi direcionado ao Partido Democrata, enquanto, em nível presidencial, 70% se destinou ao Partido Republicano.

De acordo com Lamrani (s/d), à exceção da organização israelense exilada nos Estados Unidos, cujas doações financeiras são maiores que as da organização cubana, essa organização supera os demais grupos étnicos em participação financeira em eleições de membros do congresso e candidatos presidenciais.

A participação financeira da FNCA é mais evidente e intensificada durante as campanhas presidenciais e em períodos em que são votadas leis no Congresso que podem ser benéficas aos interesses dos cubano-americanos. Do mesmo modo, processa-se a inclinação aos partidos políticos que apóiam medidas anti-castristas e se beneficiam dessas doações, como por exemplo durante os anos em que foi adotada a Lei Helms-Burton, entre 1995 e 1996, período no qual o Partido Democrata recebeu 71% das doações. (LAMRANI, s/d, p.108)

Entre os principais donatários, destaca-se Jorge Más Canosa, um dos fundadores da FNCA e o quarto principal doador, com contribuições financeiras estimadas em 364.670 dólares e destinadas, sobretudo, ao Partido Republicano. (LAMRANI, s/d)

Entre os principais beneficiários dessas contribuições financeiras destacam-se os congressistas Ileana Ros – Lehtinen, Robert Torricelli e Lincoln Díaz-Balart. Ileana – Ros (Republicana / Flórida) é a primeira beneficiária das contribuições financeiras da FNCA, somadas em 289.000 dólares até o ano de 2000. Robert Torricelli (Democrata / Nova Jérsei), que não é de origem cubana, mas que mantém estreitos laços com a FNCA, ocupa a segunda posição, com 254.000 dólares. E Lincoln Díaz-Balart (Republicano / Flórida), soma 204.000 dólares. (LAMRANI, s/d, p.110-112)

Por fim, deve-se destacar as contribuições financeiras da FNCA à Família Bush, que agrega os candidatos à presidência que mais receberam apoio financeiro desta organização. Como apontou Lamrani (s/d, p.113), George H. W. Bush, com 165.225 dólares, seguido pelo seu filho George W. Bush, 114.550 dólares, ambos do Partido Republicano. Do mesmo modo, e beneficiário destas contribuições, deve-se mencionar Jeb Bush, irmão de George W. Bush e governador pelo Estado da Flórida.

3.5 A FNCA nas eleições de 2000 e a vitória de George W. Bush.

No final de 2000, a presidência Clinton, que havia iniciado o processo de transição da hegemonia para a liderança de um mundo multipolar, e mantido esta estratégia mesmo sobre o peso do *impeachment*, sustentava ainda alta popularidade devido seu sucesso econômico, o que sinalizava a possibilidade da continuidade com seu vice, Al Gore, candidato à presidência. Contudo, as eleições daquele ano revelariam uma série de contradições internas e fragilidades do sistema político, que combinadas às dificuldades de se adaptar às reivindicações do eleitorado, passara a representar uma realidade distante das necessidades da população, estando esta receptiva às investidas neoconservadoras. (PECEQUILO, 2005, p.361-2)

Neste contexto, a renovação do Partido Republicano, evidenciada pelos setores neoconservadores, conduziria a uma tumultuada e polêmica eleição. O candidato pelo Partido Democrata, Al Gore, apresentava uma plataforma baseada em questões ambientais e humanitárias, e apresentava uma sólida imagem familiar. O candidato pelo Partido Republicano, George W. Bush, filho do ex-presidente Bush, havia inclusive sido derrotado por Clinton nas eleições de 1992 e, embora governasse o Texas, era visto como inexperiente.

No início da campanha presidencial, Al Gore apresentava vantagem significativa sobre o adversário republicano, sustentada principalmente no sucesso econômico de seu antecessor. Contudo, no segundo semestre, o candidato republicano Bush, passa a apresentar um empate técnico nas pesquisas eleitorais. O empate técnico é atribuído às defasagens da campanha eleitoral de Al Gore, restrita ao tema econômico e que aos poucos desvinculava-se da imagem de Clinton, o qual lhe conferia, ainda que indiretamente, o carisma de que carecia.

Em contraposição, o candidato republicano George W. Bush sustentava uma agenda política baseada em mudanças externas e internas, que combinavam a preocupação com a recuperação moral da América, que considerava ameaçada pelos excessos liberais, à preocupação com a segurança externa do país.

De acordo com Pecequilo:

Para o público, ambas as agendas, doméstica e internacional, pareciam ocupar espaços que os democratas não observavam. Apesar de ganhar muito terreno, Bush não conseguiu abrir sobre Gore uma vantagem significativa. Na prática, seu crescimento e as perdas de Gore levaram a uma situação de polarização e divisão do eleitorado como os números e as controvérsias das eleições presidenciais demonstravam.

E como bem elucidado pela autora,

(...) o sistema político norte-americano possui alguns mecanismos e funcionamentos peculiares que garantem o equilíbrio e divisão de tarefas entre os ramos do governo, havendo a preocupação com a seleção dos melhores. Nesse contexto, instaurou-se um sistema de eleição indireta para a presidência, no qual os candidatos devem passar por dois filtros, o da população, a eleição direta, e o do Colégio Eleitoral, a eleição indireta. Os votos dos delegados de cada Estado, cujo número é definido por seu peso populacional, são atribuídos ao vencedor daquele pleito (...). Na seqüência, somando-se todos os Estados, temos o novo presidente. O Colégio é composto por 538 delegados, sendo necessário 270 votos eleitorais para se chegar à Casa Branca. (...), quando nenhum dos candidatos possui ampla margem sobre o outro ocorrem distorções: um candidato ganha no voto popular, mas perde por não ter conseguido número suficiente de delegados. (PECEQUILO, 2005, p.366)

Este tipo de distorção, como mencionado acima, configurou o contexto das eleições do ano de 2000, em que Al Gore ganhou entre a população, através das eleições diretas, mas perdeu nas eleições indiretas, no Colégio Eleitoral. Ou seja, o número de votos computados pelas eleições diretas e atribuídos a George W. Bush teria sido inferior ao número de votos do candidato da oposição Al Gore, mas a contagem dos votos no Colégio Eleitoral para aquele candidato, teria sido superior à deste candidato.

Contudo, a declaração da vitória de George W. Bush não foi declarada imediatamente, sendo somente formalizada após dois meses do pleito, ficando a população norte-americana neste

intervalo de tempo, aquém dos resultados oficiais das eleições, até que a Suprema Corte Federal, após disputa acirrada, designou por um voto de diferença (5-4), a vitória de George W. Bush na Florida, com 25 votos. Assim, Bush teria somado com a vitória neste Estado 271 votos, contra 266 de Al Gore, garantindo o Colégio Eleitoral, e conseqüentemente, a presidência dos Estados Unidos, embora de acordo com a Federal Election Commission (FEC), a porcentagem dos votos populares para o candidato democrata teria sido superior a do candidato republicano, com 48,38% para Al Gore, sobre 47,87% para Bush.⁷¹

A recontagem dos votos no Estado da Flórida foi solicitada pelos democratas, que apontavam fraudes e irregularidades nos procedimentos de votação. Estas acusações foram acentuadas pelo fato de o governador daquele Estado, Jeb Bush, irmão do candidato republicano, ter declarado num primeiro momento a vitória de Bush. Contudo, os republicanos conseguiram junto a Corte Federal, composta por setores conservadores deste partido, interromper a recontagem dos votos e assegurar a vitória de George W. Bush.

Neste contexto, insere-se a polêmica acerca da participação da comunidade cubana na vitória de Bush no Estado da Florida, para a qual os votos dos cubano-americanos teria sido fundamental. A Florida representa 25 dos votos, ficando em quarto lugar em votos nacionais, atrás apenas da Califórnia, Nova Iorque e Texas. Considerando que os cubano-americanos investem seus fundos e depositam seus votos no partido que corresponda aos seus interesses e às suas expectativas, o peso do caso Elián, condicionou que seus votos nas eleições de 2000 fossem atribuídos majoritariamente em favor de Bush: “En una encuesta realizada por la reconocida firma *Knight Ridder*, cinco meses antes de celebrarse la votacion, daba una proporsion del 75% contra en el 12% en favor del candidato republicano”. (MARRAWI; MENDES, 2005, p.174).

Segundo Marrawi; Mendes,

⁷¹ Disponível em: <http://www.fec.gov/pubrec/fe2000/prespop.htm>. Acesso em: Maio, 2008.

Muitos dos pesquisados expressaram que confiavam mais na capacidade de Albert Gore para manejar situações importantes para eles, como a educação, a saúde e a economia, mas votariam em Bush, por assumir em sua plataforma uma posição mais definida contra Cuba; em segundo lugar, alegaram que os democratas haviam respaldado o regresso do menino Elián González e desconfiavam do curso que poderiam ter os vínculos com Cuba em uma nova administração democrata. (MARRAWI; MENDES, 2005, p.175, tradução nossa) ⁷²

A retribuição do Presidente George W. Bush para com a comunidade cubano-americana teria sido feita mediante a nomeação do cubano-americano Otto Juan Reich como Sub-Secretário para Assuntos do Hemisfério Ocidental, sem aprovação legal do Congresso, depois que o Partido Democrata ameaçou vetá-lo, devido à acusações de seu envolvimento no financiamento ilegal aos guerrilheiros anti-sandinistas na Nicarágua, na administração Reagan. Terminado o período de um ano para o exercício de sua nomeação e tendo os democratas se oposto à aprovação do seu cargo, George Bush nomeou-o, em 2003, Enviado Especial para o Hemisfério Ocidental, cargo que não precisava do aval do Senado. Otto Reich já havia atuado na Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e se destacava entre os defensores das medidas de bloqueio comercial para Cuba, além de manter relações estreitamente vinculadas com a FNCA.

No que se refere a Cuba, a ascensão presidencial de George W. Bush aprofundou as políticas de endurecimento ao regime de Fidel Castro, sobretudo após os atentados de 11 de Setembro, quando apresentou de forma mais sintetizada os novos delineamentos da política externa do país, denominada “Doutrina Bush”, que apresentava uma categorização especial para

⁷² Do original: “Muchos de los encuestados expresaron que confiaban más en la capacidad del Albert Gore para manejar situaciones importantes para ellos, como eran la educacion, la salud y la economia, pero que votarian por Bush, por asumir este en su plataforma una posicion mas definida contra Cuba; en segundo orden, alegaron que los democratas habian respaldado el regreso del nino Elian Gonzalez y desconfiaban del curso que podrian tener los vínculos com Cuba de una nueva administracion democrata.”

Cuba, acusada de manter relações com países terroristas, além de ser considerada como um modelo político não democrático.

Do mesmo modo, será administração George W. Bush que a FNCA irá intensificar a pressão sobre a execução de seus objetivos políticos para Cuba, uma vez que esta demonstra claramente que o objetivo da política externa dos Estados Unidos para Cuba é pôr fim ao regime inaugurado com Fidel Castro “o presidente Bush está comprometido em ver o fim do regime de Castro... e nos está movendo rápida e inexoravelmente a este fim”. (NORIEGA *apud* MOVIMIENTO CULTURAL ACERCÁNDONOS, 2004, p.41, tradução nossa) ⁷³

Como parte da política assumida pelo governo George W. Bush para Cuba deve-se considerar o programa “*Iniciativa para uma nova Cuba*” – (*Initiative for a New Cuba*), que prevê medidas para mudar o sistema político do país na direção do modelo político norte-americano, sob os cuidados de Otto Reich e implementadas pela USAID, dentre as linhas de ação que compõe este programa e citadas por Ayerbe (2004), deve-se destacar o propósito de: “(...) ajudar o povo cubano a planejar e participar de uma rápida e pacífica transição para a democracia por tanto tempo postergada”. (FRANCO *apud* AYERBE, 2004, p.101)

Sobre a “*Iniciativa para uma nova Cuba*”, Bush declarou que:

(...) Eu estou anunciando uma Iniciativa para a Nova Cuba que oferece ao governo cubano um caminho em direção à democracia e à esperança, e melhores relações com os Estados Unidos. (...) Hoje, eu estou anunciando uma série de ações que irão beneficiar diretamente o povo cubano, e dar-lhes maior controle de seu destino econômico e político. Minha administração diminuirá as restrições à assistência humanitária po legítimas organizações religiosas e não governamentais dos Estados Unidos e que servem diretamente às necessidade do povo cubano e que contribuirão para a construção de um sociedade civil cubana. E os Estados Unidos proverão a esses grupos assistência direta que poderá ser usada para atividades humanitárias e empreendedoras. (BUSH, 2002, tradução nossa) ⁷⁴

⁷³ Do original: “el Presidente Bush está comprometido a ver el fin del régimen de Castro... y nos estamos moviendo rápida e inexorablemente hacia esse fin”

⁷⁴ Do original: “(...) I'm announcing an Initiative for a New Cuba that offers Cuba's government a way forward towards democracy and hope, and better relations with the United States. (...)Today I'm announcing a series of actions that will directly benefit the Cuban people, and give them greater control of their economic and political

Esta política sinaliza que a pressão norte-americana sobre o regime político inaugurado com Fidel Castro nunca cessou, sendo radicalizada na administração Bush. Em 2002 o governo dos Estados Unidos adotaram uma nova estratégia para Cuba, em que o programa anterior, “Iniciativa para uma nova Cuba”, passou a integrar as novas medidas, conhecidas como “Comissão de Assistência para uma Cuba Livre” - (Commission on Assistance to a Free Cuba – CAFC), um programa elaborado por George W. Bush e coordenado pelo então Secretário de Estado, Colin Powell, que tem por objetivo formular um plano de transição política para Cuba na direção do regime político vigente nos Estados Unidos.

Sobre a “Comissão de Assistência para uma Cuba Livre”:

Nós acreditamos que o povo cubano deveria viver livre da tirania. Nós acreditamos que o futuro de Cuba é o futuro da liberdade. É interesse de nossa nação que Cuba seja livre. É interesse dos países vizinhos que Cuba seja livre. Mais importante, é interesse do povo cubano que eles estejam livres da tirania. Essa estratégia é uma estratégia que encoraja o gasto de dinheiro para assistir às organizações protetoras dos dissidentes e protetoras dos direitos humanos. É uma estratégia que encoraja que a voz da verdade seja emanada do povo cubano através do rádio e TV Martí. É uma estratégia que prevenirá o regime de explorar os turistas através de uma moeda mais forte e utilizar as remessas para cubanos para dar suporte a seu governo repressivo. É uma estratégia que diz que nós não estamos esperando o dia em que Cuba estará livre, nós estamos trabalhando diariamente pela liberdade em Cuba. (BUSH, 2004, tradução nossa)

⁷⁵

destiny. My administration will ease restrictions on humanitarian assistance by legitimate U.S. religious and other non-governmental organizations that directly serve the needs of the Cuban people and will help build Cuban civil society. And the United States will provide such groups with direct assistance that can be used for humanitarian and entrepreneurial activities”. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/05/20020520-1.html>

⁷⁵ Do original: “We believe the people of Cuba should be free from tyranny. We believe the future of Cuba is a future of freedom. It's in our nation's interest that Cuba be free. It's in the neighborhood's interest that Cuba be free. More importantly, it's in the interest of the Cuban people that they be free from tyranny. This strategy is a strategy that encourages the spending of money to help organizations to protect dissidents and to promote human rights. It is a strategy that encourages a clear voice of the truth being spoken to the Cuban people through radio and TV Martí. It is a strategy that will prevent the regime from exploiting hard currency of tourists and of remittances to Cubans to prop up their repressive regime. It is a strategy that says we're not waiting for the day of Cuban freedom, we are working for the day of freedom in Cuba.” Disponível em: <http://www.state.gov/p/wha/rls/rm/32231.htm>. Acesso em: Maio, 2008.

De acordo com Ayerbe (2004), este programa tem como orientação implementar medidas econômicas para dificultar a captação de divisas pelo governo e pela população cubana; restringir viagens de estudantes norte-americanos aos programas vinculados aos objetivos do governo; limitar visitas de familiares a Cuba a cada três anos, incluindo o estabelecimento de uma cota de gastos diários permitidos durante a estada na Ilha; o controle sobre investimentos estrangeiros no país, que usufruam bens expropriados pela revolução; e, principalmente, fomentar lideranças capazes de conduzir o processo de criação de uma economia de mercado.

Além disto, ambas essas medidas, “Iniciativa para uma nova Cuba” e “Comissão de Assistência para uma Cuba Livre”, contam com a influência da comunidade cubana e da FNCA, a qual constitui um dos alicerces sobre qual Bush se apoiaria na condução de uma política rígida para Cuba, haja vista o papel que exerceram durante seu processo eleitoral.

Deste modo, o que se pode notar é que a atual política norte-americana para Cuba mantém o padrão de isolamento e a política de hostilidade iniciada após o triunfo revolucionário, anteriormente justificada pela ameaça comunista, e atualmente conduzida sob o argumento da ausência de democracia, ou seja, a ausência de uma democracia em consonância com os valores ocidentais, e, portanto, um modelo político que ainda distancia-se do regime político vigente nos Estados Unidos, naquela que é a sua área de influência direta e que constitui uma região de extrema importância para o exercício da sua hegemonia.

3.6 Transição Política

Desde que instaurado o regime político de Fidel Castro em Cuba, em 1959, a questão democrática tem sido colocada como um dos pontos centrais das críticas feitas a este governo, uma vez que esta democracia se restringe ao entendimento de um regime político em que, compactuando com as palavras de Tullo Vigevani, “as regras do jogo oferecem iguais possibilidades para diferentes posições políticas” (VIGEVANI, 1998, p.216). No entanto, e como bem observou Vigevani (1998), este debate não se coloca como reivindicação imediata interna, desenvolvendo-se em grande medida, em razão de pressões externas.

O debate sobre a transição política em Cuba para uma democracia, entendida como uma democracia eleitoral, tem permeado as diversas administrações norte-americanas e tem feito parte de seus objetivos de política externa para àquele país.

Num primeiro momento, as práticas adotadas pelos governos dos Estados Unidos que se seguiram ao processo revolucionário consistiam basicamente no isolamento econômico de Cuba, combinada à importância daquele país na sua economia, objetivando desta forma, o fim do regime de Fidel Castro.

Considerando que o bloqueio econômico instituído pelo governo norte-americano não tem alcançado seu principal objetivo, qual seja, o de desestabilizar o regime cubano, embora seja um dos principais responsáveis pelo agravamento das dificuldades econômicas do país, Cuba continua a apresentar uma razoável estabilidade política, à exceção dos períodos marcados pelas crises migratórias com destino aos Estados Unidos, em que pese o fato deste país favorecê-las e estimulá-las, através de políticas migratórias específicas citadas anteriormente.

Ao contrário do que se observou na América Latina entre os finais da década de 70 e meados da década de 80, período assinalado pelas transições de regimes considerados ditatoriais para democráticos, e reforçado pelas novas medidas norte-americanas com vistas à assegurar o controle político da região, baseadas na promoção da democracia, o modelo político cubano

permaneceu inalterado, sem exaurir, contudo, as expectativas norte-americanas e da oposição cubana exilada em Miami em torno de uma transição política neste país.

Com as transformações ocorridas no Leste Europeu em 1989, estas expectativas ficaram mais perto da realidade, gerando a percepção de que, sem o apoio da União Soviética, a queda do regime de Fidel Castro seria apenas uma questão temporária. O que, todavia não ocorreu, em grande parte pelas medidas internas adotadas por Fidel Castro para o reordenamento da economia cubana no chamado “Período Especial”, pautado na busca de novas possibilidades de inserção internacional para as relações econômicas de Cuba depois do fim do bloco socialista.

Como já apontado, ao longo do tempo foram sendo implementadas novas sanções ao embargo já instituído, com o objetivo único de acelerar uma mudança política no regime cubano, como por exemplo, as mencionadas Leis Torricelli e Helms-Burton, e, durante a administração Bush, a radicalização da política norte-americana para Cuba traduzida nos investimentos em programas para acelerar a processo de transição para a democracia neste país, sobretudo com os programas anteriormente colocados “Iniciativa para uma nova Cuba” e “Comissão de Assistência para uma Cuba Livre” .

Desta maneira, o que podemos perceber é que, ao longo do período inaugurado com a Revolução Cubana e que se estende até a atualidade, os Estados Unidos anseiam por um cenário pautado pela ausência de Fidel Castro e pela conseqüente instabilidade política em Cuba, no qual a população cubana reivindicaria sua ajuda na condução de um processo de transição política ou no qual fosse justificado algum tipo de pressão ou interferência externa.

É importante salientar que, qualquer articulação ou resistência a um processo de transição política em Cuba, está intimamente vinculado aos governantes e população deste país, o que é reforçado pelas experiências de transição política na Europa e América Latina, nas quais os personagens e fatores internos constituíram papel crucial. Além disso, devemos considerar as

diferenças básicas entre esses processos políticos, que diminuem as chances do povo cubano solicitar assistência externa:

Diferentemente dos europeus orientais nos anos 1980, os cubanos, (...) não vêem Washington como um baluarte da liberdade contra a tirania, mas sim como um opressor imperialista, que ajudou a intensificar a opressão interna.(...) no Chile, o governo americano só foi capaz de suavizar a saída de Pinochet porque o havia defendido ferozmente por muito tempo. (SWEIG, 2007, p. 52)

Entre outros fatores que concorrem para a formulação de uma transição política em Cuba, de acordo com Marifeli Pérez-Stable (1998), estava a manutenção da estabilidade política interna, pois enquanto esta ordem existisse e os governantes cubanos pudessem seguir sem precisar reconsiderar sua estratégia política, não haveria porque mudar as regras do jogo.

Para Pérez-Stable cinco fatores contribuíam para a manutenção do *status quo* em Cuba, que são o nacionalismo; o caráter das elites de manter-se unida sob Fidel Castro; a dinâmica de apoio, quietude e oposição a nível popular; a política econômica do governo cubano e, por último, a liderança de Fidel Castro, para a qual a autora considera que sua presença é fundamental à manutenção da ordem política.

Segundo Pérez-Stable:

Sua presença contribui consideravelmente para a estabilidade política. O governo cubano, não obstante, é consciente de sua debilidade inevitável: mais cedo ou mais tarde o comandante passará à história e então o sistema político se confrontará com o dilema que enfrentou a União Soviética depois da morte de Stalin e a China depois da de Mao (...) Havia a possibilidade – que assim ocorra – que o próprio Fidel Castro conduza um processo de transformação. No entanto, desgraçadamente, a realidade não nos permite ser otimistas. (PÉREZ-STABLE, 1998, p. 206, tradução nossa) ⁷⁶

No que se refere à participação dos cubanos que moram nos Estados Unidos na condução de processo de transição política, Pérez-Stable (1998) os considera como exercendo papel

⁷⁶ Do original: “Su presencia contribuye considerablemente a la estabilidad política. El gobierno cubano, no obstante, se sabe plagado por una debilidad inevitable: tarde o temprano el comandante pasará a la historia y entonces el sistema político se enfrentará con el dilema que se enfrentó la Unión Soviética después de la muerte de Stalin y China luego la de Mao. (...) Cabría la posibilidad – que ojalá así sucediera – que el propio Fidel Castro condujera un proceso de transformación. Sin embargo, desgraciadamente, la realidad no nos permite ser optimistas.”

secundário, uma vez que os protagonistas do país são os cubanos da Ilha, e que só lhes caberia assumir um protagonismo em primeiro plano, quando voltassem a viver em Cuba.

Ao contrário de Pérez-Stable, que atribuía a responsabilidade das mudanças em Cuba a população residente no país, Néstor S. Feliú (2007) considera que a FNCA tem importante responsabilidade na transição política em Cuba e que esta organização deve “guiar la reconstrucción de la nacionalidad cubana luego de la caída del régimen castrista”. (FELIÚ, 2007, p.221)

Feliú considera que:

Pilar fundamental deste ideário é a convicção, firmemente enraizada nos dirigentes da Fundação desde o princípio desta, que Castro como governante e o castrismo como sistema são incapazes de iniciar as reformas que permitam um efetivo e seguro trânsito para a democracia, o respeito aos direitos humanos e a economia de mercado, ou seja, que da tirania castrista não haverá de brotar jamais, voluntária, ou involuntariamente, as forças que permitam uma transição para a democracia. (...) Deste modo, a condição insustentável, no ideário da Fundação, que requer a saída de Castro do poder e a erradicação total do castrismo para o início de um processo de transição democrática. Este é, a meu juízo, o elemento fundamental de que partem as estratégias de luta anticastrista da Fundação. (FELIÚ, 2007, p.222, tradução nossa) ⁷⁷

Embora os autores acima mencionados apresentem divergências sobre o papel que devem assumir os exilados cubanos num processo de transição política em Cuba, compartilham de um ponto em comum: não acreditavam que uma transição política naquele país pudesse ser conduzida pelo próprio Fidel Castro.

No entanto, o cenário político cubano atual está pautado pela renúncia de Fidel Castro do poder, tendo sido ele o próprio responsável pela condução desta mudança. Afastado em agosto de

⁷⁷ Do original: “Pilar fundamental de este ideário es la convicción, firmemente enraizada en los dirigentes de la Fundación desde el mismo principio de ésta, que Castro como gobernante y el castrismo como sistema son incapaces de iniciar las reformas que permitan un efectivo y seguro tránsito hacia la democracia, el respeto a los derechos humanos y la economía de mercado, o sea, que de la tiranía castrista no habrán de botar jamás, voluntaria, o involuntariamente, las fuerzas que permitan una transición hacia la democracia. (...) De ahí, que la condición insoslayable, em el ideário da la Fundación, que requiera la salida de Castro del poder y la erradicación total del castrismo para el inicio de un proceso de transición democrática. Este es, a mi juicio, el elemento fundamental de que parten las estrategias de lucha anticastrista de la Fundación.”

2006 por motivos de saúde, Fidel transferiu provisoriamente suas funções ao seu irmão Raul Castro, conforme previsto na Constituição Cubana.

A partir deste momento, o debate sobre a sucessão política em Cuba foi reavivado no governo norte-americano e na FNCA, que esboçaram suas manifestações acerca da situação política cubana. O governo Bush declarou que naquele “momento de incertezas algo é certo: Estados Unidos estará comprometido em apoiar as aspirações de democracia e liberdade do povo cubano” (BUSH, 2006, tradução nossa)⁷⁸.

A FNCA, em Declaração Oficial ante à notícia de transferência de poder de Fidel a Raul Castro, anunciou que:

(...) a Fundação Nacional Cubano Americana envia uma mensagem enérgica a todas as pessoas envolvidas no aparato do poder do regime cubano, para instar-los a aproveitar a oportunidade histórica de devolver a liberdade ao povo cubano. EM momentos como este, recordamos a quem está em posição de assumir a liderança política de Cuba que tanto a fundação como seus múltiplos amigos e aliados internacionais, estão preparados e dispostos a colaborar com aqueles que dentro e fora de Cuba estejam genuinamente interessados em prover um futuro de paz, liberdade e democracia para nosso povo. Agora, mais que nunca, é preciso atuar guiados pelo princípio de buscar, acima de tudo, o bem-estar que nosso povo merece. Ante uma situação como a que agora enfrentamos, é preciso recordar que a morte ou a inabilidade do ditador é um primeiro passo no difícil caminho de uma transição para a democracia. Nosso papel é estar em função daqueles que se encontram dentro de cuba lutando desde muito tempo para alavancar a verdadeira democracia. Nos encontramos monitorando de perto a situação dentro da ilha, e atuaremos de acordo com os planos que estabelecemos para qualquer eventualidade. (FUNDAÇÃO NACIONAL CUBANO AMERICANA, 2006, tradução nossa)⁷⁹

⁷⁸ Do original: “momento de incertidumbre algo es seguro: Estados Unidos se halla totalmente comprometido en el apoyo a las aspiraciones de democracia y libertad del pueblo cubano”. Disponível em: (<http://www.voltairenet.org/article143199.html>). Acesso em: Outubro, 2006.

⁷⁹ Do original: “(...) la *Fundación Nacional Cubano Americana* envía un enérgico mensaje a todas las personas involucradas en el aparato de poder del régimen cubano, para instarlos a aprovechar la oportunidad histórica de devolverle la libertad al pueblo cubano. En momentos como éste, recordamos a quienes están en posición de asumir un liderazgo político dentro de Cuba que tanto la Fundación como sus múltiples amigos y aliados internacionales, están preparados y dispuestos a colaborar con aquellos que dentro y fuera de Cuba estén genuinamente interesados en proveer un futuro de paz, libertad y democracia para nuestro pueblo. Ahora más que nunca es preciso actuar guiados por el principio de buscar, por encima de todo, el bienestar que se merece nuestro pueblo. Ante una situación como la que ahora enfrentamos, es preciso recordar que la muerte o la inhabilitación del dictador es un primer paso en el difícil camino de una transición hacia la democracia. Nuestro papel es estar en función de quienes se encuentran dentro de Cuba luchando desde hace tiempo por arribar a la verdadera democracia. Nos encontramos monitoreando de cerca la situación dentro de la Isla, y actuaremos de acuerdo a los planes que hemos establecido para cualquier eventualidad.” Disponível em:

Fidel Castro também manifestou seu afastamento em “Mensaje del Comandante en Jefe al pueblo de Cuba y a los amigos del mundo”.

Eu não posso inventar boas notícias, porque não seria ético, e se as notícias são ruins, o único que tirará proveito é o inimigo. Na situação específica de cuba, devido aos planos do império, meu estado de saúde se converte em um segredo de estado que não pode se pode divulgar constantemente; e os compatriotas devem compreender isso. Não posso cair no círculo vicioso dos parâmetros de saúde que constantemente, ao longo do dia, se movem. (CASTRO, 2006, tradução nossa) ⁸⁰

As especulações em torno de seu retorno ou não à presidência desenvolveram-se ao longo dos dezenove meses em que Fidel manteve-se temporariamente afastado, escrevendo ao jornal cubano *Granma*, as mensagens à população cubana intituladas “Reflexiones de Fidel”, através das quais manifesta sua opinião sobre os mais diversos temas, preserva o vínculo com a população cubana e mediante a qual anunciou oficialmente sua renúncia.

Desempenhei o honroso papel de Presidente ao longo de muitos anos. (...) Sempre dispus das prerrogativas necessárias para levar adiante a obra revolucionária com o apoio da imensa maioria do povo. (...) Meu desejo foi sempre cumprir o dever até o último alento. É isso que pude oferecer. A meus compatriotas saudosos, que me fizeram a imensa honra de eleger-me recentemente como membro do Parlamento, em cujo seio devem adotar importantes acordos para o destino de nossa Revolução, comunicar-lhes que não aspirarei nem aceitarei - repito - não aspirarei nem aceitarei o cargo de Presidente do Conselho de Estado e Comandante em Chefia. (...) O caminho será sempre difícil e requerirá o esforço inteligente de todos. (...) Não me despeço de vocês. Desejo apenas combater como um soldado das idéias. Continuarei escrevendo sob o título de “Reflexões do Companheiro Fidel”. Será uma arma mais do arsenal que se poderá contar. Talvez não se escute minha voz. Serei cuidadoso. (CASTRO, 2008, tradução nossa) ⁸¹

<http://www.canf.org/camila's%20trial%20and%20error/DELCARACION%20OFICIAL%20FIDEL%20A%20RAU L.htm>. Acesso em: Outubro, 2006.

⁸⁰ Do original: “Yo no puedo inventar noticias buenas, porque no sería ético, y si las noticias fueran malas, el único que va a sacar provecho es el enemigo. En la situación específica de Cuba, debido a los planes del imperio, mi estado de salud se convierte en un secreto de estado que no puede estar divulgándose constantemente; y los compatriotas deben comprender eso. No puedo caer en el círculo vicioso de los parámetros de salud que constantemente, a lo largo del día, se mueven” Disponível em: <http://www.granma.cu/espanol/2006/agosto/mier2/mensaje.html>. Acesso em: Janeiro, 2007.

⁸¹ Do original: Desempeñé el honroso cargo de Presidente a lo largo de muchos años. (...) Siempre dispuse de las prerrogativas necesarias para llevar adelante la obra revolucionaria con el apoyo de la inmensa mayoría del pueblo. (...) Mi deseo fue siempre cumplir el deber hasta el último aliento. Es lo que puedo ofrecer. A mis entrañables compatriotas, que me hicieron el inmenso honor de elegirme en días recientes como miembro del Parlamento, en

Como se pode perceber, Fidel desvinculou-se oficialmente do poder, mas continua como Primeiro Secretário do Partido Comunista e, através de suas “Reflexões”, mostrando-se presente na condução do processo revolucionário cubano, uma vez que muitas dessas “Reflexões” continuam expressando a necessidade de se preservar a luta política contra os Estados Unidos.

O governo norte-americano e a comunidade cubana organizada sob a FNCA não reconheçam a sucessão política de Raul Castro, considerando que a verdadeira transição política para uma democracia só será possível sem os “Irmãos Castros” no exercício do poder.

Acreditamos que refletimos o sentir e a opinião da grande maioria da comunidade cubano americana quando afirmamos que para que o povo cubano seja verdadeiramente livre, não pode existir uma sucessão de poder sob o mesmo sistema que tem subjugado o povo cubano e lhe negou seus direitos fundamentais por quase meio século. O único cenário aceitável para Cuba seria uma transição transparente para um novo governo formado sob uma nova liderança. (...), para nós, resulta inconcebível a presença de Fidel e Raúl Castro nesse cenário. (...) A lei 104-114 (*Cuban Liberty and Democratic Solidarity Act of 1996*) claramente define em sua Seção 205 os requisitos para que o Presidente dos Estados Unidos determine quando e se um “governo de transição” tenha tomado o poder em Cuba fazendo menção em seu texto a exclusão, especificamente, dos irmãos Castro como requisito para a aceitação de um cenário de transição em Cuba. A FNCA junto ao congressista Diaz-Malart e outros, contribuiu para a redação de partes da seção 205. O falecido Jorge Más Canosa insistiu firmemente na exclusão de Fidel ou Raul Castro de qualquer participação em um “governo de transição” como condição para sua certificação como tal pleo Presidente dos Estados Unidos. (FNCA, 2006, tradução nossa)⁸²

cuyo seno se deben adoptar acuerdos importantes para el destino de nuestra Revolución, les comunico que no aspiraré ni aceptaré - repito- no aspiraré ni aceptaré, el cargo de Presidente del Consejo de Estado y Comandante en Jefe. (...) El camino siempre será difícil y requerirá el esfuerzo inteligente de todos. (...) No me despido de ustedes. Deseo solo combatir como un soldado de las ideas. Seguiré escribiendo bajo el título "Reflexiones del compañero Fidel" . Será un arma más del arsenal con la cual se podrá contar. Tal vez mi voz se escuche. Seré cuidadoso. Disponível em: <http://www.granma.cu/espanol/2008/febrero/mar19/mensaje.html>. Acesso em: Maio, 2008.

⁸² Do original: “Creemos que reflejamos el sentir y la opinión de la gran mayoría de la Comunidad Cubano Americana cuando afirmamos que para que el pueblo cubano sea verdaderamente libre, no puede existir una sucesión de poder bajo sustancialmente el mismo sistema que há sojuzgado al pueblo cubano y le há negado sus derechos fundamentales por casi médio siglo. El único escenario aceptable para Cuba seria una transición transparente hacia un nuevo gobierno formado bajo un nuevo liderazgo. (...), para nosotros resulta inconcebible la presencia de Fidel o Raúl Castro en ese escenario. (...) la Ley 104-114 (*Cuban Liberty and Democratic Solidarity Act of 1996*), claramente define en su Sección 205 los requisitos para que el Presidente de los Estados Unidos determine cuando y si um “gobierno de transición” há tomado el poder en Cuba haciendo mención en su texto de la exclusión, especificamente, de los hermanos Castro como requisito para la aceptación de un escenario de transición en Cuba. La FNCA junto al Congresista Díaz-Balart y otros, contribuyó a la redacción de partes de la Sección 205. El desaparecido Jorge Más Canosa insistió firmemente en la exclusión de Fidel o Raúl Castro de cualquier participación en un “gobierno de transición” como condición para su certificación como tal por el presidente de los Estados Unidos.” Disponível em: <http://www.canf.org/2006/1es/noticias-fnca/2006-mar-28-carta-al-presidente-bush.htm>.

No entanto, o novo presidente cubano consolidou sua posição no comando do país ao declarar encerrado o período de transição iniciado com o afastamento temporário de seu irmão Fidel Castro e anunciando a necessidade de dar continuidade aos Congressos do Partido Comunista.

Os acordos que temos aprovado dão fim à etapa de provisionalidade iniciada em 31 de julho de 2006 com a proclamação do Comandante em Chefe, até a mensagem em que expressou seu propósito de ser somente um soldado das ideias, na véspera do 24 de fevereiro de 2008. Durante esses 19 meses, trabalhamos colegiadamente, junto a outros companheiros, sobre a base da delegação de funções que ele realizou. (...) Finalmente, devemos expressar-lhes que o *Buró Político* considera necessário levar a cabo o VI Congresso do Partido. (...) Constituirá uma magnífica oportunidade para meditar coletivamente acerca das experiências destes anos de Revolução no poder e um momento importante para conformar, com projeção de futuro, a política do Partido nos diferentes âmbitos de nossa sociedade.⁸³

E finalizou:

Companheiras e companheiros: se temos trabalhado duro nos últimos meses, deveremos trabalhar ainda mais nos próximos. Confio que cada um saberá como fazê-lo a partir da responsabilidade ou tarefa que tenha, com a entrega, sabedoria e fidelidade que exige o momento que vivemos.. (RUZ, 2008, tradução nossa)⁸⁴

Acesso em: Maio, 2008.

⁸³ Do original: “Los acuerdos que hemos aprobado dan fin a la etapa de provisionalidad iniciada el 31 de julio del 2006 con la Proclama del Comandante en Jefe, hasta el mensaje en que nos expresó su propósito de ser sólo un soldado de las ideas, vísperas del 24 de febrero del 2008. Durante esos 19 meses, trabajamos colegiadamente, junto a otros compañeros, sobre la base de la delegación de funciones que él realizó. (...) Finalmente expresarles que el Buró Político considera necesario llevar a cabo el VI Congreso del Partido.(...) Constituirá una magnífica oportunidad para meditar colectivamente acerca de las experiencias de estos años de Revolución en el poder y un momento importante para conformar, con proyección de futuro, la política del Partido en los diferentes ámbitos de nuestra sociedad.”

⁸⁴ Do original: “Compañeras y compañeros: Si se ha trabajado fuerte en estos últimos meses, habrá que hacerlo mucho más en los que están por delante. Confío que cada cual sabrá hacerlo desde la responsabilidad o tarea que tenga, con la entrega, sabiduría y fidelidad que exige el momento que vivimos.” Disponível em: <http://america.cubaminrex.cu/Archivo/Raul/2008-04-28.html>. Acesso em: Maio, 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cuba tem constituído uma preocupação vital para os Estados Unidos durante todo o período que perpassa a luta pela emancipação nacional, evidenciada com as Guerras de Independência iniciadas ainda no Período Colonial, e que se estende até a atualidade, com ênfase, sobretudo, no período posterior ao êxito revolucionário de 1959, percebido como um desafio à posição hegemônica ocupada pelos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental.

Considerando que no período colonial, a possibilidade de anexar Cuba pelos Estados Unidos constituía uma possibilidade real, pode-se observar que à partir desse momento, uma parcela da população cubana já manifestava posição tendenciosa aos interesses daquele país sobre Cuba, exercendo uma postura conivente com a subordinação política aos interesses norte-americanos a que as administrações cubanas estiveram submetidas até o momento da Revolução Cubana.

No entanto, ao se consolidar o processo político iniciado com a Revolução de Fidel Castro, ficou evidente que este segmento da sociedade cubana, intimamente vinculado aos Estados Unidos, teria seus interesses políticos e econômicos comprometidos. Mostrando-se impossível a consolidação de uma oposição revolucionária dentro de Cuba, restava à estes segmentos como única opção migrar para aquele país, que os recebia com políticas específicas e favoráveis, e que tinha como objetivo fomentá-los como contra-revolução, uma vez que o novo regime político havia gerado como uma das principais conseqüências uma política hostil por parte do governo norte-americano para Cuba em que se destacou o estímulo ao êxodo das elites cubanas.

Nesta direção, os Estados Unidos se mantiveram como o principal receptor de emigrados cubanos e desde os primeiros momentos os conceberam como base social da contra-revolução, como instrumento de sua política hostil para com a revolução, atribuindo aos exilados privilégios em relação a outras minorias latinas no território americano, principalmente no que se referia à emigração ilegal, estimulada pelo governo e favorecida pela Lei de Ajuste Cubano de 1966, que garantia asilo político aos refugiados cubanos e considerada como um dos principais instrumentos de propaganda contra o governo de Fidel Castro.

As hostilidades contra Cuba foram ainda mais notórias na administração do Presidente Ronald Reagan (1981-88), como parte do endurecimento das relações com a ex-União Soviética

no chamado período assinalado pela Guerra Fria e quando se propiciou as condições para o surgimento de uma organização independente, que tinha por objetivo principal, pressionar o Congresso com vistas a atingir seus objetivos políticos para Cuba, os quais estavam de acordo com os interesses das administrações norte-americanas, que foi a criação da Fundação Nacional Cubano Americana. Além disto, deve-se considerar o fato de que a FNCA constituía importante instrumento através do qual os Estados Unidos exerceriam sua política externa para Cuba e também sua política interna, uma vez que esta organização assumira importância crucial no que se refere ao papel de eleitorado no sul da Flórida.

Contudo, e se ao longo da Guerra Fria a política externa dos Estados Unidos para Cuba encontrou uma justificativa para ser executada, o que se passou no período Pós-Guerra Fria com a reconfiguração do sistema internacional foi, portanto, a busca de um novo referencial para justificar a manutenção de uma postura política ainda hostil para Cuba. Ou seja, se no período colonial, a política externa norte-americana baseava-se na Doutrina Monroe, sua aplicação para Cuba era explicada por ser este país ser o último do continente a alcançar a independência e, portanto, constituir uma ameaça no sentido de ainda manter relações diretas com países europeus, no caso a Espanha, e pela conseqüente possibilidade de servir como base de potências européias para agressões militares, o que preocupava os Estados Unidos duplamente, primeiro por sua localização geográfica, e segundo pelas pretensões de re-colonização européia no continente americano.

No período que se segue ao êxito revolucionário cubano, a política externa norte-americana, inserida no contexto internacional da Guerra Fria, pautava-se na contenção de movimentos de esquerda que se aproximassem do modelo soviético, desta forma, sua política externa para Cuba apoiava-se na Doutrina da Contenção, que tinha por objetivo conter o avanço do comunismo no hemisfério ocidental. A aplicação desta doutrina para Cuba, se fazia no sentido

de que a mesma representava uma ameaça direta para o continente americano, dada sua opção pelo regime comunista, o que explicava o interesse norte-americano em isolá-lo e provocar desta forma uma desestabilização, que tinha por objetivo último, o fim da revolução.

O objetivo de desestabilizar o regime de Castro sempre foi compartilhado pelos integrantes da FNCA, os quais passaram a desenvolver influência considerável na condução de projetos políticos voltados para Cuba, e a se configurar como parte do sistema político eleitoral norte-americano, uma vez que seus votos passaram a representar um dos instrumentos dos partidos políticos favoráveis à política doméstica do país, se considerarmos o apoio financeiro desta organização aos mesmos, mas, principalmente, um instrumento da política externa dos Estados Unidos para Cuba, haja vista a influência que esta organização passou a exercer sobre toda e qualquer votação referente à temas cubanos no Congresso.

Por fim, a política externa dos Estados Unidos no Pós – Guerra Fria, em que a ameaça comunista não mais existia, nem tampouco a ameaça de outra superpotência, os Estados Unidos buscaram um novo referencial para continuar a justificar suas práticas intervencionistas e o exercício da sua hegemonia no continente americano. No caso cubano especificamente, e ao contrário do que se esperava e do que se processava em relação ao resto do mundo, o que houve foi a continuidade de uma postura política hostil, uma política incongruente, se levarmos em consideração a ausência de uma política que justificasse esta postura.

Nesta direção, o que houve foi o estabelecimento da promoção da democracia como novo referencial, a qual passou a ser evocada pelas administrações norte-americanas como necessária para assegurar a estabilidade e o desenvolvimento político no mundo, e, portando, utilizada na acusação de que Cuba não apresenta um modelo político democrático, o que explicaria a manutenção de sua política hostil para este país, o qual distancia-se dos valores defendidos pelo regime político norte-americano, democracia e livre mercado.

Do mesmo modo, a FNCA modificou o elemento sobre o qual conduziria seus objetivos, passando à compactuar do novo referencial norte-americano para condicionar a pressão política que exerce sobre Cuba, definindo como seu interesse principal no que se refere a este país, a preocupação com uma transição política para a democracia. Assim sendo, justifica-se o apoio desta organização a manutenção do embargo e a implementação das Leis Torricelli e Helms-Burton, bem como às medidas implementadas pela administração George W. Bush, que visam o financiamento à programas que acelerem o processo de transição política para a democracia em Cuba.

O debate sobre a política que os Estados Unidos mantém para Cuba e sobre o papel da FNCA na condução da mesma, e, do mesmo modo, o interesse de ambos em promover uma transição política para a democracia naquele país e o papel que exerceriam neste processo, foram intensificados devido à transferência de poder de Fidel Castro e sua posterior renúncia ao cargo, no entanto, os acontecimentos demonstraram às duas partes, ao governo norte-americano e à comunidade cubana exilada naquele país e organizada sob a FNCA, que o processo político cubano inaugurado com a Revolução Cubana de 1959, mantêm-se sólido e que, qualquer possibilidade de interferência externa na condução das modificações políticas dentro de Cuba, é ainda restrita, senão nula.

BIBLIOGRAFIA

ACNUR. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/agencias_acnur.php. Acesso em: Maio, 2008.

AGEE, Philip. Former CIA agent tells: How US infiltrates "civil society" to overthrow governments. Março, 2003. Disponível em: <http://www.informationclearinghouse.info/article4332.htm>. Acesso em: Maio, 2008.

AJA DÍAZ, Antonio. **La emigración cubana hacia Estados Unidos a la luz de su política inmigratoria**. *En publicación: La emigración cubana hacia Estados Unidos a la luz de su política inmigratoria*. CEMI, Centro de Estudios de Migraciones Internacionales, La Habana,

Cuba. Julio. 2000

Disponível em: (<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/laemig.pdf>.) Acesso: Abril, 2007.

_____. **La emigración cubana. Balance en el siglo XX.** *En publicación: La emigración cubana. Balance en el siglo XX.* CEMI, Centro de Estudios de Migraciones Internacionales, La Habana, Cuba. Enero. 2002

Disponível em: (<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/emig.pdf>.) Acesso: Abril, 2007.

ALZUGARAY, Carlos. *De La Fruta Madura a La Ley Helms-Burton. Auge, Decadencia y Fracaso de la política imperialista de Estados Unidos hacia Cuba.* Panamá: Editorial Universitaria, 1997.

_____. **CRÓNICA DE UN FRACASO IMPERIAL:** La administración de Eisenhower y el derrocamiento de la dictadura de Batista Editorial Ciencias Sociales, La Habana, 2000. Disponível em: <http://www.lajiribilla.co.cu/pdf/librocronica.html>. Acesso em: Maio, 2008.

_____. **De Bush a Bush: balance y perspectivas de la política externa de los Estados Unidos hacia Cuba y el Gran Caribe.** *En publicación: América Latina y el (des)orden global neoliberal. Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas.* José María Gómez. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2004. ISBN: 950-9231-97-5

Disponível em: (<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/relint/alzugaray.pdf>.) Acesso: Abril, 2007.

ARAÚJO, Heloísa Vilhena de. (Org). *O Sistema Político dos EUA e suas Repercussões Externas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2005.

ARBOLEYA, Jesús. Havana-Miami. The U.S. – Cuba migration conflict. Ocean Press, 1996.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **O Ocidente e o “Resto”**. A América Latina e o Caribe na cultura do Império. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

_____. Estados Unidos e América Latina. A construção da hegemonia. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BUSH, George W. **Initiative for a New Cuba: remarks by the President on Cuba policy review**. Washington D. C., 20 de maio de 2002. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/05/20020520-1.html>. Acessado em: Maio, 2008.

_____. **Remarks After Meeting with the Commission for Assistance to a Free Cuba**, Washington D. C., 6 de maio de 2004. Disponível em: <http://www.state.gov/p/wha/rls/rm/32231.htm>. Acesso em: Maio, 2008.

CABRERA, Juan E. C. Las relaciones Estados Unidos – Cuba en la década de 70: Notas para un análisis. *In: Cuadernos de Trabajo – Análisis e Investigaciones – CESEU – Centro de Estudios sobre Estados Unidos – Universidad de La Habana, La Habana, Cuba. Nº 5 – Ano 87. P. 127-178.*

CALVO, Hernando & DECLERQ, Katlinj. *Dissidentes ou Mercenários?. Objetivo liquidar a revolução cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

CAMPOS, Carlos O. Cuba – Caribe: Opciones y Oportunidades desde la Marginalidad. *In: América Latina, el Caribe y Cuba en el contexto global.* OLIVA, Carlos; Serbin, Andrés. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; AUNA, 2002.

_____. El conflicto cubano-norteamericano y su impacto en la situación interna de la Isla. *In: La situación actual en Cuba: Desafíos y Alternativas. 48th International Congress of Americanists (ICA) Stockolm/Uppsala, July 4-9, 1994.* Sweden: Institute of Latin American Studies – Stockholm University, 1997.

_____; FERREIRO, Josefina V.. La política de la Administración Reagan hacia Cuba: Balance y Perspectivas. *In: Cuadernos de Trabajo – Analisis e Investigaciones – CESEU – Centro de Estudios sobre Estados Unidos – Universidad de La Habana, La Habana, Cuba. N° 5 – Ano 87. P. 179-197.*

CUBAN AMERICAN NATIONAL FOUNDATION. Disponível em: www.canf.org.

CAROTHERS, Thomas. *The Reagan years: The 1980s.* In: LOWENTHAL, Abraham. F. **Exporting Democracy: the United States and Latin America.** Themes and issues. The Johns Hopkins Press Ltd., London, 1993.

_____. "The NED At 10." *Foreign Policy* 95 (1994): 123-138.

CASTAÑEDA, Jorge G. *América Latina y la terminación de la Guerra Fría: un ensayo sobre la frustración.* In: LOWENTHAL, A. F; TREVERTON, G. F. (orgs.). **América Latina en un Mundo Nuevo.** México: Fondo De Cultura Económica, 1999.

COMISSION ON ASSISTANCE TO A FREE CUBA. Disponível em: <http://www.state.gov/p/wha/rls/rm/32231.htm>. Acesso em: Maio, 2008.

CONFERÊNCIA “La Nación y la emigración”. La Habana: Editora Política, 1994.

DÍALOGO *Del Gobierno Cubano y Personas Representativas de la Comunidad Cubana en El Exterior.* La Habana: Editora Política, 1994.

DIÉGUEZ, Andrés Zaldívar. Bloqueo El asedio económico más prolongado de la Historia. La Habana: Editorial Capitán San Luis, 2003.

DOCUMENTO DE SANTA FÉ. 2007. Disponível em: <http://www.geocities.com/proyectoemancipacion/documentossantafe/santafei.doc>. Acesso em: Abril, 2007.

ELIZALDE, Rosa M.; BAEZ, Luis. “*Los Disidentes*”. La Habana: Editora Política, 2003.

EMENDA PLATT. Disponível em: http://bdigital.bnjm.cu/constituciones/constituciones_frame.htm. Acesso em: Abril, 2007.

ERISMAN, Michael H. Cuba y América Latina: Relaciones Económicas en Desarrollo e Iniciativas Neobolivarianas. In: *América Latina, el Caribe y Cuba en el contexto global*. OLIVA, Carlos; Serbin, Andrés (orgs.). Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; Havana: AUNA, 2002.

FEDERAL ELECTION COMMISSION. Disponível em: <http://www.fec.gov/pubrec/fe2000/prespop.htm>. Acesso em: Maio, 2008.

FELIÚ, Néstor Suárez. *El rescate de una Nación*. Washington, D.C.: Fondo de Estudios Cubanoamericanos de la Fundación Nacional Cubano Americana, 2007.

FERNANDES, Florestan. *Da Guerrilha ao Socialismo: A Revolução Cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

FERNÁNDEZ, Rodolfo Dávalos. Condenados por ser dignos y patriotas. No hubo jurado imparcial. Disponível em: (<http://www.cubasocialista.com/Patriotas2.htm#where%20>). Acesso em: Maio, 2008.

FONT, Mauricio A. Advancing democracy in Cuba: the international context. In: ÁLAMOS, Pilar; FONT, Maurício; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhaon & LEÓN,

Francisco (eds.) *Integración Económica y Democratización: América Latina y Cuba*. Santiago de Chile: Instituto de Estudios Internacionales, 1998.

FURIATI, C. Exílio & Bloqueio: os marielitos. In: *Fidel Castro: uma biografia consentida*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

GODOY, Percy Francisco Alvarado. *Confesiones de Fraile. La labor de un agente de la Seguridad cubana que penetró el ala terrorista de la Fundación Nacional Cubano-Americana*. Habana: Editorial Capitán San Luis, 2002.

GOTT, Richard. *Cuba. Uma Nova História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GRANMA INTERNACIONAL. <http://www.granma.cu/>. Acesso em: Maio, 2008.

GRUPO DE TRABAJO, MEMÓRIA Y JUSTICIA, 2003. Disponível em: http://memoria.fiu.edu/memoria/documents/Book_Spanish.pdf. Acesso em: Maio, 2008.

INITIATIVE FOR A NEW CUBA. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/05/20020520-1.html>. Acesso em: Maio, 2008.

KENNEDY, John. Outubro, 1962. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/journals/itps/0406/ijpp/tran2.htm>. Acesso em: Maio, 2008.

LAMRANI, Salim. El Lobby Cubano em Estados Unidos de 1959 Hasta Nuestros Días, s/d. Disponível em: (www.rebellion.org/libros/lobby_cubano.pdf). Acesso em: Fevereiro, 2006.

_____. La criminal ‘Ley de Ajuste Cubano’. Maio, 2007. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=ES&cod=27731>. Acesso em: Maio, 2007.

_____. Transición con calma en La Habana. La enfermedad de Fidel Castro y las ilusiones de Washington. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article143199.html>. Acesso em: Outubro, 2006.

LAS NACIONES UNIDAS. La Asamblea General vuelve a rechazar el embargo de Estados Unidos contra Cuba. Disponível em:

<http://www.un.org/spanish/News/fullstorynews.asp?newsID=8138&criteria1=Cuba&criteria2=E>
 EEU. Acesso em: Outubro, 2007.

LEI HELMS-BURTON. Disponível em:
 (http://www.cubavsbloqueo.cu/Portals/0/LHB%20_Es.pdf). Acesso em: Abril, 2007.

LEI TORRICELLI. Disponível em: <http://www.cubavsbloqueo.cu/Portals/0/cda.pdf>.
 Acesso em: Abril, 2007.

LE RIVERAND, Julio. *Breve Historia de Cuba*. Editorial de Ciencias Sociales, 1981.

LEY DE AJUSTE CUBANO. Disponível em:
http://www.icap.cu/medidas/ajuste_cubano.html. Acesso em: Maio, 2007.

MARRAWI, José Buajasán; MÉNDEZ, José Luis Méndez. *La República de Miami*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

MARTÍN FERNÁNDEZ, Consuelo; MARTÍN Quijano, Magali. ¿Círculo Cerrado? Reflexiones sobre los determinantes en las salidas ilegales del país. CEMI, Centro de Estudios de Migraciones Internacionales, La Habana, Cuba, 2003. Disponible en la web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/circuito.pdf>. Acesso em: Abril, 2007.

MARTÍNEZ, Miriam R. **Las relaciones Cuba-Estados Unidos: migración y conflicto**. *En publicación: Las relaciones Cuba-Estados Unidos: migración y conflicto*. Miriam Rodríguez Martínez CEMI, Centro de Estudios de Migraciones Internacionales, La Habana, Cuba. Agosto, 2003. Disponível em: (http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/cuba_eeuu.pdf)
 Acesso: Abril, 2007.

_____. **El proceso migratorio cubano hacia Estados Unidos: antecedentes, actualidad y perspectivas ante posibles escenarios**. *En publicación: El proceso migratorio cubano hacia Estados Unidos: antecedentes, actualidad y perspectivas ante posibles escenarios*. Miriam Rodríguez Martínez CEMI, Centro de Estudios de Migraciones

Internacionales, La Habana, Cuba. Marzo. 2004

Disponível em: (<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/procmig.pdf>.) Acesso: Abril, 2007.

MEDIACEJA, Mirian Grãs. *El proceso de toma de decisiones hacia Cuba durante la Administración Reagan: Radio Martí*. In: Cuadernos de Trabajo – Análisis e Investigaciones – CESEU – Centro de Estudios sobre Estados Unidos – Universidad de La Habana, La Habana, Cuba. Nº 2 – Año 86. P. 9-33.

MINISTERIO DE LAS RELACIONES EXTERIORES DE LA REPUBLICA DE CUBA. Disponível em: Disponível em: <http://america.cubaminrex.cu/Archivo/Raul/2008-04-28.html>. Acesso em: Maio, 2008.

MOLYNEUX, Maxine. **The Politics of the Cuban Diaspora in the United States**. In: *The United States and Latin American: The New Agenda*. Londres: Institute of Latin American Studies, 1999.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel. A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MORENO, Dario. Exile Political Power: Cubans in the United States Political System, s/d. Disponível em: <http://metropolitan.fiu.edu/downloads/exile%20political%20power.doc>. Acesso em: Maio, 2008.

MOVIMIENTO CULTURAL ACERCÁNDONOS. El Terrorismo Yanqui Contra Cuba. Breve resumen de agresiones y hostilidades de los Estados Unidos contra la nación cubana. Colección Nicolás Guillén. Buenos Aires, 2004.

NODARSE, Hiram Marquetti. Cuba – América Latina y el Caribe: Balance de las Relaciones Económicas y Comerciales en los Años Noventas. In: *América Latina, el Caribe y*

Cuba en el contexto global. OLIVA, Carlos; Serbin, Andrés. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; AUNA, 2002.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Os Estados Unidos: Hegemonia e Liderança na Transição.* Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. *A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PÉREZ-STABLE, Marifeli. Es necesaria y posible uma agenda para la transición democrática cubana? In: ÁLAMOS, Pilar; FONT, Maurício; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon & LEÓN, Francisco (eds.) *Integración Económica y Democratización: América Latina y Cuba.* Santiago de Chile: Instituto de Estudios Internacionales, 1998.

RAMONET, Ignácio. *Fidel Castro. Biografia a Duas Vozes.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

RELATÓRIO DE CUBA SOBRE A RESOLUÇÃO 60/12 DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: www.cubavsbloqueo.cu/portals/0/informe%20bloqueo%202006%20portugués.pdf – Acesso em: Maio, 2007.

RUZ, Fidel Castro. *Análisis Histórico De La Revolución Cubana. Informe Central Al Primer Congreso del PCC.* Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1982.

_____. Conluio da FNCA e da direita dos EUA para eliminar acordos migratórios. Disponível em: (<http://www.granma.cu/documento/portugues/041-p.html>). Acesso em: Outubro, 2006.

RUZ, Raul Castro. Intervención del Segundo Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, Raúl Castro Ruz, en las conclusiones del VI Pleno del Comité Central del

PCC, efectuado en el Palacio de la Revolución, La Habana, el 28 de abril de 2008. Disponível em: <http://america.cubaminrex.cu/Archivo/Raul/2008-04-28.html>. Acesso em: Maio, 2008.

SADER, Emir. *Cuba: Um Socialismo em Construção*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SCHILLING, Voltaire. *Estados Unidos x América Latina: as etapas da dominação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.

SCHOULTS, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SMITH, Peter H. *Crushing Enemies. Talons of the Eagle. Dynamics of U.S. - Latin American Relations*. New York, Oxford University Press, 2000. (p.164-169)

SZULC, Tad. *Fidel. Um Retrato Crítico*. São Paulo: Best Seller, 1987.

SWEIG, Julia E. A vitória final de Fidel. *Revista Política Externa*, Vol. 15 nº 04, Março/Abril/Maio. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2007.

VIGEVANI, Tullo. Cuba e sua integração na América Latina. In: ÁLAMOS, Pilar; FONT, Maurício; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon & LEÓN, Francisco (eds.) *Integración Económica y Democratización: América Latina y Cuba*. Santiago de Chile: Instituto de Estudios Internacionales, 1998.

VIVANCO, Jacinto Valdés-Dapena. *Operação Mangosta*. La Habana: Editorial Capitán San Luis, 2002. Disponível em: <http://www.cubavsterrorismo.cu/interface.sp/uploads/libros/libro03.pdf>. Acesso em: Maio, 2008.